



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

BRASÍLIA-DF

2015



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

**BRASÍLIA-DF
2015**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
DESENVOLVIMENTO
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA
2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA
2.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UJ
2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DA UJ
2.4. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE
2.5. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES
3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE
3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO
3.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO
3.3. MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO
3.4. CAMINHO DE ACESSO NO PORTAL DA UJ ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
3.5. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UJ NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO
3.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UJ
5. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS
5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DA UNIDADE
5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS
5.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO
5.4. INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL
5.5. AVALIAÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES NOS CUSTOS DE PRODUTOS E/OU SERVIÇOS
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
6.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS
6.2. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

6.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES) VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
7.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE
7.2. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E SOBRE A POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS
7.3. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
8.1. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
8.2. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
10. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE
10.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU
<i>10.2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)</i>
10.3. INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS
10.4. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
11.2. DEMONSTRAÇÃO DO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO E DA SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS
11.3. DECLARAÇÃO DO CONTADOR
11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6
11.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76
11.6. DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL
11.7. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
12.1 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS
12.2. INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA

ANEXOS:

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6

ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

ANEXO III - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

RG – Relatório de gestão
IN – Instrução Normativa
DN – Decisão Normativa
TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria-Geral da União
RP – Restos a Pagar
UO – Unidade Orçamentária
UGR – Unidade Gestora Responsável
UGE – Unidade Gestora Executora
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
Cmdo Ex – Comando do Exército
OM – Organização Militar
CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército

LISTA DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Quadro A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
Quadro A.1.3	Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas
Quadro A.1.4	Macroprocessos Finalístico
Quadro A.2.4	Avaliação do sistema de Controles Internos da UJ
Quadro A.2.5.2	Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (Valores em R\$ 1,00)
Quadro A.2.5.3	Síntese da Remuneração dos Administradores
Quadro A.5.2.3.1	Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS
Quadro A.5.2.3.3	Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar – OFSS
Quadro A.5.4	Indicadores de Desempenho
Quadro A.6.1.1	Programação de Despesas (valores em R\$ 1,00)
Quadro A.6.1.2.2	Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
Quadro A.6.1.3.1	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – TOTAL
Quadro A.6.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da UJ – TOTAL
Quadro A.6.1.3.5	Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
Quadro A.6.1.3.6	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Quadro A.6.2	Despesas com Publicidade
Quadro A.7.1.1.1	Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2014
Quadro A.7.1.1.2	Distribuição da Lotação Efetiva
Quadro A.7.1.1.3	Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ
Quadro A.7.1.2	Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12
Quadro A.7.1.3	Custos do Pessoal (em R\$ 1,00)
Quadro A.7.2.1	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
Quadro A.7.2.4	Composição do Quadro de Estagiários
Quadro A.8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
Quadro A.8.2.2.1	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ - Exceto Imóvel Funcional
Quadro A.8.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ
Quadro A.9.1	Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014
Quadro A.11.1.2	Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.11.2.1	Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno
Quadro A.11.2.2	Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício
Quadro A.11.3	Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de Entregar a DBR
Quadro A.11.5.1	Declaração de Inserção e Atualização de dados no SIASG
Quadro A.12.7.1	Composição Acionária do Capital Social
Quadro A.12.7.2	Investimentos Permanentes em outras sociedades

INTRODUÇÃO

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, constituída de acordo com a Lei 6.227 de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente com personalidade jurídica de direito privado, que fabrica produtos de defesa e de segurança e é vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército.

Por sua importância estratégica, a IMBEL – que vem se recuperando patrimonialmente, financeiramente e logrando condições de melhor apoiar o Brasil em sua área estratégica de defesa –, tornou-se, em 2008, uma empresa pública dependente do Tesouro Nacional, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando passou a receber recursos do orçamento federal, devendo, portanto, seguir toda a legislação do Direito Público e apresentar suas demonstrações contábeis baseadas nas Leis 4.320/67 e 6.404/76.

O presente relatório visa atender determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido informar a gestão dos recursos recebidos no Exercício de 2014. Estruturado em doze capítulos, este relatório fornece informações relativas ao Planejamento Estratégico da empresa, à Estrutura de Governança, à Execução Orçamentária e Financeira dos recursos recebidos, as Gestões Ambiental, dos Recursos Humanos, da Tecnologia da Informação e do Patrimônio, assim como a atuação da Auditoria Interna.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: <i>Indústria de Material Bélico do Brasil</i>			
Denominação abreviada: <i>IMBEL</i>			
Código SIORG: 134	Código LOA: 52221		Código SIAFI: 168002
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.444.232/0001-39	
Principal Atividade: Defesa			Código CNAE: 84.22.1-00
Telefones/Fax de contato	(61)3415 5703	((61) 3415 4545	(61) 3415 4358
Endereço Eletrônico: : imbel@imbel.gov.br			
Página da Internet: www.imbel.gov.br			
Endereço Postal: <i>QGEX bloco H 3º Piso – SMU – Brasília / DF CEP: 70.630-901.</i>			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 6.227, de 14 de julho de 1975 , Autoriza o Poder Executivo a constituir uma empresa pública denominada Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências.			
Decreto Nº 5.338 de 12 de janeiro de 2005 , Aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, e dá outras providências;			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.735, de 10 de julho de 2008 , <u>Conversão da Medida Provisória nº 424, de 2008</u> . Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.			
Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 . Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.			
Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 . Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.			
Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 . Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.			
Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 , dispõe sobre as sociedades por ações.			

Lei no 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Resolução nº 06/2008-CA/IMBEL. Aprova a Relação de matérias-primas e insumos utilizados pela IMBEL na fabricação de produtos de defesa que podem ser adquiridos com dispensa de licitação.

Resolução nº 14/2014- CA/IMBEL. Aprova o Regimento Interno da IMBEL.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
168003	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/SEDE-Brasília</i>
168004	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Presidente Vargas</i>
168005	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Itajubá</i>
168006	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Juiz de Fora</i>
168007	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica</i>
168008	<i>Indústria de Material Bélico do Brasil/Fábrica Estrela</i>

Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
16501	Indústria de Material Bélico do Brasil

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
168003	16501
168004	16501
168005	16501
168006	16501
168007	16501
168008	16501

Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
52221	IMBEL

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.2.1. Finalidade

A IMBEL desenvolve suas atividades na indústria de produtos de defesa e de segurança, com a observância das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas pelo Ministério da Defesa.

De acordo com o Estatuto Social, aprovado por meio do Decreto nº 5.338, de 12 de Janeiro de 2005, da Presidência da República, a IMBEL tem as seguintes atividades relacionadas com sua finalidade:

I - promover a indústria militar de defesa brasileira e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar projetos de interesse do Exército Brasileiro;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos de defesa;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para cumprimento tanto dos seus objetivos, quanto das exigências de mobilização do País; e

V - promover e executar atividades que permitam manter infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização do País.

1.2.2. Competência Institucional

Manter em território nacional, uma base industrial de defesa operante, com capacidade para abastecer as Forças Armadas brasileiras, garantindo soberania nacional, em tempos de paz ou de guerra.

As competências institucionais relacionadas às atribuições definidas em lei, estatuto e regimento interno, são:

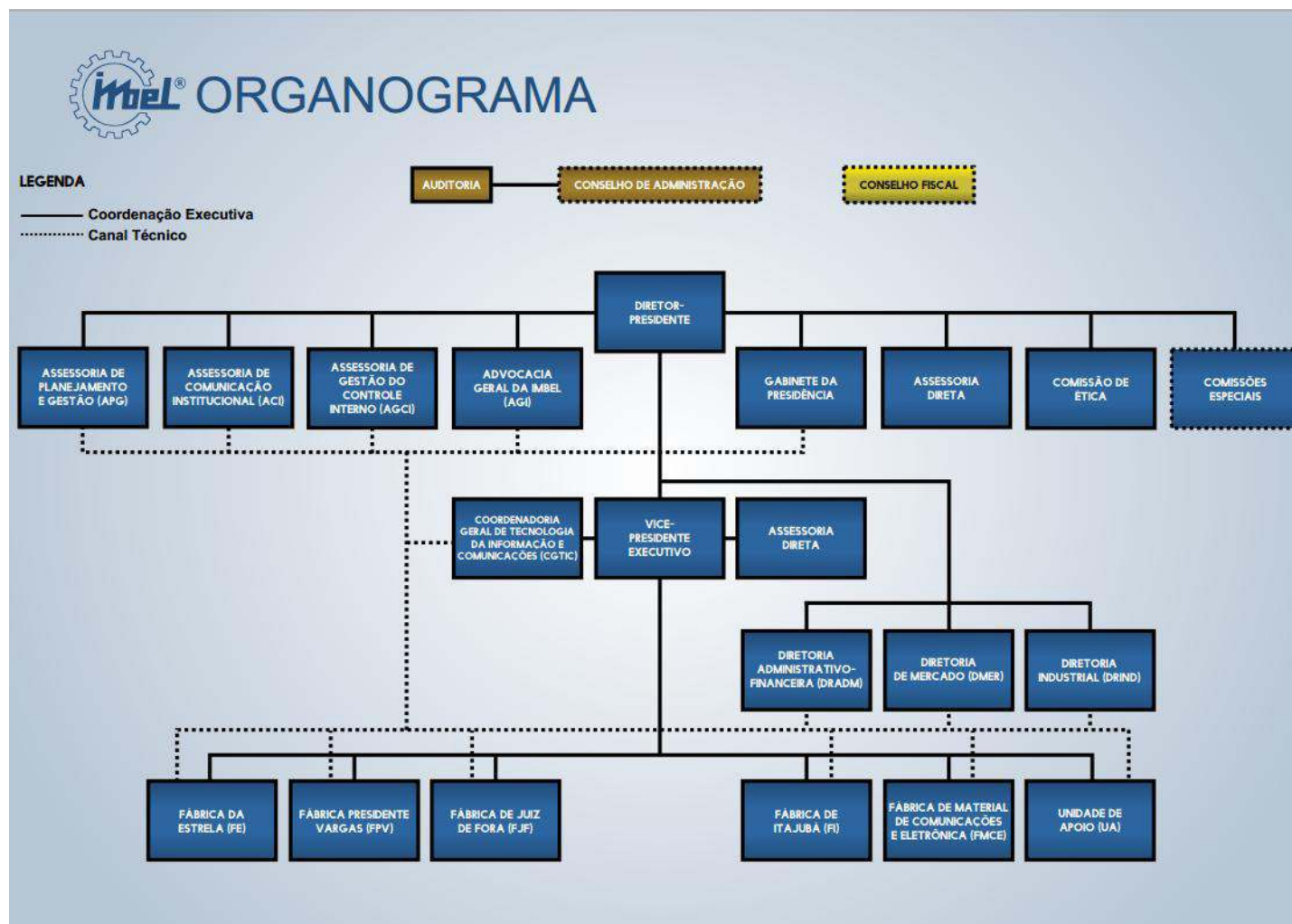
I - colaborar no planejamento e fabricação de produtos de defesa pela transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II - promover, com base na iniciativa privada, a implantação e desenvolvimento da indústria militar de defesa brasileira de interesse do Exército;

III - administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de produtos de defesa e bens outros cuja tecnologia derive do desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; e

IV - promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Fonte: www.imbel.gov.br

Quadro A.1.3 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Sinclair James Mayer	Presidente do Conselho	01/01 - 31/12
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	César Augusto Nardi de Souza	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Carlos José Nascimento	Conselheiro	01/01 - 05/05
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Vitor Carulla Filho	Conselheiro	22/07 - 31/12
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Tânia Maria Teixeira de Carvalho	Conselheiro	01/01 - 21/07
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Vitor João Fachini Vashist	Conselheiro	22/07 - 31/12
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Rodrigo André de Castro S. Rego	Conselheiro	01/01 - 17/04
Conselho Administração	Fixar a orientação geral dos negócios e o plano estratégico da IMBEL.	Nelson Leitão Paes	Conselheiro	18/04 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Expedito Alves de Lima	Conselheiro	01/01 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Eustáquio Alves da Costa Neto	Conselheiro	01/01 - 24/07
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e patrimonial da IMBEL.	Edson Pierobon	Conselheiro	25/07 - 31/12
Conselho Fiscal	Acompanhar a gestão financeira e	Rodrigo Duarte Dourado	Conselheiro	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	patrimonial da IMBEL.			
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Álvaro Martins	Auditor Chefe	01/01 - 10/08
Auditoria Interna	Auditoria e Fiscalização.	Tânia Maria Teixeira de Carvalho	Auditor Chefe	11/08 - 31/12
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades estratégicas da IMBEL.	Álvaro Henrique Vianna de Moraes	Diretor-Presidente	01/01 - 27/03
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades estratégicas da IMBEL.	Américo Paysan Valdetaro Filho	Diretor-Presidente	28/03 – 30/03
Presidência	Presidir e coordenar os trabalhos da Diretoria, dirigindo e controlando as atividades estratégicas da IMBEL.	Celso José Tiago	Diretor-Presidente	31/03 – 31/12
Presidência	Coordenar os trabalhos das UP e das UA, da CGTIC e da Assessoria direta da Vice-Presidência.	Américo Paysan Valdetaro Filho	Vice-Presidente Executivo	01/01 – 31/12
Diretoria Administrativo-Financeiro	Planejar, coordenar e controlar os trabalhos relativos às áreas administrativas, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos.	Francisco de Assis Abrão	Diretor Administrativo-Financeiro	01/01 – 31/12
Diretoria Industrial	Planejar e coordenar: a pesquisa e o desenvolvimento dos produtos, a produção, a inovação, e os projetos técnicos e de gestão industrial.	Alte Saturno Evangelista Zylberberg	Diretor Industrial	01/01 – 31/12
Diretoria de Mercado	Planejar, organizar e dirigir as relações de mercado, as atividades de vendas e marketing dos produtos da empresa.	Haroldo Leite Ribeiro	Diretor de Mercado	01/01 – 31/12
Assessoria de Planejamento e Gestão	Propor a racionalização de recursos, estruturas e sistemas, com a finalidade de proporcionar o	Arimatéia da Silva	Chefe da APG	01/01 - 31/01

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	cumprimento dos planos de negócios.			
Assessoria de Planejamento e Gestão	Propor a racionalização de recursos, estruturas e sistemas, com a finalidade de proporcionar o cumprimento dos planos de negócios.	José Irismar Cabral Junior	Chefe da APG	01/02 - 31/12
Assessoria de Comunicação Institucional	Coordenar os programas e projetos relacionados com a comunicação interna e externa, receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informações referentes a procedimentos e ações da Direção e empregados da empresa e acompanhar os assuntos do interesse da empresa.	Marcelo Muniz Costa	Chefe da ACI	01/01 - 31/12
Unidade Administrativa	Coordenar, administrar e executar as ações administrativas da IMBEL.	Joaquim Gabriel Alonso Gonçalves	Chefe da UA	01/01 - 31/03
Unidade Administrativa	Coordenar, administrar e executar as ações administrativas da IMBEL.	Holder Vieira Calvão	Chefe da UA	01/04 - 22/05
Unidade Administrativa	Coordenar, administrar e executar as ações administrativas da IMBEL.	Sérgio Carvalho Fernandes	Chefe da UA	23/05 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - explosivos.	Vladimir Hallak Gabriel	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	01/01 – 13/03
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - explosivos.	Kiyoshi Saito Junior	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	14/03 - 07/05
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - explosivos.	Antônio Eleazar de Moraes	Chefe da Fábrica Presidente Vargas - FPV	08/05- 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - munições de grande alcance.	Jorge Menelau de Jesus	Chefe da Fábrica de Juiz de Fora - FJF	01/01 - 31/12

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - rádios e comunicadores.	Claudio Nossar Paranhos Junior	Chefe da Fábrica de Material de Comunicação e Eletrônica - FMCE	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - armas.	Délcio Monteiro Sapper	Chefe da Fábrica de Itajubá - FI	01/01 - 31/12
Unidade de Produção	Produção de Material Bélico - explosivos.	Antônio Carlos Lonthfranc	Chefe da Fábrica Estrela - FE	01/01 - 31/12

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Em 2014, foi criado o Escritório de Gestão de Processos, integrado à Assessoria de Planejamento e Gestão, com a missão de fomentar o trabalho de mapeamento, análise e melhoria dos processos da IMBEL.

Com relação aos produtos e serviços gerados, todos contribuem para a geração de receita e toda a receita gerada é revertida para o desenvolvimento das atividades desta UJ.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição		Principais Parceiros Externos	
Relacionamento com Clientes	Engloba as atividades relacionadas à publicidade, vendas, expedição, atendimento à clientes, entre outras vinculadas ao contato do cliente com a Empresa e estabelecimento de relacionamento com os objetivos de captar e atender necessidades e expectativas do cliente, inclui-lo como parceiro no processo produtivo (objetivo a ser alcançado) e fidelizá-lo à Marca IMBEL.		Representantes comerciais	
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contratos de Vendas	Div/Seção de vendas das UP	- Geração de direitos e deveres para a Empresa e Clientes - Dados de contato para o relacionamento	- Clientes Externos - UP	Diretoria de Mercado e Divisão/Seção Vendas das UP
Proposta comercial	Diretoria de Mercado / UP	Contrato		
- Empenho / Pagamento da GRU/ instrumento equivalente	- Clientes	Entrega do material	Div Fin/ UP	UP
- Nota Fiscal	- Expedição		Clientes Externos	
Cadastro de Clientes	Div/Seção de vendas das UP	Dados de relacionamento	Div Fin/ UP	Div/Seção de vendas das UP
Macroprocessos	Descrição		Principais Parceiros Externos	
Logística de Produção	Engloba as atividades relacionadas à: contratação de fornecedores de material ou serviço para atender ao processo industrial; recebimento do produto; pagamento do fornecedor; envolvimento de outras atividades atinentes ao relacionamento com fornecedores, tais como a fiscalização de contrato, formulação de termo aditivo e renegociação de dívida, tudo de acordo com a legislação vigente.		---	
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contrato de Aquisições e Serviços	Seção de Aquisição, Licitação e Contratos UP	Insumos para o processo de produção	Linha de produção das UP	Seção de Aquisição, Licitação e Contratos UP
Recebimento do material	Almoxarifado das UP	Contabilização dos insumos Pagamento de fornecedor	DRADM	Divisão de Contabilidade das UP
Recebimento do serviço no material produzido na UP		Alocação de insumos para a linha de produção		Almoxarifado / UP
Ordem de Serviço	Gerência Industrial/UP	Controle de estoque		Gerência Industrial/ UP
Planejamento da produção	Linha de produção	Controle de insumos	Almoxarifado das UP	Gerência

		alocados para a produção		Industrial / UP
Macroprocessos	Descrição		Principais Parceiros Externos	
Produção	Envolve as atividades relacionadas estritamente à fabricação dos produtos constantes do portfólio da IMBEL		Ministério da Justiça; Secretaria de Segurança Pública dos Estados; mineradoras, pedreiras e construtoras; fábricas de tintas e vernizes; empresas de segurança privada; e colecionadores de armas e atiradores.	
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Tecido Técnico	Indústria Têxtil	Abrigos Temporários	Exército Brasileiro	FPV
Tubo Alumínio	Indústria Metalúrgica			
Caixa acondicionamento	Indústria Metalúrgica			
Serviço de industrialização de componentes	Indústria Metalúrgica			
Ácido Nítrico Concentrado	Indústria Química	Trinitrotolueno	Empresas da Indústria Química Nacional	FPV
Oleum 28%	Indústria Química			
Tolueno Grau Nitração	Indústria Química			
Tambor Fibra CAG 37X42	Indústria Metalúrgica			
Ácido Nítrico Concentrado	Indústria Química	Nitrocelulose Alta	Empresas da Indústria Química Nacional	FPV
Linter Purificado Branqueado	Indústria Química			
Oleum 28%	Indústria Química			
Glicerina Bi-destilada	Indústria Química	Nitroglicerina	Forças Armadas	FPV
Estojo Latão 105 IMBEL MD2	Indústria Metalúrgica	Tiro 105 SALVA	Exército Brasileiro	FJF
Porta Tiro 105 SALVA M395	Indústria Metalúrgica			
Cunhete para 10 tiros 105 SLV	Indústria Metalúrgica			
Latão SAE CA 360 RED 20,63 mm h11	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 260 TB 10,96 x 1,27 mm	Indústria Metalúrgica			
Estojo Latão 90 mm NR 5499 A1	Indústria Metalúrgica	Tiro 90 SALVA	Exército Brasileiro	FJF
Porta Tiro 90 SALVA	Indústria Metalúrgica			
Cunhete para 9 tiros 90 SLV	Indústria Metalúrgica			
Latão SAE CA 360 RED 20,63 mm h11	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 260 TB 10,96 x 1,27 mm	Indústria Metalúrgica	Tiro 90 SALVA	Exército Brasileiro	FJF
Alumínio AA 7012 T73 D=93x285 mm	Indústria Metalúrgica	Tiro 90 AE AC TR (HEAT-TP-T)	Exército Brasileiro	FJF
Aço AISI 12L14 RED 53,39 mm	Indústria Metalúrgica			
Alumínio AA 7012 T73 D=56 mm	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 260 TB 10,96 x 1,27 mm	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 220 TB 90,18 x 99,38 mm	Indústria Metalúrgica			
Alumínio AA 7012 T73EXTRUDADO	Indústria Metalúrgica			
Estojo Latão 90 mm NR 5499 A1	Indústria Metalúrgica			

Porta Tiro 90 mm	Indústria Metalúrgica			
Cunhete para 03 tiros 90 mm	Indústria Metalúrgica			
Carcaça Fundida 120 AE CONV B1	Indústria Metalúrgica	Tiro 120 AE CONV B1	Exército Brasileiro	FJF
Aço AISI 1035/1045 RED 58,74 mm h11	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1126 RED 60,33 mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1025/1035 TB 48,3x36 mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1020 TIRA 2,28x83 mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1212 RED 44,45 mm	Indústria Metalúrgica			
Espoleta DM 111A4 (JUNGHANS)	Indústria Metalúrgica			
Porta Tiro 120 AE CONV B1	Indústria Metalúrgica			
Cunhete para 02 tiros 120 CONV	Indústria Metalúrgica			
Cunhete para 10 Tiros 60 AE M4	Indústria Metalúrgica	Tiro 60 AE M4	Exército Brasileiro	FJF
Porta Tiro 60 AE M4	Indústria Metalúrgica			
EOP DM 111A4 (JUNGHANS)	Indústria Metalúrgica			
Porta Cargas TIRO 60 AE M4	Indústria Metalúrgica			
Corpo Granada 60 AE M4 Fundido	Indústria Metalúrgica			
Perfil Extrudado AL AA 7012 - T73	Indústria Metalúrgica			
Cartucho Carga Zero - CBC	Indústria Metalúrgica			
Cunhete Para 04 Tiros 81 AE M5	Indústria Metalúrgica	Tiro 81 AE M5	Exército Brasileiro	FJF
Porta Tiro 81 AE M5	Indústria Metalúrgica			
EOP DM 111A4 (JUNGHANS)	Indústria Metalúrgica			
Corpo Granada 81 AE M5 Fundido	Indústria Metalúrgica			
Adaptador GR 81 AE M5 Fundido	Indústria Metalúrgica	Tiro 81 AE M5	Exército Brasileiro	FJF
Perfil Extrudado AL AA 7012 - T73	Indústria Metalúrgica			
Anel Obturador	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1050 QUADR 95,25mm	Indústria Metalúrgica	Tiro 105 AE M1 B1	Exército Brasileiro	FJF
Latão SAE CA 360 RED 20,63mm h11	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 260 TB 10,96 x 1,27mm	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 220 TB 105 x 116mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1213 RED 63,50 mm	Indústria Metalúrgica			
Alumínio AA 6262 T6 RED 53,97mm	Indústria Metalúrgica			
Estojo Latão 105 IMBEL MD2	Indústria Metalúrgica			

Reforçador M125A1 (Metal Parts)	Indústria Metalúrgica			
Porta Tiro 105 AE M1	Indústria Metalúrgica			
Cunhete Madeira 105 MD1 SCJ	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1035 QUADR 92,08mm	Indústria Metalúrgica	Tiro 90 AE TR (HE-T)	Exército Brasileiro	FJF
Latão SAE CA 360 RED 20,63mm h11	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 260 TB 10,96 x 1,27mm	Indústria Metalúrgica			
Latão CA 220 TB 90,18 x 99,38mm	Indústria Metalúrgica			
Alumínio AA 7012 T73 EXTRUDADO	Indústria Metalúrgica			
Estojo Latão 90mm NR 5499 A1	Indústria Metalúrgica			
Espoleta V429-EH	Indústria Metalúrgica			
Porta Tiro 90mm	Indústria Metalúrgica			
Cunhete P/ 03 Tiros 90 mm	Indústria Metalúrgica			
Forjado Corpo GR 120 AE PR	Indústria Metalúrgica	Tiro 120 AE PR	Exército Brasileiro	FJF
Guia Dianteiro Fundido	Indústria Metalúrgica			
Guia Traseiro Fundido	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1035/1045 RED 58,74mm h11	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1025/1035 TB 48,3 x 36mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1030/1040 TB 56 x 40 mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1213 RED 63,50 mm	Indústria Metalúrgica	Tiro 120 AE PR	Exército Brasileiro	FJF
Alumínio AA 6262 T6 RED 53,97mm	Indústria Metalúrgica			
Porta Tiro 120 AE PR	Indústria Metalúrgica			
Cunhete Para 02 Tiros 120 PR	Indústria Metalúrgica			
Reforçador M125A1 (Metal Parts)	Indústria Metalúrgica			
Projétil Vazio 155mm M107	Indústria Metalúrgica	Tiro 155 HE M 107	Exército Brasileiro	FJF
ETPLH Completa M82 (AUTO PROP)	Indústria Metalúrgica			
Reforçador M125A1 (Metal Parts)	Indústria Metalúrgica			
Cunhete P/ 32 EOP IMB 1105	Indústria Metalúrgica			
Porta Cargas	Indústria Metalúrgica			
Cunhete Para 02 Porta Cargas	Indústria Metalúrgica			
Conector audio-dados Conector de baterias Conector do carregador	Indústria Metalúrgica	Rádio TPP-1400	Exército Brasileiro	FMCE
Hexametilenotetramina	Indústria Química	RDX	Empresas da Indústria Química Nacional	FE
Monopentaeritritol	Indústria Química			
Carbonato de sódio	Indústria Química			
Óleo BPF	Indústria Química			
Monopentaeritritol	Indústria Química	Nitropenta		FE

Carbonato de Sódio	Indústria Química		Empresas da Indústria Química Nacional	
Carbonato de Cálcio	Indústria Química			
Polipropileno fio	Indústria Metalúrgica	Cordel Detonante	Empresas da Indústria Química Nacional	FE
PVC composto amarelo	Indústria Metalúrgica			
Carretel plástico	Indústria Metalúrgica			
Corpo plástico booster 150 g	Indústria Metalúrgica	Booster 150 e 300 g	Empresas da Indústria Química Nacional	FE
Corpo plástico booster 300 g	Indústria Metalúrgica			
Caixa de papelão para booster	Indústria Metalúrgica			
Saco plástico preto 70 x 85 cm	Indústria Metalúrgica			
Azida de sódio	Indústria Química	Espoleta	Empresas da Indústria Química Nacional	FE
Alumínio Bob	Indústria Química			
Resorcinol flocos	Indústria Química			
Blank Lamina FC CMP IA2 A3-12541-MP	Indústria Metalúrgica	Faca Campanha IA2	- Exército Brasileiro - Varejo	FI
Blank Cruzeta FC CMP AMZ A4-18881-MP	Indústria Metalúrgica			
Nylon 6 Virgem Natural	Indústria Metalúrgica	Faca Campanha IA2	- Exército Brasileiro - Varejo	FI
Pomo Civil FC CMP AMZ-4 MF-MP	Indústria Metalúrgica			
Suporte Bainha FC CMP AMZ-SC2/2-VD-TERC	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 6150 RED 31,75 mm h11	Indústria Metalúrgica	Fuzil 7,62 M964 A1 MD1	Exército Brasileiro	FI
Aço AISI 10L60 RED 50,80 mm	Indústria Metalúrgica			
Bloco Post Armação FZ7,62-60 MF-MP	Indústria Metalúrgica			
Coronha Rebat CA5,56LC-SC102/1A-TERC	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 6150 RED 31,75 mm h11	Indústria Metalúrgica	Pistola 9GC MD1 C/ 3 Carreg	Exército Brasileiro Secretarias de Segurança Pública	FI
Aço AISI 4140 RED 38,10 mm	Indústria Metalúrgica			
Armação PST-35GC MF-MP	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 1055 CH 0,75 mm	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 6150 RED 34,92 mm	Indústria Metalúrgica	Fuzil 5,56 A2 SS	Exército Brasileiro	FI
Aluminio ASTM 7075 DES A3-11552	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 9315 RED 22,22 mm h11	Indústria Metalúrgica			
Aluminio ASTM 7075 F RED 44,45 mm	Indústria Metalúrgica			
Coronha Rebat CA5,56LC-SC102/1A-TERC	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 6150 RED 31,75 mm h11	Indústria Metalúrgica			
Aço AISI 4140 RED 38,10 mm	Indústria Metalúrgica	Pistola.40 TC MD6 ADC C/ 3 Carreg	Exército Brasileiro Secretarias de Segurança Pública	FI
Cão PST-16J MI-MP	Indústria Metalúrgica			
Inserto Armação PST-93 MF-MP	Indústria Metalúrgica			

Aço AISI 1055 TIRA 0,75X117,40 mm	Indústria Metalúrgica			
Coronha Rebat FZ 5,56 IA2 123B-TERC	Indústria Metalúrgica	Carabina 5,56 IMBEL A2	Secretarias de Segurança Pública	FI
Alumínio ASTM 7075 DES A3-11552	Indústria Metalúrgica			
Corpo G.Mão INF FZ 5,56 IA2 ASS 130C-TERC	Indústria Metalúrgica			
Tampa Cx Cul FZ 5,56 IA2 104E-TERC	Indústria Metalúrgica			
Macroprocessos	Descrição		Principais Parceiros Externos	
Pesquisa e Desenvolvimento	Engloba as atividades relacionadas à: proposta de desenvolvimento de novos produtos; coordenação de atividades necessárias para o melhoria de processos industriais e elaboração de novos processos para novos produtos; além do fomento necessário aos estudos, pesquisas e desenvolvimento tecnológico de projetos de novos produtos.		Comando da Marinha e Aeronáutica; Ministério da Justiça; Secretaria Segurança Públicas dos Estados; Empresas de Defesa e Segurança; Mineradoras, pedreiras e construtoras; e Colecionadores de armas e atiradores.	
Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
N/A	N/A	Pólvoras e insumos químicos para o emprego em equipamentos militares.	Exército Brasileiro	FPV
N/A	N/A	Munições para diversos armamentos.	Exército Brasileiro	FJF
N/A	N/A	Equipamentos de comunicação, simuladores e sistemas eletrônicos de aplicação militar.	Exército Brasileiro	FMCE
N/A	N/A	Armamentos em geral.	- Forças Armadas - Secretarias de Segurança Pública	FI
N/A	N/A	Insumos químicos para o emprego em equipamentos militares.	Exército Brasileiro Mineradoras	FE

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

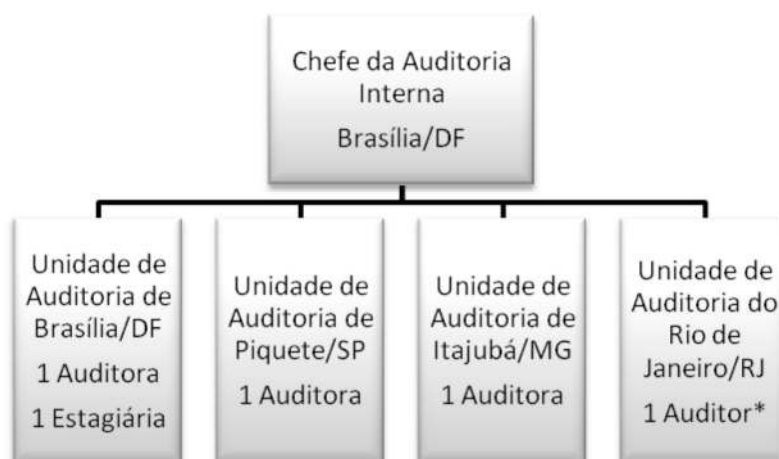
2.1. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA DA UJ

Estrutura de Governança Interna	Base Normativa	Atribuições	Forma de Atuação
Conselho de Administração	DECRETO Nº 5.338, DE 12 DE JANEIRO DE 2005, alterado pelo DECRETO Nº 8.155, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 - Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	Descritas no CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Art. 14.	Reunião mensal em sessão ordinária, com a presença mínima de dois terços de seus membros. Podendo reunir-se, também, em caráter extraordinário, por convocação de seu Presidente ou de dois conselheiros. As deliberações do Conselho são aprovadas por maioria simples dos votantes, tendo o seu Presidente, além do voto normal, o de qualidade. É lavrada ata em livro próprio.
Conselho Fiscal		Descritas no CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL Art. 24.	Reunião mensal em sessão ordinária e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer dos seus membros em exercício, pelo Diretor-Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração. Poder valer-se de assessoramento específico de pessoal do quadro da IMBEL, ou solicitar a contratação de auditoria externa para subsidiar suas decisões. É lavrada ata em livro próprio.
Unidade de Auditoria Interna	DECRETO Nº 5.338, DE 12 DE JANEIRO DE 2005 alterado pelo DECRETO Nº 8.155, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013- Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil -IMBEL	CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	Vinculada ao Conselho de Administração, atuando diariamente conforme o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna estabelecido para o exercício (PAINT) e novas demandas do referido Conselho ou de órgãos de controle interno e externo, baseada em normas emanadas do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e do Centro de Controle Interno do Exército e demais disposições legais vigentes aplicáveis
Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Criado por meio da Portaria 27/PRESI-2012/DPTIC, de 21 de junho de 2012	Normas do Comitê de Tecnologia da Informação da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, de 20/06/2012, Art 2º, do TÍTULO II - DO OBJETIVO e, Art 4º, do TÍTULO IV - DAS COMPETÊNCIAS.	Através de um fórum consultivo e, de acordo com a necessidade, deliberativo, quando for designado por autoridade competente para deliberar sobre assunto específico. Reunião trimestral em sessão ordinária preferencialmente por vídeo conferência e, ainda, por designação de seu Presidente, em sessão extraordinária. Sessões extraordinárias podendo ocorrer em dia, horário e local, e conforme pauta de temas e deliberações previamente estabelecidos e comunicados aos membros, encerrando-se quando cumprido o fim a que se destinarem.

2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da IMBEL está vinculada ao seu Conselho de Administração, de acordo com o parágrafo único do art. 12 do Estatuto Social, aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005, alterado pelo DECRETO nº 8.155, de 18 de dezembro de 2013.

Atualmente, possui um corpo funcional de um Auditor-Chefe, quatro Auditores distribuídos na Sede/Brasília e nas seguintes fábricas: Fábrica de Itajubá (FI), Fábrica Presidente Vargas (FPV) e Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE) e uma Estagiária (SEDE). A descentralização do corpo funcional nas Fábricas torna possível a realização de auditorias programadas e não programadas em todas as Unidades Gestoras da IMBEL e o acompanhamento de suas gestões, de forma tempestiva.



*O Auditor lotado na FMCE é atualmente responsável pela realização de auditorias na própria FMCE e nas Fábricas de Juiz de Fora (FJF) e da Estrela (FE).

Com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, ao longo de 2014 foram realizadas diversas auditorias em todas as Unidades da IMBEL. O quadro abaixo demonstra a relação entre o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2014 (PAINT/2014) e a listagem dos relatórios de auditoria emitidos, correlacionando essas duas informações:

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
1	Passivos Contingentes	Auditoria Interna	RA nº 001/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 002/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 003/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 005/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 006/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 007/2014-AI/IMBEL SEDE
2	Parecer sobre a Prestação de Contas do exercício de 2013	TCU	PCA/2013 SEDE
3	Vendas e Representação Comercial	Auditoria Interna	RA nº 004/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 008/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 009/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 011/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 016/2014-AI/IMBEL FI
4	Impostos sobre Vendas	Auditoria Interna	RA nº 004/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 008/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 009/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 016/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 017/2014-AI/IMBEL FPV
5	Análise Contábil do 4º Trimestre de 2013	Auditoria Interna	RA nº 010/2014-AI/IMBEL SEDE
6	Contas a Receber e Adiantamentos Fornecidos, inclusive Cartão Corporativo	Auditoria Interna	RA nº 012/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 013/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 015/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 018/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 027/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 039/2014-AI/IMBEL FI
7	Fornecedores	Auditoria Interna	RA nº 015/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 022/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 039/2014-AI/IMBEL FI
8	Análise Contábil do 1º Trimestre de 2014	Auditoria Interna	RA nº 026/2014-AI/IMBEL SEDE
9	Meio Ambiente	Auditoria Interna	RA nº 019/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 020/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 021/2014-AI/IMBEL FE

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
			RA nº 024/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 036/2014-AI/IMBEL FI
10	Despesas com Diárias e Passagens	Auditoria Interna	RA nº 019/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 020/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 021/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 028/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 029/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 034/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 023/2014-AI/IMBEL FJF
11	Imobilizado	Auditoria Interna	RA nº 025/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 030/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 038/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 052/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 031/2014-AI/IMBEL FPV
12	Obrigações Trabalhistas a Pagar (Salários, Tickets e Assistência Médica)	Auditoria Interna	RA nº 032/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 033/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 035/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 060/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 061/2014-AI/IMBEL FI
			Realização suspensa devido a problemas na migração do Sistema.
13	Análise Contábil do 2º Trimestre de 2014	Auditoria Interna	RA nº 037/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 040/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 041/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 042/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 057/2014-AI/IMBEL SEDE
			RA nº 058/2014-AI/IMBEL FI
14	Conformidade de Registro de Gestão	Auditoria Interna	RA nº 037/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 048/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 049/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 050/2014-AI/IMBEL FJF
15	Investimentos	Auditoria Interna	RA nº 037/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 048/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 049/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 050/2014-AI/IMBEL FJF

Nº	AÇÃO DO PAINT	ORIGEM DA DEMANDA	Nº DO RELATÓRIO DA AUDITORIA REALIZADA
			RA nº 059/2014-AI/IMBEL FI
16	Processos Licitatórios	Auditoria Interna	RA nº 044/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 045/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 046/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 047/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 062/2014-AI/IMBEL SEDE
17	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2015	CGU	PAINT/2015
18	Atuação dos Fiscais de Contratos	Auditoria Interna	RA nº 040/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 041/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 042/2014-AI/IMBEL FE
			RA nº 045/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 057/2014-AI/IMBEL SEDE
19	Tributos e Encargos	Auditoria Interna	RA nº 058/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 048/2014-AI/IMBEL FMCE
			RA nº 049/2014-AI/IMBEL FE
20	Análise Contábil do 3º Trimestre de 2014	Auditoria Interna	RA nº 050/2014-AI/IMBEL FJF
21	Inventário Físico/Estoques	Auditoria Interna	Realização suspensa devido a problemas na migração do Sistema.
			RA nº 051/2014-AI/IMBEL FI
			RA nº 053/2014-AI/IMBEL FPV
			RA nº 054/2014-AI/IMBEL FJF
			RA nº 055/2014-AI/IMBEL FMCE
22	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAI/2014	CGU	RA nº 056/2014-AI/IMBEL FE
23	Suporte ao Controle Interno da IMBEL nas visitas do CCIEx às Fábricas	Assessoria de Gestão do Controle Interno	RAINT/2014
			RA nº 014/2014-AI/IMBEL FE
24	Implementação das Recomendações dos Órgãos de Controle Interno, Externo, de Fiscalização e Auditoria	TCU, CCIEx, Auditoria Interna, CA, CF e órgãos fiscalizadores	RA nº 043/2014-AI/IMBEL FI
25	Apuração de Indícios de Possíveis Prejuízos ao Erário	Auditoria Interna	Não se aplica. Controle feito recorrentemente.
26	Capacitação dos Auditores	Auditoria Interna	Não se aplica. Relatório incluído na PCA.

Em resumo, a maior parte dos relatórios de auditoria emitidos classificou a gestão como regular, com ressalvas. Com isso, entende-se que os controles internos da IMBEL estão cobrindo os principais riscos a que a Empresa está exposta, contudo pode ser aprimorado em alguns aspectos.

Algumas atividades em Unidades específicas não foram realizadas em 2014, por fatores internos e externos à Auditoria, como demandas de auditorias especiais solicitadas pelo Conselho de Administração, atraso na entrega da documentação solicitada e duração dos trabalhos maior do que o planejado para determinados temas.

Em julho de 2014, a sala da Auditoria Interna (AI) - SEDE-Brasília, foi deslocada do Bloco H, onde se encontra a IMBEL, para o Bloco G, no qual está instalado o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), onde o Presidente do Conselho de Administração desempenha suas funções, ambos dentro do Quartel General do Exército, no Setor Militar Urbano. A decisão foi tomada visando a propiciar maior autonomia e liberdade de ação para a Auditoria Interna da IMBEL, bem como sua maior aproximação ao referido Conselho, cumprindo o que se determinou no Estatuto, que dispõe que a Auditoria Interna está vinculada diretamente ao Conselho de Administração.

Em agosto deste mesmo ano, tomou posse, como Assessora-Chefe da Auditoria Interna, a senhora Tânia Carvalho, Contadora CRC/DF 8056/O-1, Pós-graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, ex-Conselheira de Administração da IMBEL, como representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, onde atuou na Secretaria do Patrimônio da União – SPU (1997 a 2000) e no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST (2002 a 2006 e 2011 a 2014), neste responsável pela orientação, acompanhamento, análise e elaboração da programação orçamentária de várias empresas estatais, dentre elas as dos GRUPOS ELETROBRÁS, PETROBRÁS, BB, BNDES e CAIXA, o FINEP, ITAIPU, EMGEA, CASA DA MOEDA, SERPRO, TELEBRÁS, HEMOBRÁS, ECT, CIAS. DOCAS, INFRAERO e EMGEPRON. Ex-funcionária do Banco do Brasil S/A (1980 a 1996), onde atuou em arrecadação tributária, conciliações/controles contábeis e financeiros, e da TELEBRÁS, EMGEA e HEMOBRÁS (2006 a 2011), responsável pela execução, gerenciamento e coordenação de atividades relacionadas às áreas contábil, financeira, tributária e orçamentária.

Ao longo do exercício de 2014, o Módulo de Auditoria Interna do Sistema de Informações da IMBEL (SIMBEL) sofreu alterações, passando a se chamar Módulo de Auditoria e Controle Interno, de forma a abranger também atividades relacionadas à Assessoria de Gestão do Controle Interno (AGCI). O mencionado Módulo proporciona à AI o controle e acompanhamento dos relatórios emitidos por Órgãos de Controle Interno e Externo – AI, AGCI, Conselho de Administração e Fiscal, CCIEx, TCU e CGU – e das providências tomadas pelos gestores, para o saneamento das recomendações, determinações, solicitações e orientações emitidas.

Adicionalmente, durante o ano, membros do Conselho Fiscal e do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) puderam ter acesso ao Sistema, para consultas. Esse movimento foi

um avanço rumo à transparência, visto que proporciona a todos os entes envolvidos com a IMBEL uma visão geral dos seus pontos fortes e de melhorias a serem implantadas diante de fragilidades identificadas.

Além disso, houve incentivo à capacitação dos membros da Auditoria Interna, em especial pelo CCIEx, o qual, periodicamente, tem reservado aos membros da AI da IMBEL vagas em cursos promovidos pelo Exército. A capacitação dos auditores é fundamental para a atualização de seus conhecimentos e aprimoramento de suas atuações, o que permite que os trabalhos da Auditoria Interna possam ser desenvolvidos com maior qualidade e eficiência. As atividades da Auditoria Interna concentraram-se, principalmente, na execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT/2014) aprovado pelo CCIEx e pelo Conselho de Administração da IMBEL e na análise das providências adotadas pela Empresa quanto às recomendações/orientações/solicitações apontadas pela AI nos 62 relatórios que gerou, bem como quanto às demandas do Conselho Fiscal, CCIEx e TCU.

Importante destacar que está em processo de aprovação, pelo Conselho de Administração, o Regimento Interno da Auditoria Interna, excluída do Regimento Interno da IMBEL, por decisão do próprio Conselho de Administração e da Alta Administração da Empresa.

Conforme a Minuta do referido Regimento, ora sob análise dos Conselheiros de Administração, buscou-se disciplinar as atividades da Auditoria Interna da IMBEL, o que possibilitará o fortalecimento de sua atuação.

2.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA E AS ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO DA UJ

2.3.1. Estrutura e atividades do sistema de correição.

a) Estrutura: Cada UP da IMBEL e sua SEDE, por meio de seus Chefes, tem autonomia para aplicação de Ações Disciplinares e de Correição, utilizando-se para as apurações necessárias, a instauração de processos administrativos cabíveis a cada situação. Após apuração, dentro dos mecanismos legais (Estatuto, Regulamento de Pessoal da IMBEL e demais regulamentos cabíveis), são dadas as soluções para cada processo.

Além disso, a IMBEL está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna, Auditoria Externa, Auditoria do CCIEx, Auditoria do TCU e do art. 71, inciso II da Constituição Federal.

b) Abrangência: Toda a IMBEL.

c) Atividades: Aquelas inerentes à condução dos processos administrativos e auditorias.

2.3.2. Base normativa que regulamenta a atividade de correição: Estatuto Social, Regimento Interno e Regulamento de Pessoal da IMBEL

2.3.3. Competências e responsabilidades: Diretoria e Chefes de UJ e Sede.

2.3.4. Principais resultados observados em relação à atividade de correição:

a) Punições administrativas aplicadas.

PUNIÇÕES	2013	2014	TOTAL
Demissão			
Cassação			
Destituição			
TOTAL EXPULSIVAS			
Suspensão	41	48	89
Advertência	43	38	81
TOTAL NÃO EXPULSIVAS			
TOTAL GERAL			

b) Principais causas das punições aplicadas (Art. 117, da Lei nº 8.112/90).

MOTIVOS	ACUMULADO 2013-2014	
	Qnt	%
Valimento Indevido de Cargo	0	0
Improbidade Administrativa	0	0
Abandono de Cargo	0	0
Recebimento de Propina	0	0
Acumulação ilegal de Cargos	0	0
Desídia	0	0
...	0	0
TOTAL GERAL		100%

2.3.2. INFORMAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DA PORTARIA Nº 1.043/2007-CGU

A IMBEL é uma empresa pública federal, com capital social integralmente subscrito e integralizado pela União. Todavia, conforme art. 173, § 1º, inciso II da Constituição Federal, está equiparada às empresas privadas.

De acordo com a Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, a IMBEL foi classificada como empresa pública dependente e, consequentemente, incluída no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estando obrigada a registrar sua execução orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Em função do exposto, se obriga à elaboração de suas Demonstrações Contábeis e Financeiras em conformidade com a Leis nº 6.404/76 (Lei das SA) e 4.320/64 (Lei Financeira Pública).

Está sujeita à fiscalização da Auditoria Interna e dos órgãos de controle interno e externo (CCIEx, CGU e TCU).

No ano de 2014, a IMBEL iniciou o processo de adesão ao PAD Gerencial, conforme a Portaria nº 1.043/2007-CGU.

2.4. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.						X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.						X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.						X
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.						X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.						X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.						X
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Comentários relevantes: A concepção do Sistema de Controle Interno, adotada pela IMBEL, trouxe aos agentes da administração um maior entendimento do que sejam os controles internos administrativos e a sua importância para a organização.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

2.5. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES

2.5.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

1) Base normativa da remuneração;

A política de remuneração dos membros da diretoria da IMBEL é regulada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

De acordo com o art. 6º do Anexo I do Decreto nº 7.063, de 13 de janeiro de 2010, a aprovação da remuneração dos administradores e conselheiros, depende de prévia manifestação do

DEST. Por outro lado, o § 6º do art. 17 do Decreto Lei nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 (Estatuto Social da IMBEL), estabelece que os salários e demais vantagens dos diretores serão fixados pelo Ministro de Estado da Defesa, por proposta do Comandante do Exército, observada a legislação pertinente.

2) Objetivos da política ou prática de remuneração;

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação citada no item 1.

3) Composição da remuneração:

A remuneração é composta conforme a legislação citada no item 1 acima.

4) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

5) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

6) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

7) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

8) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE.

9) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

a) termos e condições gerais; Conselho de Administração: Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE. Especificamente, na IMBEL, o mesmo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005 estabelece em seus Art. 16 e 30.

b) objetivos do plano;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

c) número máximo de ações abrangidas;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

d) condições de aquisições de ações;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

e) forma de liquidação;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

10) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

b) os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

c) os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

d) a descrição dos benefícios oferecidos.

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

2.5.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (Valores em R\$ 1,00)

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Gen Ex SINCLAIR JAMES MAYER	01/01/2014	31/12/2014	Abdicou do recebimento da gratificação												
Gen Div CESAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA	01/01/2014	31/12/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1703,48	1703,48	1703,48	1703,48	1703,48	1703,48	1703,48	20.441,76
Cel CARLOS JOSÉ DO NASCIMENTO	01/01/2014	31/05/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	-	-	-	-	-	-	-	8.517,40
Gen Div R1 VITOR CARULLA FILHO	01/07/2014	31/12/2014	-	-	-	-	-	-	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1703,48	10.220,88
TANIA MARIA TEIXEIRA DE CARVALHO	01/01/2014	30/06/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1703,48	-	-	-	-	-	-	10.220,88
VITOR JOÃO FACHINI VASHIST	01/07/2014	30/11/2014	-	-	-	-	-	-	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1703,48	-	8.517,40
RODRIGO ANDRÉ DE CASTRO S. REGO	01/01/2014	30/04/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	-	-	-	-	-	-	-	-	6.813,92
NELSON LEITÃO PAES	01/05/2014	31/12/2014	-	-	-	-	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1703,48	1703,48	1703,48	13.627,84
Gen Bda R1 ALVARO HENRIQUE V. DE MORAES	01/01/2014	31/03/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.110,44
Gen Div R1 CELSO JOSE TIAGO	01/04/2014	31/12/2014	Abdicou do recebimento da gratificação												
1º Ten R1 CARLOS BARBOSA	01/01/2014	31/05/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	-	-	-	-	-	-	-	8.517,40
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	Fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Gen Bda EXPEDITO ALVES DE LIMA	01/01/2014	31/12/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	20.441,76
Cel EUSTÁQUIO ALVES DA COSTA NETO	01/01/2014	30/06/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	-	-	-	-	-	-	10.220,88
Cel EDSON PIEROBON	01/09/2014	31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	6.813,92
Cap ANDRÉ MARCOS DA SILVA	01/01/2014	31/12/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	20.441,76
RODRIGO DUARTE DOURADO	01/01/2014	31/12/2014	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	1.703,48	20.441,76

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

2.5.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores (Valores em R\$ 1,00)

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.156.981,11	958.855,13	789.713,09
a) salário ou pró-labore	1.156.981,11	958.855,13	789.713,09
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus			
f) participação nos resultados			
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.156.981,11	958.855,13	789.713,09
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

2.5.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Não se aplica à IMBEL por ser EMPRESA PÚBLICA DEPENDENTE

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Existem 02 (dois) canais de comunicação institucional com a sociedade, a cargo da Ouvidoria: o **SIMBEL**, sistema corporativo de gerenciamento de informações internas e externas, e o **e-SIC**, sistema eletrônico gerenciado pelo governo federal destinado ao acolhimento de dúvidas, denúncias e sugestões do cidadão. São duas ferramentas eletrônicas essenciais para obtenção de demandas do público em geral, sendo gerenciadas pela Ouvidoria da IMBEL.

A Ouvidoria da IMBEL é o canal destinado a receber sugestões, informações, reclamações, elogios, denúncias ou qualquer outro tipo de demanda, sendo um eficiente canal de diálogo entre os diversos públicos de interesse (funcionários, poder público, clientes institucionais e privados, fornecedores e comunidades onde atua) e a direção da Empresa. Ela é um instrumento de incentivo à transparência, ética, preservação ambiental e valorização dos direitos humanos.

A Ouvidoria da IMBEL incorpora outro importante canal de comunicação com os públicos de interesse da Empresa: o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), por intermédio do sistema anteriormente descrito. A Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI), sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamentou o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no âmbito dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, decorrendo dessa servidão a criação do SIC.

Das informações coletadas das demandas recebidas e tratadas nos 02 (dois) canais de comunicação, resultam importantes indicadores para subsidiar algumas decisões corporativas, particularmente aquelas que envolvem os clientes institucionais e privados da empresa.

3.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

Na Empresa, enquanto o SIC presta informações aos cidadãos, a Ouvidoria atua como canal de ligação com todos os públicos de interesse, sem chocar-se com outras instâncias, mas agindo como uma segunda instância para buscar solucionar conflitos.

É importante esclarecer que a porta de entrada das manifestações relativas à assistência técnica e pós-vendas não é a Ouvidoria, mas, sim, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), operado e gerenciado, a partir de setembro de 2014, pela Diretoria de Mercado localizada na Sede - Brasília.

Além do contato telefônico, das mensagens eletrônicas e da presença física do demandante, outras duas importantes portas de entrada das manifestações na Ouvidoria são o sistema de informações no módulo - Ouvidoria (SIMBEL - Ouvidoria) e o e - SIC, destinado ao encaminhamento de demandas pelo Sistema de Informações do Cidadão. Tais funcionalidades são ferramentas eletrônicas que possibilitam controlar o recebimento, acompanhamento, solução e arquivamento dos pedidos encaminhados à Ouvidoria/SIC.

A IMBEL ainda não dispõe de equipamentos que quantifiquem e processem os contatos telefônicos externos com a Ouvidoria, o que implica excluir dos relatórios confeccionados o número de atendimentos realizados nessa modalidade. Foram iniciados estudos para dotar a empresa com uma Unidade de Resposta Audível (URA).

Periodicamente, foram elaborados pela Ouvidoria e apresentados à Presidência, relatórios sintéticos sobre os atendimentos ao público nos respectivos períodos, servindo como subsídio para a tomada de decisões empresariais.

3.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A IMBEL é uma empresa estratégica de natureza fabril, não se caracterizando, portanto, como uma entidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, mas uma fornecedora de produtos industrializados.

Independente do seu papel institucional, a IMBEL disponibiliza em seu site www.imbel.gov.br, áreas destinadas aos contatos com o público externo, seja para a apresentação de demandas pelo cidadão de uma maneira geral (ícone INFORMAÇÃO AO CIDADÃO), seja para a comunicação de caráter comercial com os diversos segmentos de clientes institucional privado, interno e externo (opção FALE CONOSCO na barra de menu principal).

3.3. MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO

Não existem, por enquanto, mecanismos para medição científica do grau de satisfação dos clientes da IMBEL. Os gráficos e tabelas gerados automaticamente pelo SIMBEL e pelo e-SIC permitem, apenas, a visualização da natureza e quantidade das demandas encaminhadas, incluindo as reclamações e elogios, que podem oferecer alguns indicadores da satisfação do cliente IMBEL.

3.4. CAMINHO DE ACESSO NO PORTAL DA UJ ÀS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

No site da IMBEL www.imbel.gov.br são exibidas informações que explicitam a transparência adotada na gestão da empresa, podendo tais informações serem acessadas pelo cidadão, por meio do seguinte caminho:

- QUEM SOMOS – TRANSPARÊNCIA

3.5. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UJ NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Como já tratado em item anterior, a IMBEL não é uma entidade prestadora de serviços diretos ao cidadão, o que a desobriga, salvo outro juízo, de submeter-se a uma Carta de Serviços ao Cidadão, embora disponibilize de forma transparente, as informações que, por Lei, podem ser acessadas pelo público em geral.

Também como já foi anteriormente informado, até o presente momento, a IMBEL não se vale de pesquisas qualitativas ou quantitativas junto aos clientes para aferição do nível de satisfação.

3.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE

Na Sede de Brasília, a IMBEL não tem controle sobre tais providências, uma vez que ocupa parte das instalações pertencentes ao QG do Exército.

Algumas Unidades de Produção da empresa adotam procedimentos e medidas pontuais, que facilitam a mobilidade. Foram iniciados estudos para adequar a empresa, como um todo, à legislação que trata do assunto.

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UJ

a. caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

1) Inicialmente, torna-se oportuno recordar que a **IMBEL[®], EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA**, constituída nos termos da Lei 6.227 de 14 de julho de 1975, é uma empresa pública dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército, com a missão de produzir e comercializar produtos de defesa e segurança (PRODE) para clientes institucionais, especialmente, Forças Armadas, Forças Policiais e clientes privados.

2) Os principais produtos fabricados e comercializados pela IMBEL[®] são: fuzis, pistolas e carabinas; munições de artilharia, de morteiros e de carros de combate; pólvoras militares e civis; explosivos militares e civis, e acessórios de explosivos; sistemas e equipamentos de comunicações e eletrônica; e sistemas de abrigos temporários de campanha, humanitários e defesa civil.

3) Destarte, pode-se inferir que o mercado de PRODE no qual a IMBEL[®] atua, pode ser segmentado em mercado interno e mercado externo, sendo o primeiro integrado pelos seguintes segmentos:

a) Defesa: focando os órgãos mencionados no Art. 142 da Constituição Federal de 1988 (CF 88);

b) Segurança: focando os órgãos mencionados no Art. 144 da CF 88; e

c) Privado: visando os demais públicos da sociedade brasileira, tendo como apanágio as especificidades dos PRODE, que normalmente têm emprego dual, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa, bem como atender às demandas dos clientes institucionais, no viés logístico e de mobilização.

d) O mercado externo tem tratamento especial, pois as autorizações e anuências para a comercialização, necessariamente, passam pelos processos e rotinas estabelecidas pelo **Siscomex**.

4) Comportamento do mercado de atuação

a) Na caracterização dos mercados, observa-se que os três segmentos apresentados (Defesa, Segurança e Privado), apresentam características e comportamentos muito distintos e singulares.

b) Os segmentos de defesa e segurança não são regidos pelas leis do mercado. A indústria de PRODE por ser um dos mais importantes instrumentos de defesa e segurança de um país, além de ser um catalisador de tecnologia, é considerada estratégica. A lógica econômica não prevalece, exceto para alguns segmentos muito específicos, com grande demanda fora das Forças Armadas, como é o caso de armas e munições de pequeno calibre e, atualmente, veículos não tripulados, todos estes fora do portfólio de produtos IMBEL[®].

c) O mercado de PRODE caracteriza-se, para todos os efeitos práticos, como um mercado monopsônico, uma vez que tem foco em apenas um consumidor (Governo Federal). Adicionalmente, trata-se de um mercado fortemente controlado por todos os países que detêm tecnologias relevantes para a defesa. Embora o recurso à exportação seja importante e perseguido por quase todos os países que possuem indústria de defesa robusta, esse mercado é alvo de constantes barreiras de diversas ordens. Ou seja, paradoxalmente, este mercado é ao mesmo tempo estimulado e rigidamente controlado pelos governos. Assim, o acesso à cadeia produtiva internacional é uma árdua e dificultosa tarefa.

d) O mercado de PRODE também apresenta fortes barreiras de entrada, tanto políticas (pois normalmente é fortemente regulado e controlado pelos estados), como tecnológicas (devido à alta complexidade dos meios de defesa) e, também, de saída, pois, sendo um estratégico instrumento de defesa, nenhum país pode se dar ao luxo de permitir que, abruptamente, uma indústria deixe de prover os meios e/ou insumos demandados. A dimensão do mercado para o segmento de PRO-

DE depende fundamentalmente do orçamento de defesa e segurança e da parcela desse orçamento alocada ao desenvolvimento e aquisição de PRODE.

e) O segmento privado, no entanto, é regido basicamente pelas leis de mercado (oferta e procura) em que a competição entre vários fornecedores (nacionais e/ou internacionais) é normalmente muito acirrada. A grande quantidade de fornecedores e consumidores caracteriza esse mercado como competitivo. Inovação e produtividade são fatores fundamentais para sobrevivência e sucesso.

b. principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada;

PORTFÓLIO DE PRODUTOS IMBEL®			
Unidade de Produção	PRODE	FORNECEDORES	
		Nacional	Estrangeiro
Fábrica de Itajubá	- Fuzis e Carabinas (*)	IMBEL® Fornecedor Exclusivo Forças Armadas	Amplo Elenco de Fabricantes Internacionais
	- Pistolas (*)	- TAURUS	- GLOCK e CZ
Fábrica de Juiz de Fora	- Munição Pesada de Artilharia e Morteiro. (*)	IMBEL® Fornecedor Exclusivo (1) EMGEPRON fornece também Mun Art 105 MM	Amplo Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica Presidente Vargas	Explosivos (TNT), Pólvoras, Nitrocelulose Civil (Colódio) e Guerra (*)	IMBEL® Fornecedor Exclusivo (2) A Nitroquímica fornece ao mercado privado a Nitrocelulose civil.	Amplo Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica da Estrela	Explosivos, Pólvoras e Acessórios. (*)	IMBEL® Fornecedor Exclusivo Forças Armadas (3) Pólvoras - Amplo Elenco de Fornecedores nacionais	Amplo Elenco de Fabricantes Internacionais
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica	Sistemas e Equipamentos de Comunicações e Eletrônica	IMBEL® Fabricante de Produtos Exclusivos para o Comando do Exército	Amplo Elenco de Fabricantes Internacionais

(*) Mercado controlado pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Comando do Exército.

c. contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação;

1) Para realizar a contextualização dos produtos e serviços ofertados pela IMBEL® em relação ao ambiente em que atua é necessário realizar uma avaliação sintética do ambiente em que área de Defesa e Segurança encontra-se imersa.

2) Assim, no que tange ao ambiente político-legal a implementação de iniciativas pioneiras como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas com seus objetivos de reestruturação e de fortalecer a Base Industrial de Defesa (que inclui os segmentos científico, tecnológico, industrial e de logística) – BID colocou o tema Defesa e Segurança na agenda político-econômica nacional.

3) O ambiente sociocultural nacional e internacional, em consequência das últimas ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terrorismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, tornou-se mais permeável a iniciativas de fortalecimento da área da defesa e segurança.

4) O ambiente tecnológico e econômico, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso às informações tecnológicas de qualidade, que possibilita articulá-lo de forma ótima a projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia, sinaliza promissor para o desenvolvimento da BID.

5) Neste contexto, a IMBEL[®] ver-se-á credenciada a aproveitar de forma proficiente as oportunidades abertas pelas novas tendências de mercado, tendo sua estrutura fabril recuperada e modernizada, com consequente aumento do portfólio de produtos e de suas capacidades produtivas, devidamente adequadas à legislação ambiental, mantendo a produção continuada de material de emprego militar e uma firme atuação na pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores.

6) Destarte, pode-se inferir que as expectativas em relação às tendências de mercado é extremamente favorável ao fortalecimento da Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa no próximo decênio.

d. ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio;

1) A conjuntura político-econômica hodierna do campo da defesa e segurança apresenta excelentes oportunidades mercadológicas de comercialização de Produtos de Defesa (PRODE), em consequência das crescentes demandas dos atores institucionais.

2) As referidas demandas são resultantes da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa em 2008; dos prováveis empregos dos atores institucionais na segurança de grandes eventos esportivos, religiosos e político-econômicos, de repercussão internacional, previstos para o biênio 2014/2016; dos grandes empreendimentos e programas de governo na área de Defesa e Segurança; e ainda, dos Projetos Estratégicos indutores da transformação das Forças Armadas.

3) Tais oportunidades serão expandidas com as facilidades e benefícios da implementação da Lei 12.598/2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e ainda, dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, com o estabelecimento de um Regime Especial de Tributação para a Indústria de Defesa – RETID.

4) Assim, a atual conjuntura criou excelentes oportunidades de negócios, o que fez com que a letargia, imobilismo e incertezas das indústrias de defesa e segurança fossem abandonados e adotadas atitudes mais proativas e dinâmicas. Tais aspectos chamaram a atenção de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, provocando grande migração de atores de vários campos para a área de defesa e segurança.

5) As imposições e servidões impostas pela legislação nacional fizeram com que os novos *players*, em especial os advindos do exterior, sedentos de novos mercados, num contexto internacional de crise econômica em seus países de origem, buscassem parcerias com empresas nacionais para concretizar, a médio prazo, suas aspirações de conquista do almejado mercado florescente de defesa e segurança.

6) Tal atitude associada à reorganização e migração dos agentes nacionais para outros setores da economia nacional, fizeram com que a competição e busca de empresas nacionais tradicionais do campo da defesa e segurança transformassem em alvos de contumazes solicitações de parcerias.

7) As aquisições, fusões e *joint ventures*, a primeira vista interessante para reduzir o *gap* tecnológico existente da Base Industrial de Defesa, devem ser tratadas com muito cuidado, tendo em vista a possibilidade de perda do mercado nacional e regional e a descaracterização das empresas nacionais, com sério risco ao patrimônio nacional. Assim, dependendo da forma de gestão poderá ser interessante ou danosa aos interesses nacionais.

8) No cenário apresentado de oportunidades inéditas, a IMBEL® sofre ameaça de uma concorrência considerável e crescente devido às suas características e possibilidades advindas da condição de Empresa Pública Dependente, o que faz com que as iniciativas esbarrem na letargia dos processos de investimentos e de reação tempestiva para atender às demandas crescentes do segmento de Defesa e Segurança.

9) Numa tentativa de superar as citadas ameaças e ainda, atender às servidões impostas na Estratégia Nacional de Defesa – *"componente estatal da indústria de material de defesa terá que atuar, portanto, no teto, e não no piso tecnológico"* – e no Planejamento Estratégico do Exército 2016/2019, a Direção da empresa partiu para a implantação de um novo modelo gerencial, com o fito de aproveitar de forma ótima as oportunidades emergentes.

e. informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços;

1) Em 2014, as compras do principal cliente institucional da IMBEL® – Comando do Exército – movimentaram R\$ 41.232.225,64 na aquisição de bens e serviços, levando-se em consideração todas as modalidades de contratação. A dispensa/inexigibilidade de licitação foi responsável por 100 % das aquisições, devido às especificidades dos produtos e serviços comercializados.

2) O segmento de segurança contratou R\$ 21.919.845,25, sendo em sua maior parte por certame licitatório.

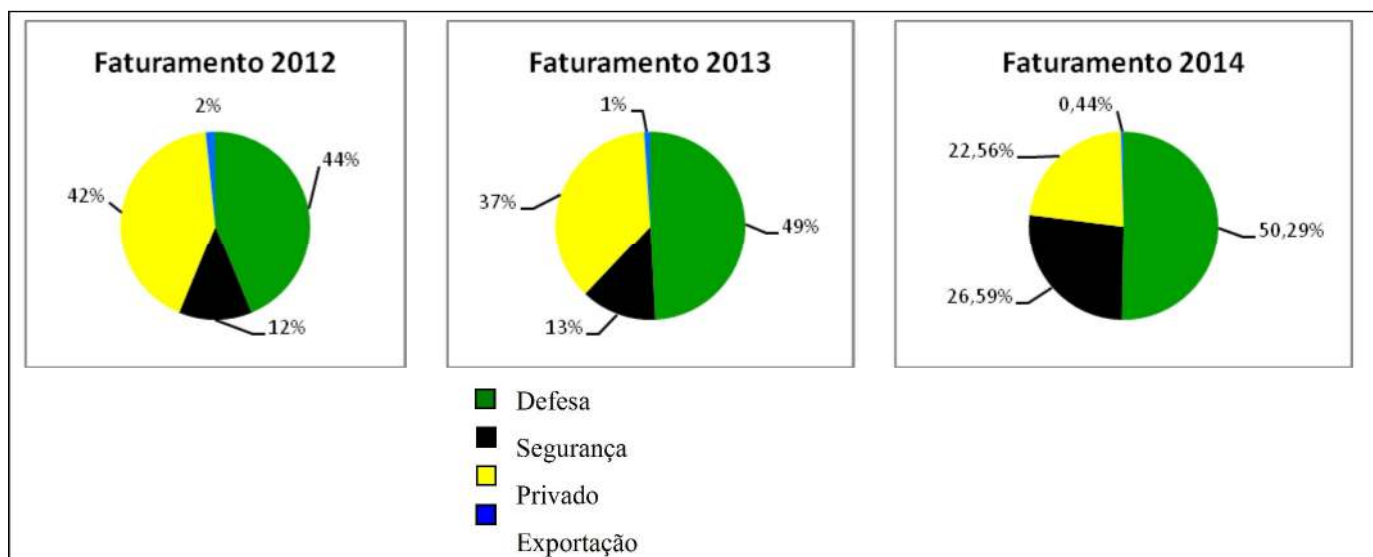
3) O mercado privado comprou o montante de R\$ 18.527.793,96 e o Mercado Externo o total de R\$ 365.806,61.

4) No referido ano, o faturamento da IMBEL® foi de R\$ 82.109.143,70, com uma receita de R\$ 72.981.504,37.

5) Neste contexto, pode-se observar a evolução dos mercados na série histórica a seguir:

Interno - Defesa e Segurança				Interno - Privado		Mercado Externo		Faturamento	
Defesa		Segurança		Ano	Valor R\$	Ano	Valor R\$	Ano	Valor R\$
Ano	Valor R\$	Ano	Valor R\$						
2012	29.640.067,97	2012	8.469.093,47	2012	28.521.636,01	2012	1.105.491,75	2012	67.736.289,20
2013	39.059.006,77	2013	10.238.583,40	2013	29.259.825,63	2013	852.824,31	2013	79.410.240,11
2014 (*)	41.295.697,88	2014 (*)	21.919.845,25	2014 (*)	18.527.793,96	2014 (*)	365.806,61	2014 (*)	82.109.143,70

(*) valor em processamento, poderá sofrer pequenas alterações em função do fechamento do balanço.



f. descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

1) O mercado de defesa interno depende fundamentalmente do orçamento de defesa e da parcela desse orçamento alocado ao desenvolvimento e aquisição de produtos e serviços de defesa (PRODE). A disponibilidade de orçamento criará as condições favoráveis à IMBEL® de disponibilizar PRODE ajustados às demandas e capacidades financeiras dos clientes institucionais.

2) A redução do orçamento tanto da IMBEL®, fornecedora de PRODE, quanto dos clientes institucionais, a concorrência estrangeira que disponibiliza PRODE com preço mais competitivo que os nacionais, e as vulnerabilidades macroeconômicas, como cambio desfavorável, custo/dificuldades logísticas, oriunda de uma infraestrutura deficiente, falta de capacitação, cultura e tradição em exportação de PRODE, o que resulta em custos, juros e seguros elevados, faz com que os fabricantes de PRODE busquem novas estratégias para mitigar os riscos criados.

3) Dentro das estratégias visualizadas existe a possibilidade de incrementar a oferta de PRODE ao mercado externo, que por sua vez apresenta consideráveis barreiras políticas, tecnológicas, de infraestrutura e econômica.

4) Como o mercado externo de PRODE é por demais restritivo à inserção das empresas nacionais, deve-se buscar junto a outros agentes de Governo e da Base Industrial de Defesa, medidas viabilizadoras, como de **promoção de exportação**, com a criação de mecanismos, regras e normas governamentais que promovam a exportação de PRODE e orientem os servidores públicos a participar e contribuir na conquista de clientela estrangeira para produtos nacionais.

5) Ainda, existe possibilidade de se celebrar acordos bilaterais incentivando as vendas de governo a governo, atendendo aqueles países desejosos de comprar produtos de defesa do Brasil, e permitir oferecer “garantias de Estado”, por meio de um sistema facilitador; **visitas de Estado**, onde as empresas de defesa e segurança sejam convidadas a integrar comitivas oficiais do Governo brasileiro, tanto de visita como de recepção de comitivas estrangeiras; **competitividade de mercado**, com progressiva redução do custo Brasil incidente nos produtos; adoção de sistemas eficientes de **inteligência competitiva**, **proteção nas disputas comerciais**, e **apoio ao produto exportado**.

g. principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios;

1) Como abordado anteriormente, nos últimos exercícios ocorreram importantes mudanças no ambiente político-legal, fruto da implementação de iniciativas pioneiras, como a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégica Nacional de Defesa – END, o Livro Branco da Defesa Nacional – LBDN, o Plano Brasil Maior – PBM, a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID e os Planos de Transformação das Forças Armadas com seus objetivos de reestruturar e fortalecer a Base Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa – BID.

2) O ambiente sociocultural nacional e internacional também foi objeto de transformações, em consequência do acirramento das ameaças emergentes e assimétricas, caracterizadas pelo terro-

rismo, narcotráfico, crime organizado, entre outras, o que tornou mais permeável a vetores de iniciativas de fortalecimento da área da defesa e segurança.

3) O mesmo ocorreu com o ambiente tecnológico e econômico, fruto de seu preparo, desenvolvimento, e acesso à informações tecnológicas de qualidade, o qual passou a ficar mais articulado para absorver projetos de pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, capacitação industrial, e engenharia, sinalizando um favorecimento ao desenvolvimento da BID.

h. as informações referenciadas nas alíneas “a” a “g” acima devem ser contextualizadas, também, em relação ao ambiente de atuação de eventuais unidades descentralizadas com autonomia de atuação.

1) A IMBEL[®], apesar de ter sua sede instalada em Brasília/DF e suas Unidades de Produção localizadas nas cidades de Piquete/SP, Rio de Janeiro/RJ, Magé/RJ, Juiz de Fora/MG e Itajubá/MG, atua no mercado de defesa e segurança de forma centralizada devido às suas servidões de natureza legal, estatutária e regimental.

2) Assim, o presente item não é aplicável no caso da IMBEL[®].

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO DA UNIDADE

5.1.1. Plano Estratégico, Tático e Operacional

Na elaboração do Planejamento Estratégico (PE) 2011-2015 foi realizado um diagnóstico dos aspectos legais pela análise da legislação pertinente às suas atividades, o que possibilitou a identificação das oportunidades e limitações da regulamentação do setor. Todo o arcabouço regulatório pertinente à empresa foi considerado na elaboração do PE, bem como os principais interessados (Ministério da Defesa, Forças Armadas, Forças de Segurança Pública, etc.) foram ouvidos e suas necessidades analisadas.

Na análise ambiental foram considerados prioritariamente os mercados interno e externo de defesa, além dos mercados civil de armamento leve e de segurança, tendo sido identificadas oportunidades e ameaças inerentes aos ambientes externos à empresa.

Na formulação estratégica, a estratégia da empresa foi elaborada e desdobrada, para atender suas competências constitucionais, legais ou normativas, o que pode ser visto na declaração de Missão e Visão da empresa, bem como nos objetivos estratégicos e projetos estabelecidos.

O Planejamento Estratégico 2011-2015 foi vinculado com suas competências constitucionais, legais ou normativas tendo como diretrizes cinco pilares:

- Colaboradores Internos;
- Eficiência Operacional;
- Inovação Tecnológica;
- Responsabilidade Sócio Ambiental; e
- Satisfação dos Clientes.

Como consequência definiu-se a Missão e Visão da IMBEL:

• **MISSÃO da IMBEL:** Desenvolver e produzir material de defesa, segurança e seus derivados para uso civil, integrando a Base Industrial de Defesa nacional.

• **VISÃO da IMBEL:** Aprimorar e consolidar a sua imagem no mercado nacional e internacional e ser reconhecida como empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de materiais de defesa e segurança.

Visando à implementação e operacionalização do PE 2011-2015, foram definidos os objetivos estratégicos para 2014:

- Recuperação da capacidade instalada, priorizando as plantas que estão em funcionamento;
- Incrementar a capacidade instalada;
- Instalar novas linhas de produção, com base na análise de mercado; e,
- Dar especial atenção à segurança do trabalho, qualidade do produto e adequação das linhas de produção à legislação e normas ambientais.

A principal realização em 2014 foi a entrega do lote piloto do fuzil IA2. Este feito materializa o alcance de uma das metas estabelecidas no planejamento estratégico formulado para o período 2011-2015 e inserido no Programa Temático: 2055 – Desenvolvimento Produtivo, Objetivo 0196.

Além do exposto, ressalta-se o alcance de metas concebidas dentro do Planejamento Estratégico do período 2011-2015, como modernização e adequação da infraestrutura à legislação ambiental e trabalhista, onde as entregas previstas nos respectivos projetos apontam para a conclusão dentro do cronograma previsto com previsão de término em 2015.

5.1.2. Principais Objetivos Estratégicos da UJ para o Exercício de 2014 e as Estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos Riscos Envolvidos.

5.1.2.1. Principais Objetivos Estratégicos da UJ

I – Recuperar a capacidade instalada, priorizando as plantas que estão em funcionamento;

- a) Executar a manutenção com profundidade;
- b) Substituir os equipamentos mais desgastados;
- c) Eliminar os gargalos com a instalação de novos equipamentos e máquinas.

II - Incrementar a capacidade instalada;

- a) Instalar nas plantas em funcionamento, máquinas e equipamentos modernos, visando o aumento da produção;
- b) Transferir plantas entre as Unidades de Produção, em razão da vocação das fábricas; e,
- c) Instalar novas plantas visando complementar a capacidade instalada.

III - Instalar novas linhas de produção, com base na análise de mercado; e,

IV - Dar especial atenção à segurança do trabalho, qualidade do produto e adequação das linhas de produção à legislação e normas ambientais.

5.1.2.2. Estratégias adotadas pela UJ para atingir os Objetivos Estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos

Foi realizada a avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas:

1. Restrição orçamentária / financeira.
 - a. Reunião de Diretoria / Reunião Orçamentária – para adequação dos limites de empenho.
2. Redução da demanda de produtos de defesa.
 - a. Redimensionamento da meta e de produção.
3. Restrições/limitações no sistema produtivo.
 - a. Redimensionamento do projeto de modernização.
4. Problemas relativos à força de trabalho.
 - a. Aprovação do DEST/MPOG das demandas dos funcionários.

Outras estratégias consideradas relevantes pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos:

- 1- Reuniões de Diretoria;
- 2- Reuniões do Conselho de Administração;
- 3- Reuniões Orçamentárias;
- 4- Seminário de Produção;
- 5- Reuniões dos Agentes da Administração;
- 6- Reuniões Industriais e de P&D;
- 7- Reuniões de Acompanhamento de Projetos;
- 8- Reuniões e visitas de Segurança do Trabalho, Qualidade e Meio Ambiente;
- 9- Auditorias internas de Segurança do Trabalho e Qualidade;
- 10- Participação de Feiras e Simpósios;
- 11- Informativos internos da IMBEL;
- 12- Intranet Corporativa; e
- 13- Relatórios Gerenciais.

5.1.3. Avaliação sobre os Estágios de Implementação do Planejamento Estratégico

Diante das especificidades do portfólio de produtos e do mercado no qual a IMBEL está inserida e também da necessidade de melhor visualização de cenários futuros, foi identificada a demanda de criação de um setor específico que concentrasse aspectos fundamentais da gestão empresarial.

Assim foi criada em 2014 a Assessoria de Planejamento e Gestão. Esta assessoria incorporou competências críticas em planejamento e gestão em níveis estratégicos, gestão de projetos e gestão de processos, aglutinando no mesmo espaço físico as capacidades de planejamento, organização e controle. É um aprendizado incorporado de boas práticas de gestão existentes que podem contribuir substancialmente para maior eficácia do processo decisório e para aumento da capacidade de direção da Alta Administração.

Outro aprendizado incorporado na implementação do Planejamento Estratégico foi a criação de um instrumento que orientasse as ações que deveriam ser executadas pelos diversos setores da Empresa para melhorar o desempenho administrativo, produtivo e comercial, ao mesmo tempo em que oferecesse parâmetros de fiscalização e controle dos resultados alcançados com estas ações. Consequentemente, a IMBEL adotou em outubro de 2014 a prática de formulação do Plano de Ação Corporativo.

O Plano de Ação Corporativo tem por objetivo transformar o planejamento em ação. Com base no Planejamento Estratégico em vigor todos os setores funcionais receberam objetivos a alcançar em 2015, mesmo aqueles que não exigem a abertura formal de um projeto. As ações a realizar foram sintetizadas em um documento único o Plano de Ação Corporativo 2015, consolidado no início deste ano.

Nesta sistemática, cada ação a ser desenvolvida, responde as questões: o que será feito? onde será feito? por que será feito? quem é o responsável? qual o prazo? como será feito? quanto custa?

Além das ações setoriais, o Plano de Ação contém indicadores de direção e de resultado que permitem o acompanhamento do desempenho organizacional. Também oferece maior visibilidade aos projetos abertos e controle sobre os entregáveis.

Desta forma, pretende-se promover o alinhamento do planejamento estratégico organizacional, com o PPA, com a disponibilidade orçamentária, e com diretrizes emanadas pelo

Conselho de Administração e pela Diretoria da Empresa, além de viabilizar a transformação do planejamento em ação.

5.1.4. Demonstração da Vinculação do Plano da UJ com as Competências Constitucionais, Legais ou Normativas e com o PPA

O Decreto 5338, de 12 de janeiro de 2005, aprova o Estatuto Social da Indústria de Material Bélico do Brasil. O Art 4º do Estatuto aponta a finalidade da existência da IMBEL: “ ... desenvolverá suas atividades no setor de produtos de defesa, com estrita observância das políticas, planos e programas do Governo Federal, bem como das diretrizes para ela fixadas pelo Comando do Exército, ...”.

Neste escopo o planejamento estratégico da IMBEL foi desenvolvido e norteia as atividades das Unidades de Produção e do relacionamento com os demais entes da Federação interessados e clientes.

Os principais objetivos estratégicos estabelecidos em 2014 para acompanhamento das ações setoriais em 2015 estão alinhados com a estratégia corporativa. São eles:

- priorizar a capacitação dos colaboradores;
- atingir o crescimento das receitas;
- reduzir os custos operacionais;
- aumentar a capacidade de inovação tecnológica;
- adequar-se as normas ambientais vigentes;
- melhorar a segurança do trabalho; e
- reduzir o ciclo pedido-entrega ao cliente privado.

Tudo reflete a observação dos princípios da Administração Pública, além da orientação de incorporar as melhores práticas de gestão existentes.

5.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.1. Relação dos objetivos do PPA que estiveram em 2014 na responsabilidade da UJ

Esta UJ não é responsável por objetivos relacionados no Plano Plurianual.

5.2.2. Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual

5.2.2.1. Programação e Execução Orçamentária e Financeira

5.2.2.1.1. Ações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação	
Código	4528 Tipo: Atividade
Título	Produção de Material de Emprego Militar
Iniciativa	00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país
Objetivo	Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva. Código: 0196
Programa	Desenvolvimento Produtivo Código: 2055 Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	52221
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras
Lei Orçamentária 2014	
Execução Orçamentária e Financeira	

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
94.785.000	94.785.000	94.783.118	94.783.118	61.727.933	0	33.055.184
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
META PRODUÇÃO					HOMEM/HORA	537 730
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
43.247.410	35.654.042	-1.288.065	META PRODUÇÃO			

Identificação da Ação						
Código	20TP Tipo: Atividade					
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo:					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
63.584.513	71.884.513	71.884.513	71.884.513	71.651.163	0	233.349
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.374.966	2.836.694	0	Não se aplica			

Identificação da Ação	
Código	2000 Tipo: Atividade
Título	Administração da Unidade
Iniciativa	Não se aplica
Objetivo	Não se aplica Código:

Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.002.558	40.002.558	39.144.710	39.144.710	31.487.209	0	7.657.501
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
8.206.051	7.778.710	-105.498	Não se aplica			

Identificação da Ação						
Código	2012 Tipo: Atividade					
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO - CIVIS					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.080.000	12.790.000	12.790.000	12.790.000	11.726.035	0	1.063.965
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Não se aplica						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
956.033	956.033	0	Não se aplica			

Identificação da Ação							
Código		2004 Tipo: Atividade					
Título		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa		Não se aplica					
Objetivo		Não se aplica Código:					
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária		52221					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
6.946.272	10.146.272	10.146.272	10.146.272	9.836.367	0	309.905	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não se aplica							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
768.869	752.819	-15.612	Não se aplica				

Identificação da Ação						
Código		2011 Tipo: Atividade				
Título		Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares				
Iniciativa		Não se aplica				
Objetivo		Não se aplica Código:				
Programa		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária		52221				
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2 100 000	1 380 000	1 380 000	1 380 000	1 203 954	0	176 046

Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
NAO SE APLICA						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
177.975	166.407	-5.035	NAO SE APLICA			

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo:					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
84.000	84.000	84.000	84.000	80.721	0	3.279
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
NÃO SE APLICA						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.774	0	0	NAO SE APLICA			

Identificação da Ação						
Código	00M1 Tipo: Atividade					
Título	AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa Código: 2108 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	52221					

Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
84.008	144.008	144.008	144.008	135.535	0	8.473
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
NÃO SE APLICA						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	NAO SE APLICA			

Identificação da Ação						
Código	0536 Tipo:					
Título	BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Código: 0909Tipo:					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
95.030	118.030	114.030	114.030	114.030	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
NÃO SE APLICA						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	NAO SE APLICA			

Identificação da Ação	
Código	0022 Tipo: Especial

Título	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais					
Iniciativa	Não se aplica					
Objetivo	Não se aplica Código:					
Programa	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Código: 0901 Tipo: Especial					
Unidade Orçamentária	52221					
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.040.000	1.896.789	1.896.785	1.896.785	1.849.909	0	46.876
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
NÃO SE APLICA						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0	0	0	NAO SE APLICA			

5.2.2.1.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados (OFSS)

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código		4105 Tipo:. Atividade			
Título		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA			
Iniciativa		00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país			
Objetivo		Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva. Código: 0196			
Programa		Desenvolvimento Produtivo Código: 2055 Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária					
Ação Prioritária		() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
273.800	116.516	-9.450			

Nota Explicativa: ação passou a ser 4528.

5.2.2.2. Resultados Alcançados – Análise Situacional

a) Execução das metas:

Em sua ação finalística, Ação Orçamentária 4528 - Produção de Material de Emprego Militar, no exercício de 2014, IMBEL não sofreu contingenciamento, o que permitiu o alcance de 78% das metas planejadas.

b) Fatores intervenientes:

Os seguintes fatores influenciaram nos resultados alcançados:

- autorização de 99,7% da LOA 2014;
- dificuldade para a realização de licitações dos itens de alta complexidade; e
- greve dos funcionários.

c) Restos a pagar:

As especificações técnicas para elaboração dos termos de referência e a realização dos respectivos processos licitatórios demandaram um tempo maior que as contratações rotineiras, somente sendo possível a emissão de diversos empenhos ao final do exercício financeiro de 2014. Dessa forma, não houve tempo hábil para o recebimento dos itens adquiridos, e dos serviços contratados.

A complexidade da execução dos projetos de recuperação do parque fabril também concorreu para o aumento da inscrição de despesas em restos a pagar.

Ressalte-se que a liberação dos recursos ocorridos nos dois últimos meses do ano acarretaram a inscrição de 66% dos recursos discricionários do Grupo 4 (Investimento), e de 24% do Grupo 3 (Custeio).

d) Ação Prioritária na LDO:

Os recursos para o pagamento de pessoal, auxílio alimentação e auxílio saúde tiveram que ser suplementados devido ao reajuste de salários, valores dos benefícios e de contratos de assistência médica.

5.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

A IMBEL Empresa Pública Dependente em sua Administração Financeira com suas diversas variáveis, como impostos, empregados celetistas e demais encargos de uma Empresa Privada, com administração em duas Leis 4320/64 e a 6404/76, observando os campos do direito do consumidor, comercial, tributário, financeiro e administrativo.

A atual gestão está buscando alinhar o seu planejamento com a diretriz nº 1 da Presidência da IMBEL, priorizou os projetos da área produtiva, compreendendo a recuperação e modernização das linhas de produção, adequação das plantas à legislação ambiental, normas de segurança do trabalho e inovação tecnológica.

Dentro dos resultados da gestão com impacto no próximo PPA está inserido o Projeto Inova-Rondon (TRC 1222), que tem por objetivo desenvolver tecnologia nacional para transceptores e reduzir a dependência externa na área de tecnologia da informação e comunicações. O projeto foi lançado em 2014 e tem previsão de término em 2017. Conta com parceria com o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e da Empresa Kryptos.

Em 2014, foram aplicados recursos em diversos projetos e ações cujo término está previsto para o exercício de 2015 e acompanhados por meio do Plano de Ação Corporativo. Estas aplicações têm por objetivo a modernização e recuperação de plantas industriais, desenvolvimento de novos produtos, adequação à legislação ambiental e trabalhista, melhoria de produtos, além de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

5.4. INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aumentar o faturamento em 12% aa	17%	12%	3%	anual	$\frac{(FAT_{m_i a_j} - FAT_{m_i a_{j-1}})}{FAT_{m_i a_{j-1}}}$ $FAT_{m_i a_j}$: faturamento acumulado até o mês i do ano j $FAT_{m_i a_{j-1}}$: faturamento acumulado até o mês i do ano j - 1
Óbices da Produção FPV – Planta de trotil ficou até agosto de 2014 sem produzir em razão da implantação de um projeto de adequação à legislação ambiental. Nitrocelulose colódio - parou de produzir em julho, pois os custos de produção estavam elevados. Parada para manutenção da torre de nitração de 15/09 a 09/10/2014. Em 10/10/2014 inicio produção de Nitrocelulose de Alta e Baixa para atender o mercado interno - processo em adequação. FI – Vendas de fuzis e pistolas para o mercado interno não atingiram as metas. IMBEL – Atualização do sistema de informação gerencial EMS o que impossibilitou a geração de notas fiscais por 30 dias. Greve no período de 14 de abril a 09 de maio.					

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir Despesas Administrativas em 6% aa	15%	-6%	20%	anual	$\frac{(DAdm_{m;a_j} - DAdm_{m;a_{j-1}})}{DAdm_{m;a_{j-1}}}$ <i>DAdm_{m;a_j}</i> : despesa administrativa acumulada até o mês (do ano j) <i>DAdm_{m;a_{j-1}}</i> : despesa administrativa acumulada até o mês (do ano j-1).
Reduzir o nível de estoque em relação ao faturamento	72%	25%-35%	83%	anual	(estoque médio dos últimos 12 meses) / (faturamento acumulado dos últimos 12 meses)
Na FPV houve a produção de TNT e Grãos Propelentes não vendidos e na FJF e FI os ciclos de produção são extensos o que impacta o estoque de produtos em elaboração e semiacabados.					
Aumentar a utilização da Capacidade Real	39%	80%	36%	anual	$\frac{\sum_i^N X_i \times N_i}{X_{total}}$ <i>X_i</i> = tempo real de produção; <i>N_i</i> = quantidade produzida dos produtos; <i>X_{total}</i> = 12 de horas de custo de obra direta apontadas em cartão acumulado nos últimos dois meses.
Os investimentos realizados na manutenção da infraestrutura e na modernização das linhas de produção modificaram vários processos produtivos e em consequência alteraram o tempo padrão registrado no sistema de informação gerencial. Em consequência a IMBEL está revisando o sistema de custeio, pois tem verificado divergências entre o tempo padrão e o tempo real em algumas estruturas de produto. Como este fato pode levar a informações distorcidas, até que o sistema seja revisado, foi utilizado no cálculo do indicador o tempo real de produção. Em 2015 a IMBEL iniciará o projeto Melhoria da Eficiência Operacional, que tem como foco o aumento da produtividade e para isso um dos subprojetos que serão implantados será a revisão do sistema de custeio das unidades de produção.					
Reduzir as despesas com a manutenção da capacidade estratégica	39%	20%-30%	35%	anual	<i>Valor da manutenção da capacidade estratégica</i> $\frac{((C + D) - (DA + DC))}{C = custo; D = despesas; DA = despesa administrativa; DC = despesas comerciais.}$
Reduzir as perdas com refugo	2%	1,5%	1,66%	anual	<i>Valor do refugo</i> $\frac{((C + D) - (DA + DC))}{C = custo; D = despesas; DA = despesa administrativa; DC = despesas comerciais.}$
Reduzir o índice de devoluções	4%	ZERO	7%	anual	<i>Valor da devolução</i> $\frac{\text{faturamento}}$
Houve recall de 1.000 unidades do Fuzil 5,56 IA2.					

Dez/2013

Dez/2014

5.5. AVALIAÇÃO SOBRE ALTERAÇÕES NOS CUSTOS DE PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

A IMBEL, na qualidade de empresa pública de direito privado, regida pela lei 6.404/76, apura seus custos obedecendo às normas contábeis e tributárias estabelecidas para esse segmento, conforme a diversidade de produtos que possui. A metodologia aplicada para a avaliação de seus estoques é o custo médio mensal por unidade de produção.

A empresa está inserida num ramo de alta complexidade, pois industrializa, comercializa e presta serviços atinentes à indústria de defesa e segurança pública. O novo Sistema de Custos da Administração Pública (SIC) é adequado para registrar os custos de programas e serviços destinados à população, como é o caso das autarquias e fundações públicas. Apesar de ainda não integrar o SIC, a IMBEL está cumprindo em sua totalidade, o Artigo 99 da Lei 4.320, que especifica “Os serviços públicos Industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para

determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum”.

Por necessidade da preservação dos dados referentes à gama de produtos elencados no Capítulo 4 - Ambiente de Atuação, deixamos de apresentar a planilha desses custos, por tratar-se de produtos especiais estratégicos de nossa defesa nacional, tendo em vista que o Relatório de Gestão do TCU tem um caráter público, de âmbito globalizado, com divulgação na internet. Não obstante, as informações referentes à contabilidade de custos permanecem à disposição para eventuais consultas de auditoria e do controle interno.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

6.1.1. Programação de Despesa

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas (valores em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:			Código UO:			UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes				
			1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			64.124.513			136.460.910	
CRÉDITOS	9.007.088		9.007.088			6.358.701	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados					1.081.620	
Outras Operações							
Dotação final 2014 (A)			72.772.739			141.737.991	
Dotação final 2013(B)			68.848.883			144.190.716	
Variação (B/A-1)*100			5,70			(1,70)	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital			9 – Reserva de Contingência	
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL			18.215.958				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Dotação final 2014 (A)			18.215.958				
Dotação final 2013(B)			34.050.000				
Variação (B/A-1)*100			(46,50)				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Programação Orçamentária

a) Compatibilidade das dotações com as necessidades da UJ:

Na LOA de 2014 ocorreu a queda no investimento/custeio de 50% por adequação da estimativas de receitas.

b) Créditos extraordinários:

Não ocorreram no exercício de 2014.

6.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não ocorreu Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa no exercício de 2014

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa (valores em R\$ 1,00)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Concedidos	168002	160082	52221 05 122 2108 2000			311.192
		160504	52221 05 122 2108 2000			28.400
		160528	52221 05 122 2108 2000			3.500
Recebidos	160509	168007	52121 05 153 2058 20XJ			254
	167086	168008	52921 05 153 2058 4450			120.000
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	160509	168007	52121 05 153 2058 14T5	2.000.000		
	160509	168007	52121 05 153 2058 20XG	3.360.094		

6.1.3. Realização da Despesa

6.1.3.1. Realização da Despesa com Créditos Originários da UJ

6.1.3.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - Total

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - TOTAL
(valores em R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:		Código UO:52		UGO: 221	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação	57.253.561	78.167.490	44.886.723	46.250.508	
a) Convite	186.449	245.684	106.355	82.164	
b) Tomada de Preços	713.777	4.251.785	178.294	922.652	
c) Concorrência	1.454.975	13.356.351	1.116.665	2.826.690	
d) Pregão	54.898.360	60.313.670	43.485.409	42.419.001	
2. Contratações Diretas	44.820.122	34.553.127	27.085.290	20.916.238	
g) Dispensa	27.369.024	14.616.657	14.495.581	7.961.117	
h) Inexigibilidade	17.451.098	19.936.470	12.589.710	12.955.121	
3. Regime de Execução Especial	450.589	516.862	450.589	498.542	
i) Suprimento de Fundos	450.589	516.862	450.589	498.542	
4. Pagamento de Pessoal	72.913.069	69.340.103	72.662.603	64.945.197	
j) Pagamento em Folha	72.232.843	68.634.910	71.987.742	64.249.558	
k) Diárias	680.226	705.193	674.861	695.638	
5. Outros	56.930.095	47.913.860	44.727.650	43.653.338	
6. Total (1+2+3+4+5)	232.367.436	230.491.442	189.812.855	176.263.822	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.3.1.2. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - Valores Executados diretamente pela UJ

Não ocorreram no exercício de 2014.

6.1.3.1.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da UJ – TOTAL

Quadro A.6.1.3.3 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da UJ – TOTAL (R\$ 1,00)

Unidade Orçamentária:			Código UO: 52		UGO: 221			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 - Despesas de Pessoal	73.271.598	68.848.883	73.271.598	68.848.883	280.226	4.390.636	72.991.371	64.458.248
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	51.054.959	46.515.401	51.054.959	46.515.401	141.310	668.498	50.913.649	45.846.903
Despesas de Exercícios Anteriores	332.638	2.221.042	332.638	2.221.042	70.000	2.221.042	262.638	0
Sentenças Judiciais	1.387.085	500.000	1.387.085	500.000	46.876	15.670	1.340.208	484.330
Demais elementos do grupo	20.496.916	19.612.440	20.496.916	19.612.440	22.040	1.485.426	20.474.876	18.127.015
3 - Outras Despesas Correntes	141.390.990	129.148.484	141.390.990	129.148.484	31.625.928	24.062.511	109.765.062	105.085.973
Material de Consumo	42.281.626	47.638.350	42.281.626	47.638.350	12.600.374	14.531.520	29.681.252	33.106.831
Obrigações Tributárias e Contributivas	54.764.060	44.250.953	54.764.060	44.250.953	12.163.158	4.133.194	42.600.902	40.117.758
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	39.023.721	31.952.894	39.023.721	31.952.894	5.255.349	5.035.251	33.768.372	26.917.643
Demais elementos do grupo	5.321.583	5.306.287	5.321.583	5.306.287	1.607.047	362.546	3.714.536	4.943.741
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 - Investimentos	17.704.847	32.494.075	17.704.847	32.494.075	10.648.425	25.774.473	7.056.421	6.719.602
Equipamentos e Material Permanente	8.403.530	11.523.838	8.403.530	11.523.838	4.765.785	8.229.537	3.637.744	3.294.301
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.635.138	7.140.764	5.635.138	7.140.764	3.096.646	6.495.025	2.538.492	645.739
Obras e Instalações	3.216.751	12.473.509	3.216.751	12.473.509	2.502.918	10.015.783	713.833	2.457.726
Demais elementos do grupo	449.428	1.355.964	449.428	1.355.964	283.076	1.034.128	166.352	321.836

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.3.1.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa de Créditos Originários da UJ – Valores executados diretamente pela UJ

Não ocorreram no exercício de 2014.

6.1.3.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**6.1.3.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação****Quadro A.6.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (R\$ 1,00)**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação	3.479.072	876.308	1.015	1.015
d) Pregão	3.479.072	876.308	1.015	1.015
2. Contratações Diretas	2.001.021	1.806.180	2.001.021	1.806.180
g) Dispensa	966.826	894.691	966.826	894.691
h) Inexigibilidade	1.034.195	911.489	1.034.195	911.489
k) Diárias	212	212	880	880
5. Outros	5.480.305	2.682.699	1.895	1.895
6. Total (1+2+3+4+5)	10.960.398	5.365.187	2.003.931	1.809.090

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.3.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa– Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (valores em R\$ 1,00)

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
3 - Outras Despesas Correntes	120.212	1.895	120.212	1.895	25.853	0	94.359	1.895
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	120.000		120.000		25.853	0	94.147	
Diárias - Militar	212	880	212	880	0	0	212	880
Passagens e Despesas com Locomoção		1.015		1.015	0	0		1.015
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 - Investimentos	5.360.093		5.360.093	0	2.771.753	0	2.588.341	Σ
Equipamentos e Material Permanente	3.686.587		3.686.587		1.851.688	0	1.834.900	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.057.165		1.057.165		569.413	0	487.752	
Material de Consumo	616.341		616.341		350.652	0	265.689	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.1.3.3. Análise Crítica da Realização da Despesa

a. Alterações significativas ocorridas no exercício:

Na comparação da LOA 2014 com 2013 houve alteração significativa na distribuição dos investimentos.

A execução por elemento de despesas foi mantido a sequência nos respectivos grupos de despesas, exceto grupo 4.

Houve redução significativa no total de recursos aplicados da LOA 2014 em relação a 2013.

b. Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade:

A grande concentração das contratações diretas e inexigíveis deu-se na matéria prima sensível à produção, de acordo com a Resolução 06/CA/IMBEL de 22/10/2008, nos termos do Inciso XXVIII do Artigo 24 da Lei 8666/93, trazendo como consequência um aumento de 33% dessas aquisições.

c. Contingenciamento no exercício:

No exercício, o contingenciamento na Ação 2000 foi irrelevante.

d. Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária:

Os projetos de revitalização dos parques industriais encontram dificuldades pela carência de fornecedores especializados.

e. Outras Informações:

Dentro do cenário econômico do mercado no ano de 2014, a IMBEL apresentou resultados satisfatórios.

A IMBEL no ano de 2014 manteve a mesma política de distribuição do orçamento em relação aos exercícios de 2013 e 2012, ou seja, a prática de liberação de duodécimos, proporcionando as aquisições adequadas dos insumos de manutenção da atividade fim da IMBEL.

Ao final de 2014 houve um aumento das compras governamentais de produtos de defesa, proporcionando uma projeção do aumento do faturamento da IMBEL no ano de 2015.

Ainda no exercício de 2014, houve um aumento de 41% nos recursos de investimento do Grupo 4 em relação ao ano 2013, o que deverá proporcionar, para os anos de 2015 e 2016, a redução no gasto com manutenção e o aumento na disponibilidade operacional das plantas.

6.2. INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

6.2.1. Despesas com Publicidade

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal			
Mercadológica	522210512221082000	406.770	406.770
Utilidade pública			

Existe um Plano de Trabalho Interno específico para o trabalho de marketing da empresa.

6.2.2. Informações sobre Contratos Firmados com Agências Prestadoras de Serviços de Publicidade e Propaganda

Não há contratos com agências de publicidade.

6.2.3. Análise Circunstanciada

A IMBEL[®] participa de Feiras e Eventos de Divulgação de sua Marca e seus produtos, com o fito de cumprir os seguintes objetivos:

- promover a Empresa e a consolidação da Marca “IMBEL[®] - Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808”;
- promover e divulgar os produtos IMBEL[®];
- apresentar o portfólio de produtos IMBEL[®] aos públicos-alvo institucionais de Defesa e Segurança e privado;
- permitir aos clientes institucionais e privados maior contato com os produtos IMBEL[®];
- estabelecer e aprofundar ligações com fabricantes, fornecedores, representantes autorizados e potenciais clientes nacionais e internacionais; e
- estreitar laços comerciais e de confiança com os representantes comerciais das UP/IMBEL[®].

Todas as ações que concretizam os objetivos supracitados alinham-se com a meta estratégica da Diretoria de Mercado de **aumentar o faturamento da Empresa e estimular a participação de alguns segmentos de mercado potencialmente interessantes e atualmente pouco expressivos.**

As feiras e eventos aqui referidos estão enquadrados em:

- Feiras Internacionais de Defesa e/ou Segurança – FIDS;
- Feiras Nacionais de Defesa e/ou Segurança – FNDS;
- Eventos de Divulgação de Produtos IMBEL[®] – EDPI;
- Missões Comerciais de Divulgação de Produtos IMBEL[®] – MCDP;
- Missões Comerciais de Entrega de Produtos Novos – MCEPN; e
- Missões de Representação e Marketing – MRM.

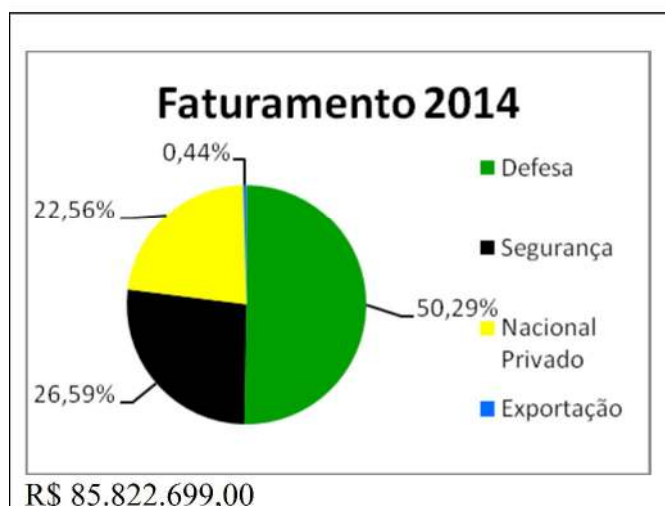
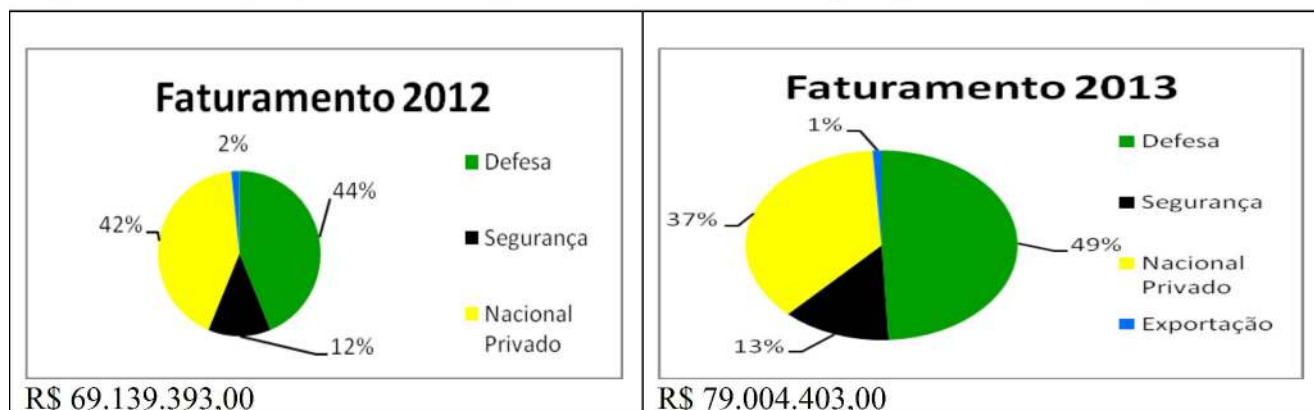
Nos últimos anos, a IMBEL tem aumentado ano após ano o seu faturamento. Esse aumento é em grande parte fruto do esforço despendido pela Empresa em participar de feiras e eventos.

Em 2014, a IMBEL[®] investiu R\$ 406.770,00 nas feiras e eventos, abaixo listados:

Nr	Feira/Evento	Tipo	Local
1	FIDAE 2014 – XVIII Feria Internacional del Aire y del Espacio	FIDS	Santiago-Chile
2	INTERSEG 2014 – 14ª Feira Internacional de Tecnologia, Serviços e Produtos para a Segurança Pública	FIDS	São Paulo-SP
3	MAGNUM Show	FNDS	São Paulo-SP
4	XIV SENABOM – XIV Seminário Nacional de Bombeiros Militares	FNDS	Goiânia-GO
5	3ª BID-BRASIL – 3ª Mostra da Base Industrial de Defesa do Brasil	FNDS	Brasília-DF
6	FENASEM 2014 – 7ª Feira Nacional de Segurança Pública Municipal	FNDS	São Paulo-SP
7	VII SEMINÁRIO DE OFICIAIS DE MATERIAL BÉLICO DAS PM	FNDS	Ipojuca-PE

8	Café com Tiro - COLOG	EDPI	Brasília-DF
9	Missão Comercial - MS	EDPI	Cuiabá-MS
10	Missão de entrega do SATi	MCEPN	Santa Maria-RS

O conjunto de gráficos abaixo mostra a repartição do faturamento da Empresa pelos diferentes segmentos de atuação (mercado das Forças Armadas, mercado de Segurança e mercado Privado):



Conforme se verifica, houve um aumento do faturamento ano após ano e uma redução proporcional da participação percentual do segmento Forças Armadas na receita da Empresa como consequência do aumento dos mercados de Segurança e Privado. Esse aumento é um reflexo da participação em feiras e eventos nos últimos anos.

Convém ressaltar que as normas de precificação da IMBEL, preveem a inclusão de 1% na formação do preço dos produtos a fim de cobrir as despesas de marketing. Portanto, essa importante e necessária atividade é autosustentável.

Paralelamente, percebe-se que a marca IMBEL consolida-se cada vez mais no mercado, particularmente, no ramo de armas, como uma marca forte e confiável. Essa percepção é reforçada nas participações nesses eventos de marketing.

Como conclusão, pode-se afirmar que o esforço em marketing despendido pela IMBEL tem sido recompensado pelo aumento do faturamento e pela consolidação da marca IMBEL no mercado interno e externo.

6.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS (CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES) VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.

As informações solicitadas neste tópico não se aplicam a esta UJ.

6.3.1 DECLARAÇÃO SOBRE REGISTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS (SIASG / SICONV)

6.3.1.1. Declaração de Atualização de Dados no SIASG

Quadro A.11.5.1 – Declaração de Inserção e Atualização de dados no SIASG

DECLARAÇÃO

Eu, **João Humberto Dalla Torre**, CPF nº 016.829.928-37, Respondendo pelo Expediente do Diretor Administrativo-Financeiro, exercido na **Indústria de Material Bélico do Brasil** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes contratos firmados até o **exercício de 2014** por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece a **LDO 2014** e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 30 de abril de 2015.

João Humberto Dalla Torre

CPF nº 016.829.928-37

Respondendo pelo Expediente do Diretor Administrativo-Financeiro

6.3.1.2. Declaração de Atualização de Dados no SICONV

Esta UJ não possui informações referentes a convênios ou outros instrumentos congêneres firmados, passíveis de registro no SICONV.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da UJ

Quadro A.7.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12/2014

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	2.155	2.061	86	83
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.155	2.061	86	83
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	2.155	2.061	86	83
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.155	2.061	86	83

Fonte: 1) - Limite de pessoal próprio autorizado: 2.232 - Portaria nº 7, 19/05/2006, expedida pelo MPOG/DEST, DOU 97, 23/05/2006.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	548	1614
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	548	1614
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	548	1614
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	548	1614

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - DPRH

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	64	62	19	18
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	96	27	27	0
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	96	27	27	0
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	132	77	81	4
2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	119	72	76	4
2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	13	5	5	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	292	166	127	22

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - DPRH

Análise Crítica

A quantidade de empregados de carreira autorizada é de 2.232, conforme estabelecido na Portaria nº 7 de 19/05/2006, expedida pelo MPOG/DEST, publicada no DOU nº 97, seção 1. p.55, de 23/05/2006), este total não tem se mostrado suficiente para o atendimento de todas as necessidades da empresa.

Atualmente, o efetivo total de empregados contempla 91(noventa e um) aposentados por invalidez, que se encontram em Benefício no INSS. Tal fato tem impactado negativamente no número de possíveis contratações, haja vista que a empresa, mesmo não podendo contar com essa mão de obra, não pode desconsiderá-la no cômputo de seu efetivo.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

7.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ Segundo a Escolaridade

Quadro A.7.1.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0	235	659	933	238	0	2	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0			0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	235	659	933	238	0	2	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	50	0	4	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	45	0	4	2	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	235	691	940	288	0	6	2	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau, ensino médio ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado (inclui PhD, Livre Docência e Pós Doutorado); 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - DPRH

7.1.2.2. Iniciativas para Capacitação e Treinamento dos Servidores

A cada ano a IMBEL estabelece um Plano para o Desenvolvimento e Melhoria dos empregado, sendo cumprido de acordo com a aprovação orçamentária anual e a disponibilidade dos recursos financeiros.

O investimento nos recursos humanos está presente na Educação Continuada, objetivando a promoção do desenvolvimento de seus empregados e assegurar a qualidade/produtividade da IMBEL.

O processo de aprendizagem contínuo dá-se pela participação dos empregados em seminários, palestras, conferências, *workshops*, cursos de curto prazo interno e externo, entre outros, visto a necessidade que os empregados tem de atualizarem-se com as novas tendências de mercado, as novas metodologias de trabalho e as novas tecnologias nas áreas específicas de atuação.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdiciona

Quadro A.7.1.3 - Custos do Pessoal (em R\$ 1,00)

Tipologias / Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento e comissão											
Exercício	2014	28.890.772,28	0,00	2.974.062,15	9.578.482,38	0,00	0,00	1.808.000,00	0,00	0,00	43.251.316,81
	2013	28.821.028,12	0,00	3.516.081,54	11.841.824,87	647.356,46	0,00	0,00	0,00	0,00	44.826.290,99
Servidores de carreira que ocupam cargo de provimento e comissão (2)											
Exercício	2014	3.214.715,16	486.376,53	754.269,46	1.137.912,27	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	5.688.273,42
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com função gratificadas (militares da ativa) (3)											
Exercício	2014	0,00	460.519,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	460.519,98
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus (4)											
Exercício	2014	851.267,40	0,00	70.938,95	25.327,80	0,00	0,00	56.000,00	0,00	0,00	1.003.534,15
	2013	802.299,96	0,00	66.858,33	22.286,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	891.444,40
Servidores Livre Provimento (Chefes/Assessores)(5)											
Exercício	2014	2.671.060,00	0,00	381.580,00	935.938,82	0,00	0,00	53.000,00	0,00	0,00	4.041.578,82
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRESIDÊNCIA E DIRETORES											
Exercício	2014	2014	967.439,39	0,00	79.047,62	26.349,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	2013	4.035.536,40	0,00	336.294,70	320.159,33	277.438,48	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - módulo: Folha de Pagamento - FOPAG

Nota (1) - Não é o caso da IMBEL

Nota (2), (3) e (5) - Referente à Implantação do Plano de Empregos em Comissão da IMBEL – iniciada em Abr/2014

Nota (4) – Referente aos empregados anistiados da extinta empresa PRÓLOGO em processo da Comissão Especial Interministerial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, lotados na Indústria de Material Bélico – IMBEL e cedidos a órgãos do poder público.

7.1.4. Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos é verificada quando da admissão.

7.1.4.2. Terceirização Irregular de Cargos

Não ocorreu no exercício de 2014

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

O Plano de Empregos Comissionados trouxe a diminuição do risco de perda de pessoal habilitado nos diversos setores da empresa. Contudo, os níveis salariais, de um modo geral, são baixos e propiciam a evasão de pessoal.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

- **Absenteísmo:**

Conforme controles internos (sistema integrado TOTVS/DATASUL) a empresa registrou, em 2014, 0,15% (#) de absenteísmo por faltas, em toda a IMBEL.

- Total de horas de afastamentos (faltas): 7.016
- Total de empregados na empresa: 2.162
- Total de horas de trabalho por empregado: 2.184 (52 semanas de 42 horas)
- Total de horas-ano dos empregados: 4.721.808 (2.162 x 2.184)
- (#) Fórmula usada: $(\text{Total de horas de afastamentos} \div \text{Total de horas-ano dos empregados}) \times 100$.

- **Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:**

No ano de 2014, a IMBEL registrou 14 (quatorze) acidentes de trabalho com afastamento acima de 15 dias.

- **Rotatividade (*turnover*):**

A média do *turnover* registrado na IMBEL no exercício de 2014 foi de 5,87% (*).

Ingressos em 2014: 113.

Egressos em 2014: 107.

Total de empregados: 2.162 .

(*) Fórmula usada: $\{ [(Ingressos + Egressos) \div 2] \div \text{Total de empregados} \} \times 100$

- **Aposentado *versus* reposição do quadro:**

No ano de 2014, a Empresa registrou em seu quadro de pessoal 2.162 empregados (carreira/comissão), sendo que a IMBEL conta com 350 empregados aposentados, sendo que uma parcela ainda continua em atividade na Empresa.

7.2. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E SOBRE A POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.

7.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: : FÁBRICA PRESIDENTE VARGAS													
UG/Gestão: 168004/16501							CNPJ: 00.444.232/0003-09						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	05-FPV-2013	45.386.216/0001-75	02/05/13	-	-	-	-	-	-	-	P
Observação: No Contrato foi solicitado até 41(quarenta e um) funcionários, independente do nível de escolaridade													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:FPV/DVADM

Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: : FÁBRICA JUIZ DE FORA													
UG/Gestão: 168006/16501							CNPJ: : 00.444.232/0004-81						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	026-02-2012	13.334.753/0001-85	12/11/12	04/11/15	-	-	-	-	-	-	P
Observação: No Contrato foi solicitado até 33 (trinta e três) funcionários, independente do nível de escolaridade													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:FJF/DVADM

Quadro A.7.2.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: : FÁBRICA DE MATERIAL DE COMUNICAÇÕES E ELETRONICA													
UG/Gestão: 168007/16501							CNPJ: : : 00.444.232/0006-43						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	08/2011	33.285.255.0001-05	07/06/11	07/06/15	-	-	-	-	-	-	P
Observação:													
No Contrato foi solicitado até 6(seis) funcionários, independente do nível de escolaridade													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: FMCE/DVADM

7.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Não ocorreu no exercício.

7.2.3. Análise Crítica

Não houve interrupção na prestação dos serviços contratados. Os pagamentos foram feitos mediante a apresentação dos recibos das verbas trabalhistas por parte das contratadas.

7.2.4. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.7.2.4 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesas no exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	54	55	42	37	308.795
1.1 Área Fim	20	20	16	14	
1.2 Área Meio	34	35	26	23	
2. Nível Médio	35	27	15	10	100.748
2.1 Área Fim	21	17	9	6	
2.1 Área Meio	14	10	6	4	
3. Total (1+2)	89	82	57	47	409.543
Análise Crítica:					

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul - DPRH

7.3. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DE CONTRATOS DECORRENTES DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.

Após as negociações feitas junto aos fornecedores da IMBEL, não se obteve economia.

Os contratos de TI e os de transporte não contemplaram a locação de mão de obra, logo a desoneração da contribuição previdenciária não influenciou o preço pactuado.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

8.1.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da

União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	SP	519	519
	PIQUETE	519	519
	MG	484	484
	ITAJUBA	357	357
	JUIZ DE FORA	127	127
	RJ	524	524
	MAGÉ	524	524
Subtotal Brasil		1527	1527
EXTERIOR	NÃO HÁ	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1527	1527

Fonte:TOTVS

8.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.8.2.2.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ - Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	43	21	3	10.724,79				
168004	140	21	4	12.986,74				
168004	165	21	3	470.885,88				
168004	1089	21	3	25.643,09				
168004	1103	21	3	19.168,97				
168004	1104	21	3	106.658,11				
168004	1105	21	3	47.059,66				
168004	1106	21	4	6.729,53				
168004	1112	21	4	47.059,66				
168004	1113	21	4	18.823,87				
168004	1122	21	3	96.472,31				
168004	1201	21	4	4.700,74				
168004	1202	21	4	40.785,04				
168004	1203	21	4	21.931,21				
168004	1204	21	3	4.967,41				
168004	1208	21	4	20.915,41				
168004	1210	21	3	35.787,67				
168004	1519	21	5	11.023,78				
168004	1753	10	3	41.075,55				
168004	1759	10	3	50.651,98				
168004	1760	10	3	46.118,68				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	1770	10	3	8.018,92				
168004	1772	10	3	6.777,45				
168004	1773	10	3	10.036,46				
168004	1774	21	4	25.820,71				
168004	1804	21	5	66.412,70				
168004	1809	21	4	44.998,29				
168004	1810	21	7	1.946,43				
168004	1815	21	3	2.218,50				
168004	1823	21	4	16.031,50				
168004	1824	21	3	20.674,81				
168004	1825	21	6	12.493,53				
168004	1826	21	3	40.881,13				
168004	1827	21	4	12.038,06				
168004	1831	21	3	13.046,12				
168004	1832	21	3	13.046,12				
168004	1835	21	3	76.657,41				
168004	1836	21	5	4.143,13				
168004	1837	21	3	133.689,18				
168004	1862	21	4	17.003,87				
168004	1863	21	5	28.532,09				
168004	1866	21	3	34.985,81				
168004	1867	21	3	2.848,12				
168004	1919	21	3	4.438,52				
168004	1920	21	5	579.618,19				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	1921	5	5	25.864,60				
168004	1922	21	3	209.442,93				
168004	1927	6	3	271.749,35				
168004	1992	21	5	4.676,00				
168004	2819	21	5	4.000,00				
168004	2820	21	5	6.000,00				
168004	2821	21	5	6.000,00				
168004	2822	21	4	8.000,00				
168004	2823	21	3	18.000,00				
168004	2827	21	3	1.700,00				
168004	2828	21	5	23.496,87				
168004	2829	21	3	50.000,00				
168004	2830	21	3	1.800,00				
168004	2980	10	3	311.399,44				
168004	3475	21	5	20.311,33				
168004	4338	21	3	328.710,19				
168004	4870	21	3	549.413,30				
168004	4873	21	3	477.416,02				
168004	4909	21	3	11.947,76				
168004	4927	21	3	4.676,00				
168004	4977	21	3	457.059,03				
168004	5255	21	3	323.496,89				
168004	5256	21	3	60.002,37				
168004	5257	21	3	72.786,80				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	5258	21	3	180.864,17				
168004	5259	21	3	66.699,22				
168004	5260	21	3	196.950,79				
168004	5261	21	3	141.162,28				
168004	5262	21	3	494.891,43				
168004	5263	21	3	141.162,28				
168004	5265	21	3	129.748,36				
168004	5266	21	3	82.525,69				
168004	5315	21	3	31.291,44				
168004	5492	21	3	176.452,86				
168004	5679	21	3	10.316,74				
168004	5694	21	3	14.443,42				
168004	5808	21	3	20.633,40				
168004	7201	21	5	22.297,29				
168004	7256	21	3	43.923,67				
168004	7257	21	3	81.572,52				
168004	7402	21	2	427.128,64				
168004	7403	21	2	79.663,05				
168004	7409	21	3	16.586,47				
168004	7414	21	3	141.455,00				
168004	7439	21	3	8.915,74				
168004	7472	10	3	78.536,56				
168004	7706	21	3	491.813,14				
168004	7707	21	3	10.269,48				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7708	21	3	117.684,06				
168004	7709	21	3	67.666,66				
168004	7711	21	4	53.878,78				
168004	7712	21	3	33.216,48				
168004	7713	21	5	16.658,38				
168004	7714	21	5	5.985,08				
168004	7715	21	3	1.194.956,57				
168004	7716	21	3	35.611,76				
168004	7717	21	3	22.194,78				
168004	7718	21	3	29.369,09				
168004	7719	21	3	27.768,49				
168004	7720	21	4	55.484,26				
168004	7721	21	5	46.029,98				
168004	7722	21	6	64.030,04				
168004	7723	21	7	18.587,30				
168004	7724	21	7	34.030,79				
168004	7727	21	7	73.483,19				
168004	7728	21	3	71.425,79				
168004	7729	21	5	1.334,97				
168004	7730	21	3	4.596,53				
168004	7731	21	3	73.419,05				
168004	7732	21	3	12.915,45				
168004	7733	21	3	10.594,92				
168004	7734	21	5	21.848,60				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7735	21	5	10.793,14				
168004	7736	21	5	583,76				
168004	7737	21	5	6.290,38				
168004	7738	21	5	71.777,73				
168004	7739	21	5	27.218,08				
168004	7740	21	5	45.307,17				
168004	7741	21	7	4.317,93				
168004	7746	21	3	15.319,56				
168004	7747	21	3	13.803,54				
168004	7748	21	6	130.967,67				
168004	7749	21	6	290.455,45				
168004	7750	10	3	72.686,96				
168004	7751	21	3	202.339,56				
168004	7752	10	3	211.765,29				
168004	7753	21	3	29.354,04				
168004	7755	21	3	42.464,77				
168004	7756	5	3	43.469,72				
168004	7757	5	3	810.261,08				
168004	7758	10	3	20.425,51				
168004	7759	10	3	22.035,35				
168004	7760	10	3	92.442,44				
168004	7761	6	5	122.653,33				
168004	7762	5	3	199.866,63				
168004	7763	5	3	137.917,35				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7764	5	3	53.845,79				
168004	7765	5	5	8.788,87				
168004	7767	5	5	17.046,02				
168004	7769	5	5	221.689,20				
168004	7770	5	5	417.878,88				
168004	7771	6	3	223.220,30				
168004	7772	10	3	124.979,63				
168004	7787	21	3	138.606,96				
168004	7788	21	3	134.403,89				
168004	7789	21	3	80.846,20				
168004	7790	21	6	92.224,75				
168004	7791	21	6	6.487,97				
168004	7792	21	6	48.388,82				
168004	7793	21	6	9.517,01				
168004	7795	21	7	7.180,09				
168004	7796	21	7	11.102,19				
168004	7797	21	6	8.825,33				
168004	7798	21	6	2.894,60				
168004	7800	21	5	3.166,86				
168004	7802	21	3	234.036,02				
168004	7803	21	6	16.703,70				
168004	7806	21	6	39.771,52				
168004	7807	21	6	15.293,49				
168004	7808	21	4	154.997,46				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7809	21	4	1.318,24				
168004	7810	21	4	36.989,84				
168004	7811	21	6	8.195,45				
168004	7813	21	6	41.194,66				
168004	7815	21	8	1.611,78				
168004	7817	21	3	5.662,75				
168004	7818	21	3	91.810,29				
168004	7819	21	3	100.347,21				
168004	7820	21	3	89.650,59				
168004	7821	21	3	99.973,57				
168004	7822	21	3	92.377,43				
168004	7823	21	3	304.024,36				
168004	7824	21	3	108.440,56				
168004	7825	21	3	4.448,29				
168004	7826	21	8	1.640,78				
168004	7827	21	4	64.588,63				
168004	7828	21	5	26.466,66				
168004	7829	21	5	58.621,12				
168004	7830	21	5	59.032,44				
168004	7831	21	6	12.648,17				
168004	7832	21	6	9.240,15				
168004	7840	21	3	153.398,33				
168004	7841	21	3	2.682,43				
168004	7842	21	3	5.653,27				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7844	21	3	12.194,92				
168004	7845	21	5	8.917,66				
168004	7846	21	3	9.229,96				
168004	7848	21	5	1.866,44				
168004	7849	21	5	3.405,94				
168004	7850	21	8	4.078,07				
168004	7851	21	5	177.910,46				
168004	7853	21	8	40.980,00				
168004	7856	21	8	2.512,90				
168004	7860	10	3	1.708,03				
168004	7861	10	3	1.729,03				
168004	7863	21	8	33.386,89				
168004	7864	21	3	132.567,58				
168004	7876	21	5	153.243,75				
168004	7877	21	5	153.773,59				
168004	7884	21	3	9.459,92				
168004	7885	21	3	5.470,12				
168004	7886	21	5	64.051,47				
168004	7887	21	3	152.014,34				
168004	7888	21	8	23.740,02				
168004	7892	21	3	170.979,98				
168004	7893	21	5	2.331,03				
168004	7894	21	3	76.474,88				
168004	7896	21	3	97.539,47				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7897	21	7	217.446,61				
168004	7898	21	4	3.654,51				
168004	7899	21	6	25.293,56				
168004	7900	21	6	8.929,80				
168004	7901	21	6	8.929,80				
168004	7902	21	6	8.929,80				
168004	7903	21	6	8.929,80				
168004	7904	21	6	8.929,80				
168004	7905	21	6	8.929,80				
168004	7907	21	6	17.138,64				
168004	7908	21	6	29.474,64				
168004	7909	21	6	71.586,43				
168004	7910	21	6	69.802,20				
168004	7911	21	6	20.592,58				
168004	7912	21	6	40.339,64				
168004	7913	21	6	11.007,65				
168004	7914	21	6	4.497,65				
168004	7915	21	6	726,9				
168004	7916	21	6	15.212,88				
168004	7917	21	6	4.768,17				
168004	7918	21	6	3.136,77				
168004	7919	21	5	2.182,54				
168004	7920	21	6	26.943,08				
168004	7922	21	6	6.212,71				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7923	21	3	146.663,91				
168004	7924	21	3	54.819,65				
168004	7925	21	3	15.542,42				
168004	7926	21	3	24.834,23				
168004	7928	21	3	4.817,14				
168004	7929	21	3	1.857,39				
168004	7930	21	3	9.116,87				
168004	7931	21	3	2.649,20				
168004	7932	21	3	26.972,80				
168004	7933	21	3	3.508,78				
168004	7934	21	5	4.858,28				
168004	7935	21	5	1.670,46				
168004	7936	21	5	4.985,33				
168004	7937	21	5	4.985,33				
168004	7938	21	5	1.670,46				
168004	7939	21	5	4.858,28				
168004	7940	21	5	4.858,28				
168004	7941	21	5	1.670,46				
168004	7942	21	5	6.637,06				
168004	7943	21	5	10.097,73				
168004	7944	21	5	1.670,46				
168004	7945	21	5	7.309,81				
168004	7946	21	5	1.733,99				
168004	7947	21	5	9.053,05				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7848	21	6	16.167,68				
168004	7949	21	6	5.804,64				
168004	7950	21	6	15.899,77				
168004	7951	21	5	9.411,09				
168004	7952	21	5	2.724,13				
168004	7953	21	5	3.641,22				
168004	7955	21	5	41.483,68				
168004	7956	21	5	150.801,76				
168004	7957	21	5	25.366,32				
168004	7959	21	5	33.314,83				
168004	7960	21	5	124.335,77				
168004	7962	21	8	33.444,41				
168004	7964	21	5	22.581,22				
168004	7965	21	3	62.529,51				
168004	7966	21	3	50.232,21				
168004	7967	21	3	48.027,89				
168004	7968	21	3	72.854,71				
168004	7969	21	3	50.218,59				
168004	7970	21	3	48.014,27				
168004	7971	21	3	65.523,30				
168004	7972	21	5	3.685,91				
168004	7973	21	5	1.146,37				
168004	7974	21	5	27.300,79				
168004	7975	21	3	35.365,93				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	7976	21	3	35.508,84				
168004	7977	21	3	43.425,10				
168004	7978	21	3	3.380,92				
168004	7979	21	3	8.165,95				
168004	7980	21	3	3.382,33				
168004	7981	21	3	36.578,73				
168004	7982	21	3	23.009,63				
168004	7983	21	3	68.163,86				
168004	7984	21	3	33.547,53				
168004	7985	21	3	95.731,96				
168004	7986	21	3	51.616,93				
168004	7987	21	3	74.413,13				
168004	7988	21	3	29.313,15				
168004	7990	21	8	28.568,63				
168004	7991	21	3	47.973,13				
168004	7992	21	3	47.973,13				
168004	7993	21	3	56.328,52				
168004	7994	21	3	86.744,09				
168004	7995	21	3	47.000,45				
168004	7996	21	3	9.848,74				
168004	8002	21	6	65.898,17				
168004	8009	21	6	1.324,12				
168004	8012	21	6	45.507,32				
168004	8013	21	6	3.217,09				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	8014	21	6	2.667,83				
168004	8019	21	4	50.905,47				
168004	8020	21	4	60.873,59				
168004	8023	21	5	50.770,62				
168004	8027	21	3	47.726,34				
168004	8028	21	3	37.548,34				
168004	8029	21	3	251.788,62				
168004	8030	21	3	30.090,95				
168004	8031	21	3	4.857,30				
168004	8032	21	3	30.727,81				
168004	8033	21	3	13.493,16				
168004	8034	21	3	17.297,37				
168004	8035	21	3	9.236,95				
168004	8036	21	3	13.222,65				
168004	8037	21	3	97.146,00				
168004	8038	21	3	21.588,00				
168004	8041	21	3	10.254,30				
168004	8042	21	3	8.905,05				
168004	8043	21	7	29.143,80				
168004	8044	21	7	15.483,98				
168004	8045	21	7	2.968,35				
168004	8046	21	5	6.476,40				
168004	8047	21	7	5.666,85				
168004	8048	21	7	6.476,40				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	8049	21	7	30.318,75				
168004	8051	21	3	93.106,48				
168004	8053	21	3	70.647,20				
168004	8054	21	3	117.991,24				
168004	8055	21	3	52.397,17				
168004	8056	21	3	52.397,17				
168004	8057	21	3	52.397,17				
168004	8058	21	3	117.699,12				
168004	8059	21	3	117.699,12				
168004	8060	21	3	117.699,12				
168004	8061	21	3	66.682,96				
168004	8062	21	3	40.274,44				
168004	8063	21	3	40.288,86				
168004	8064	21	3	69.125,74				
168004	8065	21	3	68.408,56				
168004	8066	21	3	36.471,71				
168004	8067	21	3	36.417,57				
168004	8068	21	3	42.797,01				
168004	8069	21	3	19.277,95				
168004	8070	21	3	41.254,32				
168004	8071	21	3	27.716,85				
168004	8072	21	3	5.274,54				
168004	8073	21	3	16.017,33				
168004	8076	21	3	49.671,75				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	8082	21	3	26.944,75				
168004	8083	21	3	13.367,72				
168004	8084	21	3	36.572,49				
168004	8085	21	3	6.251,88				
168004	8086	21	3	22.406,40				
168004	8088	21	3	63.844,36				
168004	8089	21	7	52.655,90				
168004	8090	21	5	116.823,08				
168004	8102	21	5	1.324,12				
168004	8103	21	3	1.409,22				
168004	8104	21	5	18.693,53				
168004	8105	21	5	7.156,19				
168004	8106	21	6	25.015,34				
168004	8159	21	5	55.392,19				
168004	9520	21	3	67.281,53				
168004	9521	21	3	70.647,20				
168004	10674	21	3	9.399,00				
168004	10920	21	3	2.119,55				
168004	10921	21	3	13.188,39				
168004	10967	21	3	195.273,38				
168004	10968	21	3	22.516,29				
168004	10969	21	5	22.188,90				
168004	11162	21	5	14.195,11				
168004	11167	21	5	124.003,30				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	11684	21	5	9.703,60				
168004	11685	21	5	4.066,76				
168004	12234	21	3	218.195,40				
168004	12235	21	3	218.195,40				
168004	12315	21	3	15.249,83				
168004	12470	21	7	27.518,21				
168004	12486	21	3	59.244,46				
168004	12572	21	5	16.529,02				
168004	12573	21	3	317.440,84				
168004	12586	21	5	10.840,43				
168004	12639	21	3	2.344,72				
168004	12648	21	3	577.499,24				
168004	12941	21	3	748.847,02				
168004	13093	21	5	515.496,14				
168004	13098	21	5	166.534,77				
168004	13100	21	3	205.830,20				
168004	13128	21	5	115.340,52				
168004	13288	21	3	910.676,40				
168004	13879	21	3	12.120,54				
168004	15800	21	5	1.317,44				
168004	15801	21	7	3.486,26				
168004	15802	21	7	26.999,01				
168004	19.001	21		1.500.000,00				
168004	19.002	21		1.500.000,00				

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168004	200.000	21	2	29.154,02				
168004	300.000	21	2	4.453,12				
168004	102478	21	2	146.083,32				
168004	102479	21	2	79.986,91				
168004	102486	21	2	254.976,73				
168005	15	102629	3	R\$ 568.096,00			-	-
168005	15	134783	3	R\$ 3.600,00			-	-
168005	15	1549	3	R\$ 1.186,00			-	-
168005	15	2101	3	R\$ 11.034,77			-	-
168005	15	2102	3	R\$ 243.351,97			-	-
168005	15	2103	3	R\$ 142.474,77			-	-
168005	15	2104	3	R\$ 256.908,14			-	-
168005	15	2105	3	R\$ 50.862,67			-	-
168005	15	2106	3	R\$ 31.332,37			-	-
168005	15	2107	3	R\$ 69.660,23			-	-
168005	15	2108	3	R\$ 200.675,82			-	-
168005	15	2109	3	R\$ 244.106,67			-	-
168005	15	2110	3	R\$ 40.300,39			-	-
168005	15	2111	3	R\$ 156.004,25			-	-
168005	15	2112	3	R\$ 155.351,23			-	-
168005	15	2113	3	R\$ 223.839,49			-	-
168005	15	2115	3	R\$ 315.882,59			-	-
168005	15	2116	3	R\$ 155.203,62			-	-
168005	15	2117	3	R\$ 59.031,71			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2118	3	R\$ 209.637,16			-	-
168005	15	2120	3	R\$ 40.587,32			-	-
168005	15	2121	3	R\$ 257.074,34			-	-
168005	15	2122	3	R\$ 217.213,90			-	-
168005	15	2123	3	R\$ 169.740,27			-	-
168005	15	2124	3	R\$ 255.218,43			-	-
168005	15	2126	3	R\$ 351.407,52			-	-
168005	15	2127	3	R\$ 228.751,18			-	-
168005	15	2128	3	R\$ 384.702,19			-	-
168005	15	2129	3	R\$ 196.634,53			-	-
168005	15	2130	3	R\$ 186.291,40			-	-
168005	15	2131	3	R\$ 97.434,02			-	-
168005	15	2132	3	R\$ 283.616,27			-	-
168005	15	2133	3	R\$ 927.179,87			-	-
168005	15	2135	3	R\$ 251.853,00			-	-
168005	15	2136	3	R\$ 6.014,65			-	-
168005	15	2137	3	R\$ 35.581,21			-	-
168005	15	2138	3	R\$ 63.068,45			-	-
168005	15	2140	3	R\$ 45.265,29			-	-
168005	15	2141	3	R\$ 28.376,48			-	-
168005	15	2142	3	R\$ 89.206,22			-	-
168005	15	2143	3	R\$ 2.916,47			-	-
168005	15	2147	3	R\$ 17.534,99			-	-
168005	15	2148	3	R\$ 30.204,46			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2151	3	R\$ 101.953,39			-	-
168005	15	2152	3	R\$ 97.983,58			-	-
168005	15	2154	3	R\$ 278.272,77			-	-
168005	15	2156	3	R\$ 7.582,47			-	-
168005	15	2157	3	R\$ 9.573,91			-	-
168005	15	2158	3	R\$ 22.428,55			-	-
168005	15	2159	3	R\$ 35.688,74			-	-
168005	15	2198	3	R\$ 56.310,95			-	-
168005	15	2218	3	R\$ 1.766,95			-	-
168005	15	2222	3	R\$ 37.024,84			-	-
168005	15	2223	3	R\$ 22.197,41			-	-
168005	15	2331	3	R\$ 554.435,74			-	-
168005	15	2332	3	R\$ 20.260,90			-	-
168005	15	2335	3	R\$ 190.335,25			-	-
168005	15	2336	3	R\$ 4.453,78			-	-
168005	15	2337	3	R\$ 8.953,31			-	-
168005	15	2338	3	R\$ 3.181,70			-	-
168005	15	2340	3	R\$ 15.785,74			-	-
168005	15	2341	3	R\$ 25.722,50			-	-
168005	15	2342	3	R\$ 216.397,09			-	-
168005	15	2343	3	R\$ 13.321,27			-	-
168005	15	2344	3	R\$ 45.330,45			-	-
168005	15	2345	3	R\$ 109.826,90			-	-
168005	15	2346	3	R\$ 59.401,85			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2347	3	R\$ 15.891,44			-	-
168005	15	2348	3	R\$ 31.198,61			-	-
168005	7	2349	3	R\$ 42.536,70			-	-
168005	7	2350	3	R\$ 370.958,30			-	-
168005	7	2351	3	R\$ 3.373,48			-	-
168005	7	2352	3	R\$ 10.309,15			-	-
168005	7	2353	3	R\$ 57.701,73			-	-
168005	7	2354	3	R\$ 49.244,94			-	-
168005	7	2355	3	R\$ 46.107,07			-	-
168005	7	2356	3	R\$ 38.788,14			-	-
168005	7	2357	3	R\$ 81.004,40			-	-
168005	7	2358	3	R\$ 242.845,39			-	-
168005	7	2360	3	R\$ 379.969,96			-	-
168005	7	2363	3	R\$ 10.232,81			-	-
168005	21	2364	3	R\$ 114.096,30			-	-
168005	21	2368	3	R\$ 341.608,74			-	-
168005	15	2370	3	R\$ 159.180,20			-	-
168005	15	2371	3	R\$ 39.116,41			-	-
168005	15	2375	3	R\$ 38.956,58			-	-
168005	15	2376	3	R\$ 9.794,79			-	-
168005	15	2377	3	R\$ 6.959,43			-	-
168005	15	2378	3	R\$ 91.745,81			-	-
168005	15	2381	3	R\$ 2.381,00			-	-
168005	15	2382	3	R\$ 2.942,93			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2383	3	R\$ 11.499,62			-	-
168005	15	2384	3	R\$ 4.091,45			-	-
168005	15	2385	3	R\$ 17.305,13			-	-
168005	15	2386	3	R\$ 4.950,12			-	-
168005	15	2388	3	R\$ 23.924,17			-	-
168005	15	2389	3	R\$ 22.309,96			-	-
168005	15	2390	3	R\$ 18.621,06			-	-
168005	15	2391	3	R\$ 32.457,63			-	-
168005	15	2392	3	R\$ 18.624,35			-	-
168005	15	2393	3	R\$ 7.349,31			-	-
168005	15	2581	3	R\$ 108.062,78			-	-
168005	15	2582	3	R\$ 518.832,66			-	-
168005	15	2583	3	R\$ 99.316,45			-	-
168005	15	2584	3	R\$ 62.950,65			-	-
168005	15	2585	3	R\$ 38.803,46			-	-
168005	5	2586	3	R\$ 124.510,68			-	-
168005	15	2587	3	R\$ 36.841,05			-	-
168005	15	2589	3	R\$ 46.560,65			-	-
168005	15	2590	3	R\$ 135.594,29			-	-
168005	15	2591	3	R\$ 4.139,49			-	-
168005	15	2592	3	R\$ 14.815,60			-	-
168005	15	2593	3	R\$ 17.637,32			-	-
168005	15	2594	3	R\$ 74.362,75			-	-
168005	15	2595	3	R\$ 17.670,18			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2596	3	R\$ 14.607,46			-	-
168005	15	2597	3	R\$ 14.848,53			-	-
168005	15	2598	3	R\$ 65.546,75			-	-
168005	15	2599	3	R\$ 25.581,68			-	-
168005	15	2600	3	R\$ 10.080,57			-	-
168005	15	2601	3	R\$ 10.247,62			-	-
168005	15	2602	3	R\$ 3.397,66			-	-
168005	15	2604	3	R\$ 60.475,94			-	-
168005	15	2605	3	R\$ 43.703,36			-	-
168005	15	2606	3	R\$ 39.763,80			-	-
168005	15	2608	3	R\$ 48.314,81			-	-
168005	15	2609	3	R\$ 22.219,17			-	-
168005	15	2610	3	R\$ 38.647,66			-	-
168005	15	2611	3	R\$ 33.557,66			-	-
168005	15	2612	3	R\$ 212.991,20			-	-
168005	15	2613	3	R\$ 143.823,60			-	-
168005	15	2614	3	R\$ 93.119,70			-	-
168005	15	2615	3	R\$ 251.789,23			-	-
168005	15	2616	3	R\$ 33.975,84			-	-
168005	15	2617	3	R\$ 1.609.722,28			-	-
168005	15	2618	3	R\$ 21.457,02			-	-
168005	15	2619	3	R\$ 212.615,92			-	-
168005	15	2620	3	R\$ 188.020,84			-	-
168005	15	2621	3	R\$ 14.951,68			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	2622	3	R\$ 14.581,68			-	-
168005	15	2623	3	R\$ 26.741,97			-	-
168005	15	2698	3	R\$ 38.408,89			-	-
168005	15	2876	3	R\$ 26.150,24			-	-
168005	15	3696	3	R\$ 5.969,23			-	-
168005	15	3896	3	R\$ 4.000,30			-	-
168005	15	3936	3	R\$ 1.729,43			-	-
168005	15	4037	3	R\$ 4.742,46			-	-
168005	15	4039	3	R\$ 5.113,42			-	-
168005	15	10553	3	R\$ 4.094,77			-	-
168005	15	10554	3	R\$ 41.131,00			-	-
168005	5	10555	3	R\$ 355.200,81			-	-
168005	15	10556	3	R\$ 49.113,00			-	-
168005	15	10557	3	R\$ 21.391,07			-	-
168005	15	10559	3	R\$ 12.831,39			-	-
168005	15	10606	3	R\$ 4.122,28			-	-
168005	15	11155	3	R\$ 13.000,61			-	-
168005	15	11156	3	R\$ 51.948,29			-	-
168005	15	11496	3	R\$ 24.099,67			-	-
168005	15	11497	3	R\$ 11.504,67			-	-
168005	15	11498	3	R\$ 13.761,67			-	-
168005	15	11500	3	R\$ 24.646,17			-	-
168005	15	12241	3	R\$ 13.434,88			-	-
168005	15	12865	3	R\$ 42.513,47			-	-

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168005	15	15173	3	R\$ 208.528,78			-	-
168005	15	15175	3	R\$ 80.554,70			-	-
168006	2605	15	3	251.760,68			x	x
168006	2631	15	3	834.960,03			x	x
168006	3775	15	3	1.207.860,81			x	x
168006	3776	15	3	47.004,31			x	x
168006	3777	15	3	75.200,88			x	x
168006	3778	15	3	254.729,68			x	x
168006	3779	15	3	114.740,73			x	x
168006	3780	15	3	1.485.090,15			x	x
168006	3781	15	3	76.031,33			x	x
168006	3782	15	3	76.858,11			x	x
168006	3783	15	3	33.361,41			x	x
168006	3784	15	3	37.674,83			x	x
168006	3785	15	3	13.397,40			x	x
168006	3786	15	3	25.293,50			x	x
168006	3787	15	3	6.312,20			x	x
168006	3788	15	3	25.609,21			x	x
168006	3789	15	3	8.615,88			x	x
168006	3790	15	3	74.140,36			x	x
168006	3791	15	3	169.405,53			x	x
168006	3792	15	3	257.496,59			x	x
168006	3793	15	3	15.347,81			x	x
168006	3794	15	3	1.933,82			x	x

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168006	3795	15	3	496.441,40			x	x
168006	3796	15	3	171.059,44			x	x
168006	3797	15	3	27.742,65			x	x
168006	3798	15	3	477.639,31			x	x
168006	3799	15	3	444.938,67			x	x
168006	3800	15	3	85.823,16			x	x
168006	3801	15	3	420.832,81			x	x
168006	3802	15	3	352.642,95			x	x
168006	3803	15	3	48.405,16			x	x
168006	3804	15	3	15.412,95			x	x
168006	3805	15	3	239.064,86			x	x
168006	3806	15	3	40.844,32			x	x
168006	3807	15	3	145.864,88			x	x
168006	3808	15	3	194.505,59			x	x
168006	3809	15	3	207.906,23			x	x
168006	3810	15	3	33.791,93			x	x
168006	3811	15	3	119.166,46			x	x
168006	3812	15	3	3.050,99			x	x
168006	3813	15	3	17.645,41			x	x
168006	3814	15	3	22.563,19			x	x
168006	3815	15	3	434.991,61			x	x
168006	3816	15	3	131.708,42			x	x
168006	3817	15	3	64.324,85			x	x
168006	3818	15	3	166.672,13			x	x

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
168006	3819	15	3	20.832,44			x	x
168006	3820	15	3	44.375,12			x	x
168006	3821	15	3	76.997,21			x	x
168006	3822	15	3	177.961,92			x	x
168006	3823	15	3	15.263,38			x	x
168006	3824	15	3	16.263,97			x	x
168006	3825	15	3	130.789,91			x	x
168006	3826	15	3	5.240,33			x	x
168006	3827	15	3	128.186,01			x	x
168006	3828	15	3	92.693,12			x	x
168006	3829	15	3	919.644,02			x	x
168006	3830	15	3	119.213,36			x	x
168006	3831	15	3	80.932,08			x	x
168006	3832	15	3	182.086,17			x	x
168006	3833	15	3	122.565,78			x	x
168006	3834	15	3	104.037,43			x	x
168008	2703	5	3	36.602,42			x	x
168008	2751	5	4	24.899,33			x	x
168008	5092	5	3	25.815,91			x	x
168008	5128	5	2	204.860,01			x	x
168008	2574	20	3	660.457,37			x	x
Total				61.782.763,47	0	0,00		

8.2.3. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	1751	3	97.161,60				
Ocupados	168004	5848	6	6.067,00				
Ocupados	168004	5851	7	6.127,00				
Ocupados	168004	5854	6	10.417,57				
Ocupados	168004	7447	3	269.237,84				
Ocupados	168004	7448	3	115.059,75				
Ocupados	168004	7449	3	159.697,13				
Ocupados	168004	7450	3	112.046,85				
Ocupados	168004	7451	3	158.302,99				
Ocupados	168004	7452	3	160.567,71				
Ocupados	168004	7453	3	95.693,01				
Ocupados	168004	7454	3	91.747,72				
Ocupados	168004	7455	3	164.517,44				
Ocupados	168004	7456	3	198.146,26				
Ocupados	168004	7457	3	135.281,51				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	7458	3	242.451,85				
Ocupados	168004	7459	3	146.981,80				
Ocupados	168004	7460	5	126.281,76				
Ocupados	168004	7461	3	143.661,87				
Ocupados	168004	7462	3	133.624,58				
Ocupados	168004	7463	4	83.683,07				
Ocupados	168004	7464	3	129.940,90				
Ocupados	168004	7465	3	89.020,65				
Ocupados	168004	7466	3	85.954,54				
Ocupados	168004	7467	3	83.904,15				
Ocupados	168004	7468	3	131.880,62				
Ocupados	168004	7469	3	72.875,11				
Ocupados	168004	7473	3	121.735,90				
Ocupados	168004	7474	3	104.321,24				
Ocupados	168004	7475	3	101.882,33				
Ocupados	168004	7476	3	97.344,28				
Ocupados	168004	7477	3	156.734,76				
Ocupados	168004	7479	3	41.158,48				
Ocupados	168004	7480	3	46.557,57				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	7481	3	59.473,22				
Ocupados	168004	7482	3	52.413,19				
Ocupados	168004	7483	3	41.793,07				
Ocupados	168004	7484	3	38.609,30				
Ocupados	168004	7485	3	33.794,12				
Ocupados	168004	7486	3	32.903,02				
Ocupados	168004	7487	3	37.387,90				
Ocupados	168004	7488	3	35.713,13				
Ocupados	168004	7489	3	41.047,14				
Ocupados	168004	7490	3	42.799,07				
Ocupados	168004	7493	3	18.617,95				
Ocupados	168004	7494	3	17.530,26				
Ocupados	168004	7498	4	12.473,60				
Ocupados	168004	7499	4	14.352,88				
Ocupados	168004	7500	4	12.243,21				
Ocupados	168004	7501	4	11.947,77				
Ocupados	168004	7502	3	65.784,16				
Ocupados	168004	7503	3	17.469,96				
Ocupados	168004	7504	3	16.126,81				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	7505	5	19.439,74				
Ocupados	168004	7507	4	15.319,33				
Ocupados	168004	7508	4	12.605,45				
Ocupados	168004	7509	4	15.001,93				
Ocupados	168004	7510	4	16.567,13				
Ocupados	168004	7511	5	19.356,54				
Ocupados	168004	7512	5	25.041,27				
Ocupados	168004	7513	4	12.406,60				
Ocupados	168004	7517	3	23.254,15				
Ocupados	168004	7518	4	21.500,73				
Ocupados	168004	7519	5	18.903,38				
Ocupados	168004	7520	4	24.373,97				
Ocupados	168004	7521	5	18.571,31				
Ocupados	168004	7522	5	21.412,80				
Ocupados	168004	7523	5	22.456,16				
Ocupados	168004	7524	5	20.134,31				
Ocupados	168004	7525	6	20.522,75				
Ocupados	168004	7526	6	20.752,69				
Ocupados	168004	7529	5	19.388,37				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	7530	6	17.357,13				
Ocupados	168004	7532	3	60.280,98				
Ocupados	168004	7533	3	17.109,99				
Ocupados	168004	7534	4	16.137,30				
Ocupados	168004	7535	4	12.424,19				
Ocupados	168004	7543	4	32.503,13				
Ocupados	168004	7548	4	37.729,86				
Ocupados	168004	7549	4	44.426,66				
Ocupados	168004	7550	5	35.906,78				
Ocupados	168004	7551	5	35.094,79				
Ocupados	168004	7554	4	26.655,71				
Ocupados	168004	7557	4	67.264,19				
Ocupados	168004	7558	4	37.768,91				
Ocupados	168004	7559	6	38.894,81				
Ocupados	168004	7560	5	34.586,94				
Ocupados	168004	7564	5	24.039,56				
Ocupados	168004	7567	5	30.378,76				
Ocupados	168004	7568	5	25.761,41				
Ocupados	168004	7569	5	29.328,42				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	7570	3	27.475,87				
Ocupados	168004	7571	4	20.613,69				
Ocupados	168004	7596	4	26.562,19				
Ocupados	168004	7605	5	14.439,12				
Ocupados	168004	7611	5	8.175,10				
Ocupados	168004	7622	5	24.653,38				
Ocupados	168004	7628	5	24.988,61				
Ocupados	168004	7630	4	23.314,99				
Ocupados	168004	7632	4	30.031,60				
Ocupados	168004	7634	4	31.274,64				
Ocupados	168004	7638	5	23.449,11				
Ocupados	168004	7646	5	22.224,95				
Ocupados	168004	7649	3	21.956,63				
Ocupados	168004	7650	3	20.011,93				
Ocupados	168004	7657	4	22.075,30				
Ocupados	168004	7672	3	30.341,38				
Ocupados	168004	7674	5	36.053,44				
Ocupados	168004	7780	5	13.229,83				
Ocupados	168004	8108	3	81.393,55				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168004	8109	3	70.063,85				
Ocupados	168004	8111	3	52.978,56				
Vazio	168004	5031	5	6.188,00				
Vazio	168004	5032	6	4.732,00				
Vazio	168004	5849	7	13.837,23				
Vazio	168004	5850	8	6.606,60				
Vazio	168004	5853	8	5.041,00				
Vazio	168004	7470	3	122.013,82				
Vazio	168004	7478	5	39.388,34				
Vazio	168004	7495	4	15.452,83				
Vazio	168004	7496	4	12.777,87				
Vazio	168004	7497	4	13.368,37				
Vazio	168004	7514	7	12.433,43				
Vazio	168004	7516	4	10.870,79				
Vazio	168004	7527	7	33.969,89				
Vazio	168004	7528	7	18.868,04				
Vazio	168004	7572	4	15.406,27				
Vazio	168004	7600	7	15.765,83				
Vazio	168004	7601	7	9.529,73				
Vazio	168004	7602	7	7.930,76				
Vazio	168004	7773	7	16.531,60				
Vazio	168004	8110	4	15.906,88				
Ocup.	168005	670	3	16.781,85			-	-
Ocup.	168005	2160	3	98.095,08			-	-
Ocup.	168005	2161	3	96.105,35			-	-
Ocup.	168005	2162	3	78.642,50			-	-
Ocup.	168005	2163	3	53.085,59			-	-
Ocup.	168005	2164	3	55.098,56			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2165	3	99.079,83			-	-
Ocup.	168005	2166	3	112.338,59			-	-
Ocup.	168005	2167	3	102.629,33			-	-
Ocup.	168005	2168	3	68.734,44			-	-
Ocup.	168005	2169	3	84.823,46			-	-
Ocup.	168005	2170	3	66.781,88			-	-
Ocup.	168005	2171	3	109.419,98			-	-
Ocup.	168005	2172	3	99.077,03			-	-
Ocup.	168005	2173	3	71.366,52			-	-
Ocup.	168005	2174	3	78.671,86			-	-
Ocup.	168005	2175	3	65.140,11			-	-
Ocup.	168005	2176	3	97.919,19			-	-
Ocup.	168005	2177	3	51.842,94			-	-
Ocup.	168005	2178	3	98.427,28			-	-
Ocup.	168005	2179	3	41.591,71			-	-
Ocup.	168005	2180	3	50.795,80			-	-
Ocup.	168005	2181	3	43.139,02			-	-
Ocup.	168005	2182	3	54.810,58			-	-
Ocup.	168005	2183	3	54.383,50			-	-
Ocup.	168005	2184	3	64.914,71			-	-
Ocup.	168005	2185	3	56.626,58			-	-
Ocup.	168005	2186	3	51.136,68			-	-
Ocup.	168005	2187	3	66.413,21			-	-
Ocup.	168005	2188	3	57.411,16			-	-
Ocup.	168005	2189	3	67.710,93			-	-
Ocup.	168005	2190	3	51.631,62			-	-
Ocup.	168005	2191	3	48.540,57			-	-
Ocup.	168005	2192	3	43.627,67			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2193	3	39.658,86			-	-
Ocup.	168005	2194	3	47.716,58			-	-
Ocup.	168005	2195	3	49.120,64			-	-
Ocup.	168005	2196	3	50.511,40			-	-
Ocup.	168005	2197	3	43.072,53			-	-
Ocup.	168005	2199	3	49.199,85			-	-
Ocup.	168005	2200	3	46.580,73			-	-
Ocup.	168005	2201	3	129.673,13			-	-
Ocup.	168005	2202	3	62.376,90			-	-
Ocup.	168005	2203	3	29.679,45			-	-
Ocup.	168005	2204	3	25.982,26			-	-
Ocup.	168005	2205	3	43.155,25			-	-
Ocup.	168005	2206	3	20.057,36			-	-
Ocup.	168005	2207	3	31.154,62			-	-
Ocup.	168005	2208	3	31.178,98			-	-
Ocup.	168005	2209	3	35.368,70			-	-
Ocup.	168005	2210	3	34.075,84			-	-
Ocup.	168005	2211	3	38.336,95			-	-
Ocup.	168005	2212	3	24.714,68			-	-
Ocup.	168005	2213	3	21.826,54			-	-
Ocup.	168005	2214	3	23.275,63			-	-
Ocup.	168005	2215	3	25.983,35			-	-
Ocup.	168005	2216	3	31.080,74			-	-
Ocup.	168005	2217	3	22.501,23			-	-
Ocup.	168005	2219	3	30.275,98			-	-
Ocup.	168005	2220	3	30.206,00			-	-
Ocup.	168005	2221	3	34.541,50			-	-
Ocup.	168005	2224	3	25.918,09			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2225	3	24.309,38			-	-
Ocup.	168005	2226	3	24.352,78			-	-
Ocup.	168005	2227	3	24.265,97			-	-
Ocup.	168005	2228	3	24.481,25			-	-
Ocup.	168005	2229	3	32.420,77			-	-
Ocup.	168005	2230	3	28.793,34			-	-
Ocup.	168005	2231	3	36.753,54			-	-
Ocup.	168005	2232	3	48.422,45			-	-
Ocup.	168005	2233	3	24.608,55			-	-
Ocup.	168005	2234	3	22.978,01			-	-
Ocup.	168005	2235	3	28.526,73			-	-
Ocup.	168005	2236	3	21.065,65			-	-
Ocup.	168005	2237	3	26.733,44			-	-
Ocup.	168005	2238	3	23.764,34			-	-
Ocup.	168005	2239	3	22.563,55			-	-
Ocup.	168005	2240	3	27.051,79			-	-
Ocup.	168005	2241	3	30.812,17			-	-
Ocup.	168005	2242	3	33.476,18			-	-
Ocup.	168005	2243	3	27.992,57			-	-
Ocup.	168005	2244	3	30.223,92			-	-
Ocup.	168005	2245	3	22.825,62			-	-
Ocup.	168005	2246	3	70.785,69			-	-
Ocup.	168005	2247	3	45.948,38			-	-
Ocup.	168005	2248	3	32.222,77			-	-
Ocup.	168005	2249	3	30.985,57			-	-
Ocup.	168005	2250	3	33.215,36			-	-
Ocup.	168005	2251	3	91.053,61			-	-
Ocup.	168005	2252	3	68.503,14			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2253	3	82.784,84			-	-
Ocup.	168005	2254	3	91.879,07			-	-
Ocup.	168005	2255	3	33.783,40			-	-
Ocup.	168005	2256	3	26.988,20			-	-
Ocup.	168005	2257	3	31.637,50			-	-
Ocup.	168005	2258	3	34.546,15			-	-
Ocup.	168005	2259	3	31.434,96			-	-
Ocup.	168005	2260	3	30.495,66			-	-
Ocup.	168005	2261	3	30.570,81			-	-
Ocup.	168005	2262	3	31.439,50			-	-
Ocup.	168005	2263	3	26.332,00			-	-
Ocup.	168005	2264	3	36.663,07			-	-
Ocup.	168005	2265	3	35.761,07			-	-
Ocup.	168005	2266	3	27.210,28			-	-
Ocup.	168005	2267	3	23.702,28			-	-
Ocup.	168005	2268	3	26.310,10			-	-
Ocup.	168005	2269	3	102.655,01			-	-
Ocup.	168005	2270	3	38.601,93			-	-
Ocup.	168005	2271	3	20.908,57			-	-
Ocup.	168005	2272	3	26.429,57			-	-
Ocup.	168005	2273	3	26.429,57			-	-
Ocup.	168005	2274	3	28.310,57			-	-
Ocup.	168005	2275	3	22.910,76			-	-
Ocup.	168005	2276	3	23.037,83			-	-
Ocup.	168005	2277	3	21.339,71			-	-
Ocup.	168005	2278	3	21.780,16			-	-
Ocup.	168005	2279	3	25.160,32			-	-
Ocup.	168005	2280	3	23.594,50			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2281	3	26.832,80			-	-
Ocup.	168005	2282	3	26.312,31			-	-
Ocup.	168005	2283	3	25.064,77			-	-
Ocup.	168005	2284	3	25.085,43			-	-
Ocup.	168005	2285	3	25.682,08			-	-
Ocup.	168005	2286	3	25.210,97			-	-
Ocup.	168005	2287	3	25.542,26			-	-
Ocup.	168005	2288	3	24.648,25			-	-
Ocup.	168005	2289	3	26.600,57			-	-
Ocup.	168005	2290	3	26.600,57			-	-
Ocup.	168005	2291	3	38.635,28			-	-
Ocup.	168005	2292	3	38.596,34			-	-
Ocup.	168005	2293	3	31.321,58			-	-
Ocup.	168005	2294	3	21.931,77			-	-
Ocup.	168005	2295	3	26.538,01			-	-
Ocup.	168005	2296	3	20.584,13			-	-
Ocup.	168005	2297	3	23.941,94			-	-
Ocup.	168005	2298	3	20.751,19			-	-
Ocup.	168005	2299	3	20.691,19			-	-
Ocup.	168005	2300	3	21.234,89			-	-
Ocup.	168005	2301	3	21.175,47			-	-
Ocup.	168005	2302	3	20.751,19			-	-
Ocup.	168005	2303	3	20.690,77			-	-
Ocup.	168005	2304	3	21.534,16			-	-
Ocup.	168005	2305	3	21.175,47			-	-
Ocup.	168005	2306	3	22.552,04			-	-
Ocup.	168005	2307	3	22.066,66			-	-
Ocup.	168005	2308	3	24.705,05			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2309	3	271.025,25			-	-
Ocup.	168005	2310	3	140.524,91			-	-
Ocup.	168005	2311	3	105.849,17			-	-
Ocup.	168005	2312	3	20.227,02			-	-
Ocup.	168005	2313	3	27.250,71			-	-
Ocup.	168005	2314	3	24.391,93			-	-
Ocup.	168005	2315	3	16.147,72			-	-
Ocup.	168005	2316	3	28.025,98			-	-
Ocup.	168005	2317	3	12.806,11			-	-
Ocup.	168005	2318	3	28.000,73			-	-
Ocup.	168005	2319	3	18.879,75			-	-
Ocup.	168005	2320	3	25.542,43			-	-
Ocup.	168005	2321	3	17.820,18			-	-
Ocup.	168005	2322	3	20.167,89			-	-
Ocup.	168005	2323	3	16.879,16			-	-
Ocup.	168005	2324	3	17.354,85			-	-
Ocup.	168005	2325	3	38.708,16			-	-
Ocup.	168005	2326	3	25.057,73			-	-
Ocup.	168005	2327	3	28.590,29			-	-
Ocup.	168005	2328	3	14.346,35			-	-
Ocup.	168005	2329	3	22.873,54			-	-
Ocup.	168005	2367	3	4.628,22			-	-
Ocup.	168005	2374	3	23.558,18			-	-
Ocup.	168005	2535	3	87.320,97			-	-
Ocup.	168005	2536	3	31.974,23			-	-
Ocup.	168005	2537	3	30.090,09			-	-
Ocup.	168005	2538	3	26.420,51			-	-
Ocup.	168005	2539	3	20.288,58			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2540	3	41.926,94			-	-
Ocup.	168005	2541	3	32.340,72			-	-
Ocup.	168005	2542	3	17.502,20			-	-
Ocup.	168005	2543	3	14.008,58			-	-
Ocup.	168005	2544	3	29.429,99			-	-
Ocup.	168005	2545	3	22.512,14			-	-
Ocup.	168005	2546	3	18.960,65			-	-
Ocup.	168005	2547	3	30.863,32			-	-
Ocup.	168005	2548	3	45.238,43			-	-
Ocup.	168005	2549	3	48.534,68			-	-
Ocup.	168005	2550	3	37.350,77			-	-
Ocup.	168005	2551	3	41.211,13			-	-
Ocup.	168005	2552	3	17.103,12			-	-
Ocup.	168005	2553	3	14.046,51			-	-
Ocup.	168005	2554	3	29.266,00			-	-
Ocup.	168005	2555	3	29.799,00			-	-
Ocup.	168005	2557	3	11.777,43			-	-
Ocup.	168005	2558	3	23.402,87			-	-
Ocup.	168005	2559	3	19.220,59			-	-
Ocup.	168005	2560	3	29.484,12			-	-
Ocup.	168005	2562	3	16.000,67			-	-
Ocup.	168005	2563	5	17.882,07			-	-
Ocup.	168005	2564	5	16.518,35			-	-
Ocup.	168005	2565	5	8.561,89			-	-
Ocup.	168005	2566	3	20.452,61			-	-
Ocup.	168005	2567	3	17.122,59			-	-
Ocup.	168005	2568	3	49.394,04			-	-
Ocup.	168005	2569	3	33.962,42			-	-

Situação	UG	RIP	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocup.	168005	2570	3	33.490,97			-	-
Ocup.	168005	2571	3	28.706,84			-	-
Ocup.	168005	2572	3	25.714,88			-	-
Ocup.	168005	2574	3	29.096,66			-	-
Ocup.	168005	2575	3	33.554,00			-	-
Ocup.	168005	2576	5	34.594,02			-	-
Ocup.	168005	2577	3	26.083,54			-	-
Ocup.	168005	2630	3	22.672,23			-	-
Ocup.	168005	2823	3	17.737,19			-	-
Ocup.	168005	2871	3	15.095,15			-	-
Ocup.	168005	2940	3	28.040,84			-	-
Ocup.	168005	2941	3	25.998,41			-	-
Ocupados	168006		5	6.075,54				
Ocupados	168006		5	10.071,92				
Ocupados	168006		5	10.225,79				
Ocupados	168006		5	7.392,95				
Ocupados	168006		5	8.643,44				
Ocupados	168006		5	5.353,27				
Ocupados	168006		3	12.217,77				
Ocupados	168006		3	14.778,69				
Ocupados	168006		3	14.138,46				
Ocupados	168006		3	10.972,38				
Ocupados	168006		3	13.685,89				
Ocupados	168006		3	15.238,57				
Ocupados	168006		3	15.687,16				
Ocupados	168006		3	15.372,47				
Ocupados	168006		3	16.195,70				
Ocupados	168006		3	15.131,34				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168006		3	14.925,00				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	17.993,96				
Ocupados	168006		3	38.344,10				
Ocupados	168006		3	38.344,10				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	9.078,49				
Ocupados	168006		4	23.653,90				

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168006		4	23.653,90				
Ocupados	168006		3	23.653,90				
Ocupados	168006		4	12.674,95				
Ocupados	168006		4	12.674,95				
Ocupados	168006		3	92.331,64				
Ocupados	168006		3	92.331,64				
Ocupados	168006		3	92.331,64				
Ocupados	168006		3	92.331,64				
Ocupados	168006		3	7.410,82				
Ocupados	168006		3	5.511,06				
Ocupados	168006		3	11.279,95				
Ocupados	168006		3	12.481,76				
Vazios	168006		3	38.344,10				
Vazios	168006		3	38.344,10				
Vazios	168006		3	38.344,10				
Vazios	168006		3	38.344,10				
Vazios	168006		3	38.344,10				
Vazios	168006		3	92.331,64				
Vazios	168006		3	92.331,64				
Ocupados	168008	36	3	27.067,04			x	x
Ocupados	168008	77	3	169.797,37			x	x
Ocupados	168008	80	3	37.339,11			x	x
Ocupados	168008	81	3	119.436,71			x	x
Ocupados	168008	86	3	185.917,53			x	x
Ocupados	168008	87	3	28.133,29			x	x
Ocupados	168008	88	3	12.317,12			x	x
Ocupados	168008	90	3	15.495,66			x	x
Ocupados	168008	99	3	64.331,88			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	100	3	28.796,01			x	x
Ocupados	168008	103	3	533.847,82			x	x
Ocupados	168008	278	3	4.091,91			x	x
Ocupados	168008	1600	3	1.134,46			x	x
Ocupados	168008	2266	3	18.331,40			x	x
Ocupados	168008	2507	3	905,00			x	x
Ocupados	168008	2575	5	335.920,93			x	58.375,00
Ocupados	168008	2576	3	126.414,45			x	x
Ocupados	168008	2577	3	43.458,56			x	x
Ocupados	168008	2578	3	78.583,97			x	x
Ocupados	168008	2579	3	37.914,56			x	x
Ocupados	168008	2580	3	37.914,56			x	x
Ocupados	168008	2581	3	37.914,56			x	x
Ocupados	168008	2582	3	64.374,56			x	x
Ocupados	168008	2583	3	64.374,57			x	x
Ocupados	168008	2584	3	64.373,77			x	x
Ocupados	168008	2585	3	31.434,57			x	x
Ocupados	168008	2586	3	64.374,57			x	x
Ocupados	168008	2587	3	64.374,57			x	x
Ocupados	168008	2588	3	64.374,57			x	x
Ocupados	168008	2589	3	64.374,57			x	x
Ocupados	168008	2590	3	64.374,58			x	x
Ocupados	168008	2591	3	68.845,32			x	x
Ocupados	168008	2592	3	3.311,87			x	x
Ocupados	168008	2593	3	95.069,40			x	x
Ocupados	168008	2594	3	95.069,40			x	x
Ocupados	168008	2595	3	95.410,70			x	x
Ocupados	168008	2596	3	95.929,11			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2597	3	95.071,48			x	x
Ocupados	168008	2598	3	95.069,40			x	x
Ocupados	168008	2599	3	95.069,40			x	x
Ocupados	168008	2600	3	6.498,20			x	x
Ocupados	168008	2601	4	812,68			x	x
Ocupados	168008	2602	3	5.852,13			x	x
Ocupados	168008	2603	3	3.079,45			x	x
Ocupados	168008	2604	3	2.467,49			x	x
Ocupados	168008	2605	3	2.467,49			x	x
Ocupados	168008	2606	3	2.467,49			x	x
Ocupados	168008	2607	3	2.374,17			x	x
Ocupados	168008	2608	3	1.122,75			x	x
Ocupados	168008	2609	3	6.363,40			x	x
Ocupados	168008	2610	3	1.943,62			x	x
Ocupados	168008	2611	3	4.873,79			x	x
Ocupados	168008	2612	3	603,84			x	x
Ocupados	168008	2613	3	921,79			x	x
Ocupados	168008	2614	3	30.394,00			x	x
Ocupados	168008	2615	3	9.494,95			x	x
Ocupados	168008	2616	3	53.230,58			x	x
Ocupados	168008	2617	3	126.315,72			x	x
Ocupados	168008	2618	3	10.377,51			x	x
Ocupados	168008	2619	3	18.927,19			x	x
Ocupados	168008	2620	3	3.527,98			x	x
Ocupados	168008	2621	3	1.901,66			x	x
Ocupados	168008	2622	3	1.329,02			x	x
Ocupados	168008	2623	3	193.334,87			x	x
Ocupados	168008	2624	3	16.819,74			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2625	3	7.591,85			x	x
Ocupados	168008	2626	3	1.628,10			x	x
Ocupados	168008	2627	3	2.641,08			x	x
Ocupados	168008	2628	3	7.751,88			x	x
Ocupados	168008	2629	3	92.063,11			x	x
Ocupados	168008	2630	3	15.801,76			x	x
Ocupados	168008	2631	3	3.878,19			x	x
Ocupados	168008	2632	3	3.356,45			x	x
Ocupados	168008	2633	3	7.141,89			x	x
Ocupados	168008	2634	3	1.725,18			x	x
Ocupados	168008	2635	3	3.343,79			x	x
Ocupados	168008	2636	3	2.114,67			x	x
Ocupados	168008	2637	3	2.114,67			x	x
Ocupados	168008	2638	3	2.114,67			x	x
Ocupados	168008	2639	3	2.114,67			x	x
Ocupados	168008	2640	3	2.114,67			x	x
Ocupados	168008	2641	3	16.151,33			x	x
Ocupados	168008	2642	3	20.631,05			x	x
Ocupados	168008	2643	3	7.485,55			x	x
Ocupados	168008	2644	3	14.798,99			x	x
Ocupados	168008	2645	3	99.488,59			x	x
Ocupados	168008	2646	3	13.726,84			x	x
Ocupados	168008	2647	3	8.389,61			x	x
Ocupados	168008	2648	3	12.413,44			x	x
Ocupados	168008	2649	3	1.223,72			x	x
Ocupados	168008	2650	3	1.551,85			x	x
Ocupados	168008	2651	3	3.273,03			x	x
Ocupados	168008	2652	3	1.158,82			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2653	3	1.990,70			x	x
Ocupados	168008	2654	3	2.804,00			x	x
Ocupados	168008	2655	3	33.564,52			x	x
Ocupados	168008	2656	3	9.085,15			x	x
Ocupados	168008	2657	3	507,02			x	x
Ocupados	168008	2658	3	26.838,78			x	x
Ocupados	168008	2659	3	11.344,66			x	x
Ocupados	168008	2660	3	18.751,26			x	x
Ocupados	168008	2661	3	5.559,71			x	x
Ocupados	168008	2662	3	74.638,73			x	x
Ocupados	168008	2663	3	11.722,02			x	x
Ocupados	168008	2664	3	19.217,22			x	x
Ocupados	168008	2665	3	19.374,36			x	x
Ocupados	168008	2666	3	12.186,35			x	x
Ocupados	168008	2667	3	135.751,05			x	x
Ocupados	168008	2668	3	40.667,75			x	x
Ocupados	168008	2669	3	5.583,27			x	x
Ocupados	168008	2670	3	4.852,48			x	x
Ocupados	168008	2671	3	2.637,18			x	x
Ocupados	168008	2672	3	13.505,61			x	x
Ocupados	168008	2673	3	91.314,41			x	x
Ocupados	168008	2674	3	82.721,44			x	x
Ocupados	168008	2675	3	14.506,89			x	x
Ocupados	168008	2676	3	33.741,23			x	x
Ocupados	168008	2677	3	5.324,70			x	x
Ocupados	168008	2678	3	12.461,78			x	x
Ocupados	168008	2679	3	26.308,15			x	x
Ocupados	168008	2680	3	28.079,60			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2681	3	3.163,23			x	x
Ocupados	168008	2682	3	68.902,14			x	x
Ocupados	168008	2684	3	3.865,63			x	x
Ocupados	168008	2685	3	9.835,21			x	x
Ocupados	168008	2686	3	32.112,35			x	x
Ocupados	168008	2687	3	22.086,06			x	x
Ocupados	168008	2688	3	27.512,43			x	x
Ocupados	168008	2689	3	22.468,52			x	x
Ocupados	168008	2690	3	2.084,24			x	x
Ocupados	168008	2691	3	70.532,38			x	x
Ocupados	168008	2692	3	10.340,40			x	x
Ocupados	168008	2693	3	14.069,41			x	x
Ocupados	168008	2694	3	7.733,68			x	x
Ocupados	168008	2695	3	747,83			x	x
Ocupados	168008	2696	3	9.474,31			x	x
Ocupados	168008	2697	3	17.461,68			x	x
Ocupados	168008	2698	3	14.893,94			x	x
Ocupados	168008	2699	3	424.331,71			x	65.500,50
Ocupados	168008	2700	3	2.490,48			x	x
Ocupados	168008	2701	3	8.216,87			x	x
Ocupados	168008	2702	3	8.866,58			x	x
Ocupados	168008	2704	3	7.170,87			x	x
Ocupados	168008	2705	3	2.341,13			x	x
Ocupados	168008	2706	3	3.245,68			x	x
Ocupados	168008	2752	4	8.529,19			x	x
Ocupados	168008	2753	4	8.519,18			x	x
Ocupados	168008	2754	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2755	4	8.519,23			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2756	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2757	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2758	4	5.877,79			x	x
Ocupados	168008	2759	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2760	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2761	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2762	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2763	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2764	3	3.442,21			x	x
Ocupados	168008	2765	3	3.442,21			x	x
Ocupados	168008	2766	4	8.519,23			x	x
Ocupados	168008	2767	4	5.877,79			x	x
Ocupados	168008	2768	4	12.433,36			x	x
Ocupados	168008	2769	4	12.433,36			x	x
Ocupados	168008	2771	4	45.504,25			x	x
Ocupados	168008	2772	2	24.081,10			x	x
Ocupados	168008	2773	2	35.252,10			x	x
Ocupados	168008	2774	2	23.762,10			x	x
Ocupados	168008	2775	2	23.762,10			x	x
Ocupados	168008	2776	2	21.795,33			x	x
Ocupados	168008	2779	2	29.171,00			x	x
Ocupados	168008	2780	4	22.613,99			x	x
Ocupados	168008	2781	2	6.523,83			x	x
Ocupados	168008	2782	3	13.467,21			x	x
Ocupados	168008	2783	3	13.467,21			x	x
Ocupados	168008	2784	3	13.467,21			x	x
Ocupados	168008	2785	3	9.375,30			x	x
Ocupados	168008	2786	3	13.467,21			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2787	3	13.467,21			x	x
Ocupados	168008	2790	2	74.858,44			x	x
Ocupados	168008	2791	2	74.858,44			x	x
Ocupados	168008	2792	2	74.858,44			x	x
Ocupados	168008	2793	3	30.950,22			x	x
Ocupados	168008	2795	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2797	3	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2799	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2800	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2801	4	14.086,66			x	x
Ocupados	168008	2802	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2803	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2804	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2805	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2806	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2808	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2809	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2810	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2811	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2812	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2813	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2814	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2815	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2816	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2817	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2818	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2823	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2824	4	11.080,87			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2825	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2826	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2827	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2828	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2830	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2831	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2832	4	12.698,39			x	x
Ocupados	168008	2833	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2835	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2836	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2837	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2838	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2839	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2840	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2841	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2842	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2843	4	6.723,26			x	x
Ocupados	168008	2844	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2845	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2846	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2847	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2848	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2849	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2850	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2852	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2854	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2855	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2856	4	6.723,26			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2858	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2859	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2860	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2861	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2862	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2863	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2864	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2865	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2870	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2871	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2872	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2873	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2874	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2875	4	11.080,87				
Ocupados	168008	2876	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2877	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2878	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2879	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2880	4	11.080,89			x	x
Ocupados	168008	2881	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2882	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2883	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2885	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2886	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2887	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2890	4	6.723,26			x	x
Ocupados	168008	2893	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2897	4	11.080,87			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2898	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2899	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2901	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2902	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2904	4	11.080,87			x	x
Ocupados	168008	2905	3	9.816,21			x	x
Ocupados	168008	2906	3	11.214,30			x	x
Ocupados	168008	2907	3	11.214,30			x	x
Ocupados	168008	2908	3	11.214,30			x	x
Ocupados	168008	2909	3	11.214,34			x	x
Ocupados	168008	2910	3	11.214,34			x	x
Ocupados	168008	2911	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2912	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2913	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2914	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2915	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2916	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2917	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2918	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2919	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2920	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2921	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2922	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2923	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2924	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2925	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2926	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2927	3	11.214,32			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2928	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2929	3	7.455,55			x	x
Ocupados	168008	2930	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2931	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2932	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2933	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2934	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2935	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2936	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2937	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2938	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2939	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2940	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2941	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2942	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2943	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2944	3	11.210,63			x	x
Ocupados	168008	2945	3	11.210,63			x	x
Ocupados	168008	2946	3	11.210,63			x	x
Ocupados	168008	2947	3	11.210,63			x	x
Ocupados	168008	2948	3	11.210,63			x	x
Ocupados	168008	2949	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2950	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2951	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2952	3	12.050,90			x	x
Ocupados	168008	2953	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2954	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2955	3	12.050,85			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2956	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2957	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2959	3	12.050,85			x	x
Ocupados	168008	2960	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2961	3	11.214,32			x	x
Ocupados	168008	2962	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2963	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2964	3	13.116,25			x	x
Ocupados	168008	2965	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2966	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2967	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2968	3	13.538,70			x	x
Ocupados	168008	2969	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2970	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2971	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2972	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2973	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2974	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2975	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2976	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2977	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2978	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2979	3	3.003,97			x	x
Ocupados	168008	2980	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2981	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2982	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2983	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2984	3	13.538,90			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	2985	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2986	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2987	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2988	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2989	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2990	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2991	3	13.538,90			x	x
Ocupados	168008	2992	3	16.410,03			x	x
Ocupados	168008	2993	3	16.470,90			x	x
Ocupados	168008	2994	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	2995	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	2996	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	2997	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	2998	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	2999	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3000	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3001	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3002	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3003	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3004	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3005	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3006	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3007	3	19.534,58			x	x
Ocupados	168008	3008	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3009	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3010	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3011	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3012	3	19.534,46			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	3013	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3014	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3015	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3016	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3017	3	22.286,82			x	x
Ocupados	168008	3018	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3019	3	19.534,46			x	x
Ocupados	168008	3020	3	19.524,63			x	x
Ocupados	168008	3021	3	19.534,48			x	x
Ocupados	168008	3022	3	18.624,30			x	x
Ocupados	168008	3023	3	66.406,70			x	x
Ocupados	168008	3024	2	66.406,70			x	x
Ocupados	168008	3025	2	66.406,70			x	x
Ocupados	168008	3026	2	67.663,47			x	x
Ocupados	168008	3027	2	66.406,70			x	x
Ocupados	168008	3028	2	66.406,70			x	x
Ocupados	168008	3932	3	235.019,36			x	x
Ocupados	168008	3933	3	69.657,22			x	x
Ocupados	168008	5082	3	4.535,74			x	x
Ocupados	168008	5084	3	13.506,03			x	x
Ocupados	168008	5085	3	10.078,66			x	x
Ocupados	168008	5086	3	8.556,42			x	x
Ocupados	168008	5087	3	13.448,77			x	x
Ocupados	168008	5088	3	2.523,23			x	x
Ocupados	168008	5089	3	95.569,68			x	x
Ocupados	168008	5090	3	12.129,20			x	x
Ocupados	168008	5091	3	86.445,93			x	x
Ocupados	168008	5094	3	12.387,19			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	5095	3	32.085,18			x	x
Ocupados	168008	5096	3	46.814,70			x	x
Ocupados	168008	5097	3	181.405,58			x	x
Ocupados	168008	5098	3	174.912,27			x	x
Ocupados	168008	5099	3	29.041,25			x	x
Ocupados	168008	5100	3	26.967,68			x	x
Ocupados	168008	5101	3	56.738,26			x	x
Ocupados	168008	5102	3	37.786,59			x	x
Ocupados	168008	5103	4	69.245,33			x	x
Ocupados	168008	5104	3	73.824,26			x	x
Ocupados	168008	5105	3	10.562,07			x	x
Ocupados	168008	5106	4	5.950,76			x	x
Ocupados	168008	5107	4	102.162,15			x	x
Ocupados	168008	5108	3	37.446,72			x	x
Ocupados	168008	5109	3	48.981,09			x	x
Ocupados	168008	5110	3	68.314,49			x	x
Ocupados	168008	5111	3	6.915,99			x	x
Ocupados	168008	5112	5	124.378,54			x	x
Ocupados	168008	5113	3	17.682,87			x	27.528,00
Ocupados	168008	5114	3	61.092,62			x	x
Ocupados	168008	5115	4	89.448,15			x	x
Ocupados	168008	5116	3	10.037,10			x	x
Ocupados	168008	5117	4	9.720,88			x	x
Ocupados	168008	5118	4	39.530,67			x	x
Ocupados	168008	5119	3	11.010,87			x	x
Ocupados	168008	5120	3	10.406,11			x	x
Ocupados	168008	5121	3	17.007,64			x	x
Ocupados	168008	5122	3	72.703,63			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	5123	4	72.111,49			x	x
Ocupados	168008	5124	3	3.427,18			x	x
Ocupados	168008	5125	3	217.224,90			x	x
Ocupados	168008	5126	5	73.554,19			x	x
Ocupados	168008	5127	3	13.858,95			x	x
Ocupados	168008	5129	4	2.709,84			x	x
Ocupados	168008	5130	4	47.175,03			x	x
Ocupados	168008	5180	5	255.152,00			x	x
Ocupados	168008	5197	3	47.639,32			x	x
Ocupados	168008	5198	3	46.200,01			x	x
Ocupados	168008	5199	3	41.467,98			x	x
Ocupados	168008	5204	3	308.548,60			x	x
Ocupados	168008	5458	3	72.758,80			x	x
Ocupados	168008	5459	3	1.566,29			x	x
Ocupados	168008	5474	3	7.508,43			x	x
Ocupados	168008	5475	3	1.695,96			x	x
Ocupados	168008	5476	3	6.868,48			x	x
Ocupados	168008	5479	3	6.271,12			x	x
Ocupados	168008	5487	3	8.567,44			x	x
Ocupados	168008	5584	3	12.491,22			x	x
Ocupados	168008	5659	5	4.904,12			x	x
Ocupados	168008	6841	3	6.764,87			x	x
Ocupados	168008	6842	3	21.856,25			x	x
Ocupados	168008	6899	3	3.373,16			x	x
Ocupados	168008	6900	3	161,03			x	x
Ocupados	168008	6915	3	8.376,86			x	x
Ocupados	168008	6916	3	1.117,47			x	x
Ocupados	168008	7162	3	9.790,44			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	7167	3	9.644,01			x	x
Ocupados	168008	8406	3	6.135,31			x	x
Ocupados	168008	8413	3	2.351,71			x	x
Ocupados	168008	8502	3	434.765,23			x	x
Ocupados	168008	8505	3	6.158,37			x	x
Ocupados	168008	8507	3	5.383,68			x	x
Ocupados	168008	8508	3	7.948,11			x	x
Ocupados	168008	8509	3	153.135,34			x	x
Ocupados	168008	8510	3	42.405,96			x	x
Ocupados	168008	8511	3	14.530,03			x	x
Ocupados	168008	8512	3	41.215,81			x	x
Ocupados	168008	8513	3	24.367,60			x	x
Ocupados	168008	8514	3	7.655,98			x	x
Ocupados	168008	8515	3	14.881,98			x	x
Ocupados	168008	8516	3	4.165,86			x	x
Ocupados	168008	8517	3	3.949,26			x	x
Ocupados	168008	8518	3	3.880,33			x	x
Ocupados	168008	8519	3	35.021,61			x	x
Ocupados	168008	8520	3	2.076,34			x	x
Ocupados	168008	8521	3	3.666,17			x	x
Ocupados	168008	8522	3	3.677,39			x	x
Ocupados	168008	8523	3	4.699,62			x	x
Ocupados	168008	8524	3	3.459,14			x	x
Ocupados	168008	8525	3	3.258.102,22			x	x
Ocupados	168008	8526	3	290,85			x	x
Ocupados	168008	8527	3	290,85			x	x
Ocupados	168008	8528	3	290,85			x	x
Ocupados	168008	8529	3	27,85			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	168008	8531	3	290,85			x	x
Ocupados	168008	8532	3	3.059,47			x	x
Ocupados	168008	8830	3	13.417,29			x	x
Ocupados	168008	10032	3	1.235,93			x	x
Ocupados	168008	10033	3	1.235,93			x	x
Vazios	168008	2770	4	20.431,36			x	x
Vazios	168008	2777	2	29.171,00			x	x
Vazios	168008	2778	2	29.171,00			x	x
Vazios	168008	2788	3	13.467,21			x	x
Vazios	168008	2789	3	13.467,21			x	x
Vazios	168008	2807	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2819	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2820	4	21.162,43			x	x
Vazios	168008	2821	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2822	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2829	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2834	4	6.723,26			x	x
Vazios	168008	2851	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2853	4	6.723,26			x	x
Vazios	168008	2857	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2866	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2867	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2868	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2869	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2884	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2888	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2889	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2891	4	11.080,87			x	x

Situação	UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Vazios	168008	2892	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2894	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2895	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2900	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2903	4	11.080,87			x	x
Vazios	168008	2958	3	12.050,85			x	x
TOTAL							0	151.403,50

Fonte:TOTVS

Análise Crítica

A gestão do patrimônio da IMBEL gerenciado pelo sistema TOTVS.
Estamos providenciando a inclusão dos imóveis no SPIUNET.
Norma interna de gestão dos próprios residenciais.

8.2. IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não se aplica na IMBEL.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a. relação dos sistemas e a função de cada um deles:

SISTEMAS	FUNÇÃO
SIMBEL - Sistema de Informações da IMBEL	Aplicação WEB, o SIMBEL (Sistema de Informações da IMBEL) é um conjunto de aplicativos que tem por finalidade facilitar o acesso à informação, possibilitando o gerenciamento e o controle de atividades desenvolvidas nos mais diversos setores da empresa. Busca automatizar a elaboração de tarefas não contempladas pela sistema corporativo. É uma ferramenta auxiliar ao ERP Datasul/TOTVS.
PROTWEB - Protocolo Eletrônico de Documentos	É uma aplicação WEB destinada a promover o controle de protocolo e a elaboração de documentos no âmbito da IMBEL. Concebido para oferecer uma maior organização dos documentos, garantir a padronização e facilitar o trâmite interno de documentos na empresa.
DATASUL 11 , da Empresa TOTVs	É o ERP (Sistema Integrado de Gestão) utilizado pela IMBEL. Tem a função de integrar as áreas da Empresa (Recursos Humanos, Manufatura, Logística e Financeira) auxiliando os gestores dessas áreas nos processos de tomada de decisão.
Rastreabilidade (FE)	Utilizado para rastrear explosivos, em cumprimento à Legislação do Comando Logístico de Exército (COLOG) - utilizado pela Fábrica Estrela/Magé/RJ.
AUTOCAD (FE)	Ferramenta eletrônica de desenho em 3D, utilizado na área de engenharia da FE.

b. eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas.

NECESSIDADES (Novos Sistemas ou Funcionalidades)	JUSTIFICATIVAS	MEDIDAS PARA OBTENÇÃO
Datasul 11 (ERP): Necessidade de implantação dos módulos de Medicina do Trabalho e de Segurança do Trabalho	A ativação desses módulos faz-se necessário devido a implantação, por parte do Governo Federal do E-Social, projeto do Governo Federal, com implantação prevista para 2015, que irá unificar a coleta de informações trabalhistas e propiciar aos órgãos do governo o acesso às informações, hoje espalhadas em diversas entidades.	Foi firmado contrato entre a IMBEL e a TOTVS, proprietária do ERP (Contrato 18-2014-UA - IMBEL-Sede, em dezembro de 2014.
Datasul 11 (ERP): Necessidade de implantação do módulo de Controle de Frequência	O processo de controle de ponto da Empresa é realizado de forma manual. É feita a leitura do relógio de ponto por meio de "pendrive". As informações são operacionalizadas, utilizando-se softwares de planilhas eletrônicas e, após consolidadas, são encaminhadas ao setor de recursos humanos. Implantando-se esse módulo - Controle de Frequência - as ações serão integradas diretamente no ERP, sem a intervenção humana.	Foi firmado contrato entre a IMBEL e a TOTVS, proprietária do ERP (Contrato 18-2014-UA - IMBEL-Sede, em dezembro de 2014

NECESSIDADES (Novos Sistemas ou Funcionalidades)	JUSTIFICATIVAS	MEDIDAS PARA OBTENÇÃO
Rastreabilidade Necessidade de manutenção do Sistema de Rastreabilidade.	Manter o aplicativo atualizado e com suporte técnico disponível 24x24 horas, fins cumprir a legislação vigente.	Foi feito contrato com fornecedor e, no momento, a empresa está aguardando proposta de fornecedor para firmar contrato de manutenção.
Datasul 11 (ERP): Reciclagem anual dos colaboradores da Empresa, operadores dos módulos do ERP da TOTVS	Finalidade de atualizar conhecimentos e capacitar novos colaboradores designados para operar o Datasul .	Foi firmado contrato entre a IMBEL e a TOTVS, proprietária do ERP (Contrato 18-2014-UA - IMBEL-Sede, em dezembro de 2014.
PROTWEB E SIMBEL Desenvolvimento de novas funcionalidades, de acordo com demandas da Empresa.	Adequar as aplicações existentes às demandas surgidas.	Surgida a demanda, as necessidades serão levadas ao Comitê de TIC, a fim de deliberar sobre o atendimento.

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
07/2012 UAp-IMBEL	Sistemas de Gerenciamento Empresarial (ERP)	09/2012 a 05/2015	53.113.791/0017/90	TOTVS S/A	713.489,88	665.499,16
06/2013 UAp-IMBEL	Migração do ERP/TOTVs, da versão EMS 2.04 para Datasul 11.5	05/2013 a 11/2014	53.113.791/0017-90	TOTVS S/A	807.265,00	586.015,49
09/2013 UAp-IMBEL	Material permanente de informática (estação de trabalho)	09/2013 a 09/2014	03.610.430/0001-13	Laerton Marques de Figueiredo ME	502.500,00	491.406,95
12/2013 UAp-IMBEL	Material permanente de informática (servidor rack tipo I)	12/2012 a 12/2013	09.202.645/0001-81	Calc Informática Comércio e Serviços Ltda-EPP	588.000,00	588.000,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
01/2014 UAp-IMBEL	Material permanente de informática (rack 42U para servidores.	01/2014 a 01/2015	13.347.993/0001-14	D.W.L. Comércio e Serviços de Informática Ltda-ME.	25.400,00	25.400,00
02/2014 UAp-IMBEL	Material permanente de informática (Console com Switch KVM para rack padrão 19).	01/2014 a 01/2015	10.791.505/0001-75	Viasat Informática Importação e Exportação Ltda-ME	37.070,45	7.414,09
03/2014 UAp-IMBEL	Telefonia móvel de longa distancia.	03/2014 a 03/2015	33.530.486/0001-29	Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel)	17.680,00	3.834,70
04/2014 UAp-IMBEL	Impressão de documentos com fornecimento de equipamentos multifuncionais.	04/2014 a 04/2015	01.551.920/0001-60	Copy Line Comércio e Serviços Ltda	48.000,00	45601,55
09/2012 UAp-IMBEL	Impressão de documentos com fornecimento de equipamentos multifuncionais.	09/2012 a 04/2014	01.551.920/0001-60	Copy Line Comércio e Serviços Ltda	8.640,00	6.499,99
05/2014 UAp-IMBEL	Telefonia móvel com acesso a internet	03/2014 a 03/2015	05.423.963/0001-11	Oi Móvel S/A	95.232,00	35.119,74
09/2014 UAp-IMBEL	Acesso à Internet para a IMBEL/Sede.	08/2014 a 02/2017	03.420.826/0001-24	Global Village Telecom S/A	130.718,70	59.487,64
13/2014 UAp-IMBEL	Material permanente de informática (computadores desktop)	08/2014 a 07/2015	61.797.924/0007-40	Hewlett-Packard Brasil Ltda	95.940,00	95.487,64
18/2014	Serviços complementares de software.	12/2014	53.113.791.0001-22	TOTVS S/A	716.371,80	0,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
UAp-IMBEL		a 12/2015				
9-4-2011 (FMCE)	Telefonia fixa e Internet	12/06/2011 a 12/06/2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/A	158.819,54	61.748,80
089/5/2014 (FI)	Locação de Equipamentos de Impressão	Agosto/ 2014 a agosto / 2015	00.444.232/0007-24	Unicópia Serviços e Locações	3.700,00 (mensal)	14800,00
0029/5/2013 (FI)	Link de Internet	12 meses	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/	26.400,00	26.400,00
0029/5/2013 - Termo Aditivo nº 001/14 (FI)	Link de Internet	Junho / 2014 a Junho / 2015	33.000.118/0001-79	TELEMAR NORTE LESTE S/	27. 862,56	27. 862,56
130/05/2014 (FI)	WINDCHILL/CREO	Novembro / 2014 a Novembro/ 2015	03.080.572.0001/16	MULTI-E (Desenvolvimento e consultoria de sistemas de Informática)	349.800,00	252.000,00
006/2013 (FE)	Serviço de link dedicado à Internet	Até Jul / 15	31978612/0001-87	RTT Telecom	12.000,00 (mensal)	144.000,00
010/2011 (FE)	Locação e Manutenção de Central Telefônica	Até Out/15	54561071/0001-92	R&A Telecom	1.813,00 (mensal)	21.757,20
003/FE/2014	Locação de Impressoras	12 meses	36548097/0001-19	Petrocopy	15.960,00	15.960,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valores Desembolsados 2014 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
2014/80 (FE)	Licença de uso e suporte do software gerador de PPP	Até Jan /16	01993300/0001-81	Iviz Software	1.140,00	1.140,00
110000470307 (FE)	Licença de subscription de uso do AutoCAD	Até Dez/15	66582784/0005-45	MAPData	1.664,00	1.664,00
019/02/2010 (FJF)	Link de Internet	Até 31/12/2014	40.432.544/0001-47	EMBRATEL / CLARO S.A	2.084,44 (mensal)	25.013,28
39-FPV-2014 (FPV)	Prestação de serviço link dedicado continuado de 20 MB	12/2014 a 12/2015	12.291.623/0001-40	Debian Signal de comunicação Multimídia Ltda	72.000,00	0,00
010-9-2010 (FPV)	Serviço de comunicação de Internet. Acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a IMBEL e a rede Nacional de Internet, no 5º ano de prorrogação	07/2010 a 07/2015	02.558.157/0001-62	Telefônica Brasil S/A	60.616,00	55.229,06
010-FPV-2012 (FPV)	Empresa especializada p/ locação, instalação, manutenção preventiva e corretiva de Central Privativa de Comunicação Telefônica - CPCT - do tipo PABX. (Termo Aditivo Nr 4)	06/2012 a 06/2015	04.078.456/0001-25	Sopho business Communications Soluções Empresariais LTDA	35.280,00	36.347,50
05-FPV-2012 (FPV)	Contratação de empresa especializada p/locação de 11 (onze) equipamentos multimídia funcionais digitais	03/2012 a 03/2015	04.315.058/0001-85	Unicópia LTDA	49.200,00	49.200,00
30-FPV-2014 (FPV)	Contratação de 02 (duas) copiadoras para o Escritório de Piquete/SP	11/2014 a 11/2015	04.315.058/0001-85	Unicópia LTDA	12.000,00	1.000,00

Fonte:

MI 09-CGTIC, de 03jan15 (Prot 866)

Sede-Brasília: Resp_UA_DPFO_prot_866 (Arquivo Resp_UA_DPFO_prot_866.jpeg)

MI 014-CHFMCE, de 23jan15 (Prot 528);

MI 010/ASGES/FI/IMBEL, de 30jan15 (Prot 740);

MI 02/SEIN/FE, de 30jan15 (Prot 748);
MI 019/2015-CHFJF-IMBEL, de 30jan15 (Prot 771)
MI 056-CHFPV, de 03fev15 (Prot 885)

10. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

10.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Não ocorreram as deliberações exaradas em acórdãos do TCU que, claramente, determinem a inclusão da recomendação ou da determinação no relatório de gestão da unidade.

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL					134
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	032.608/2010-1	Acórdão TCU nº 3884/2012 2ª Câmara	1.6.1	Determinação	1
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL					134
Descrição da Deliberação					
ACÓRDÃO Nº 3884/2012 - TCU - 2ª Câmara					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 39, § 3º, da Resolução/TCU n. 191/206, em levantar o sobrestamento que incide sobre o TC-017.384/2009-6 (Prestação de Contas, exercício 2008) e em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com o parecer da 3ª Secex:					
1.6. Determinação:					
1.6.1. à Indústria de Material Bélico do Brasil que, em atendimento ao subitem 9.4 do Acórdão nº 1.849/2006 - Plenário, informe, nas próximas contas, acerca da situação atualizada dos contratos de trabalho pendentes de regularização, os quais se encontravam suspensos aguardando alta médica para efetivação dos desligamentos.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL/Departamento de Recursos Humanos					134
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Situação Atualizada: Ainda encontram-se pendentes de regularização quatorze contratos de trabalho, os quais se referem a treze funcionários aposentados por invalidez e um afastado por auxílio-doença.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Prejudicam a adoção das providências alguns fatores alheios à atuação da Administração, que se sobrepõem à referida determinação do TCU, em conformidade com a Legislação Previdenciária vigente.

10.2. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

10.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) atendidas no exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório de Visita do CCIEx à Fábrica Presidente Vargas de 13 a 18 de outubro de 2013	3.3.2	Of. nº 009 SAGEF/CCIEx
5		3.3.3	
14		7.1.6.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL - Fábrica Presidente Vargas (FPV)			134
Descrição da Recomendação			
Dentre as recomendações do CCIEx, merecem destaque: (ORDEM 4) ITEM 3.3.2 Reitera-se a recomendação que constou do relatório do 2º semestre de 2012: “A unidade deve estudar e elaborar um plano de substituição da frota de veículos próprios.” (ORDEM 5) ITEM 3.3.3 Reitera-se a recomendação que constou do relatório do 2º semestre de 2012: “A unidade deve realizar estudos técnicos, a fim de justificar a terceirização da frota, no que for cabível.” ORDEM 14) ITEM 7.1.6.3, Subitem 01.1,01.2,03,04,05 e 7.1.6.4, Subitem 05-b, c e d. Vale destacar a Decisão Normativa TCU nº 119 (DN 119), de 18 de janeiro de 2012, que trata da aplicação do QACI, que tem como referencial teórico a metodologia do COSO – The Comittee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission (Comitê das Organizações Patrocinadoras). Para aquele Tribunal, o Controle Interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si, sendo responsabilidade da Alta Administração: • Ambiente de Controle • Avaliação e Gerenciamento dos Riscos • Atividade de Controle • Informação e Comunicação • Monitoramento Os controles adequados são aqueles em que os cinco elementos (ambiente, avaliação de riscos, atividade de controle, informação/comunicação e monitoramento) estão presentes e funcionando em todos os níveis. Assim, entende-se que cada unidade fabril deva conter o gerenciamento de risco, sendo a Alta Administração a responsável primária pela implantação e acompanhamento. Nesse diapasão, o TCU, através da Portaria – TCU nº 160, de 28 de junho de 2011, reafirma que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem, por força constitucional, ter por base a identificação, a avaliação e o gerenciamento de riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público. Por fim, orienta-se à FPV que solicite à Sede Corporativa os meios para implantar o gerenciamento de riscos, no nível da FPV.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fábrica Presidente Vargas (FPV)			

Síntese da Providência Adotada
Of. nº 499-ACI/IMBEL (ORDEM 4) ITEM 3.3.2 Atualmente a FPV mantém a locação de uma pick-up Volkswagen Saveiro que é utilizada pela Guarda Patrimonial da Empresa. Há previsão de aquisição de dois veículos para a FPV no corrente ano, a serem adquiridos pela IMBEL em Brasília. O plano de substituição da frota de veículos próprios da FPV está em desenvolvimento, faltando finalizar. (ORDEM 5) ITEM 3.3.3 O estudo técnico para justificar a contratação de veículos terceirizados para a FPV está sendo finalizado, enfatizando a necessidade de contratação de um veículo tipo Van, para atender o traslado de pessoas do Aeroporto de Guarulhos até Piquete/SP e municípios adjacentes. (ORDEM 14) ITEM 7.1.6.3: Informado por meio do MI 067-CHFPV-IMBEL, de 06/03/2014.
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório de Visita do CCIEx à Sede da IMBEL, em Brasília, de 24 a 28 de fevereiro de 2014	2.3.02	Of. nº 023-SAGEF/CCIEx
11		3.6.01	
12		3.6.02	
16		4.3.01	
17		4.4.01	
18		5.3.01	
19		5.3.02	
20		5.3.03	
21		5.3.04	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL			134
Descrição da Recomendação			
Dentre as recomendações do CCIEx, merecem destaque: (ORDEM 3) ITEM 2.3.02 b) Orienta-vos que sejam observados na gestão dos processos administrativos os princípios de Controles Internos, em especial o da “Segregação de Funções – a estrutura da unidade/entidade de prever a separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização, de tal forma que nenhuma pessoa detenha competências e atribuições em desacordo com este princípio” (IN nº 01-SFC, de 6 de abril de 2001). (ORDEM 11) ITEM 3.6.01 Recomenda-se adotar medidas administrativas destinadas ao pleno atendimento do prazo estabelecido na IN 55/2007 – TCU, bem como identificar a existência de possíveis casos semelhantes, evitando que o Gestor de Pessoal da Imbel, fique sujeito à imputação de multa pelo TCU. (ORDEM 12) ITEM 3.6.02 Recomenda-se adotar medidas administrativas visando fazer constar nos contracheques dos empregados informações relativas ao grau horizontal e ao código vertical inerente ao cargo que ocupam, tudo em conformidade com o Plano de			

Empregos, Carreiras e Salários (PECS) da IMBEL.

(ORDEM 16) ITEM 4.3.01

a) Que a Assessoria de Planejamento, a fim de proporcionar à Direção da IMBEL informações gerenciais confiáveis, abrangentes e atualizadas sobre a busca e alcance dos Objetivos Estratégicos da Empresa, estude e proponha uma reformulação de procedimentos institucionais, para que as atividades de registro, mensuração e monitoramento dos indicadores de gestão, previstos no documento Revisão dos Objetivos Estratégicos (Anexo I) atualizado em 2013, sejam realizadas com oportunidade, nas suas perspectivas previstas, a saber:

- Colaboradores Internos
- Eficiência Operacional
- Inovação Tecnológica
- Responsabilidade socioambiental

b) Que, para o Planejamento Estratégico 2016-2020, ora em estudo e desenvolvimento, sejam estabelecidos e gerenciados indicadores para todos os objetivos e perspectivas a serem estabelecidas, compatíveis com as capacidades operacionais da empresa, como orientam as mais reconhecidas literaturas sobre o assunto.

(ORDEM 17) ITEM 4.4.01

a) Caso a Assessoria de Planejamento e a Direção da IMBEL julguem pertinente a reformulação dos procedimentos institucionais, como descrito na recomendação acima, informem ao CCIEx as novas ações e atividades adotadas.

(ORDEM 18) ITEM 5.3.01

Gestão de Recursos Humanos de TI

a) recomenda-se um estudo para a ampliação e aprimoramento técnico das equipes e/ou pessoal voltado para área de TI das Fábricas, a fim de que a Gestão de TI, que deve se manter centralizada, tenha condições de atuar com maior presteza e segurança nas necessidades de estruturação e manutenção da estrutura institucional de TI da IMBEL.

(ORDEM 19) ITEM 5.3.02

Gestão de Infraestrutura Física de TI

a) recomenda-se um levantamento de custo para atendimento das reais necessidades a curto, médio e longo prazos na área de TI, e que este custo seja incluído, não só no PDTI, mas também no planejamento estratégico/financeiro da IMBEL; e

b) recomenda-se que as aquisições e contratações realizadas pelas fábricas, de equipamentos e serviços de TI, com recursos próprios e independentemente do Gestor de TI da IMBEL, passem a ser previamente aprovadas pelo Comitê, ou pelo próprio Gestor de TI, se este tiver delegação do Comitê para isto.

(ORDEM 20) ITEM 5.3.03

Atuação do Comitê de TI

a) recomenda-se que o Comitê de TI deva participar ativamente, decidindo e aprovando as ações de investimentos de TI para as UJ; e

b) recomenda-se que as reuniões do Comitê de TI sejam registradas em relatórios/ou atas e que suas deliberações sejam de maior conhecimento dos operadores de TI, nos diversos níveis, desde o administrativo ao operacional.

(ORDEM 21) ITEM 5.3.04

Planejamento Estratégico de TI (PDTI/PETI)

a) recomenda-se que o PDTI/PETI seja aprovado o mais breve possível, o que, além de atender à determinação legal, servirá para dar maior respaldo à atuação do Gestor de TI da IMBEL.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL - SEDE/Brasília-DF	134
Síntese da Providência Adotada	
Ofício nº 948-AGCI-IMBEL	
(ORDEM 3) ITEM 2.3.02	
b) Determinado aos operadores maior observância dos pressupostos legais, para o estrito cumprimento das citadas	

recomendações em processos futuros.

(ORDEM 11) ITEM 3.6.01

A IMBEL possui 56 funcionários anistiados da extinta Prólogo. Pelo fato de a Instrução Normativa TCU nº 55/2007, em seus itens I a VII não ter tipificado o cadastro de anistiados, a IMBEL não realizou nenhum registro de pessoal. Diante do exposto, o Departamento de Pessoal da IMBEL solicitará ao CCIEx instruções de como deverá proceder acerca da matéria.

(ORDEM 12) ITEM 3.6.02

Medidas administrativas estão sendo tomadas junto à Empresa TOTV'S, para verificar a viabilidade de implantação do recomendado, bem como da estimativa de custos deste processo.

(ORDEM 16)

ITEM 4.3.01.a

Para propiciar à Direção da IMBEL informações gerenciais confiáveis, a APG mapeia o processo que contempla uma análise crítica periódica dos relatórios emitidos mensalmente pelas três Diretorias (Administrativo-Financeira, Industrial e de Mercado), bem como o Relatório Anual de Atividades, além de dados produzidos com base na nova versão do ERP (Sistema Datasul 11.0), que se encontra em processo de atualização.

ITEM 4.3.01.b

Para elaboração do novo planejamento estratégico da IMBEL, a APG vem realizando contatos preliminares com empresas que desenvolvem os trabalhos de assessoria/consultoria nessa área, estabelecendo como premissas a adoção da Metodologia de Balanced Scorecard (BSC) e o possível alinhamento com o planejamento que ora vige (2011-2015).

(ORDEM 17) ITEM 4.4.01

Como resultado da análise crítica dos relatórios periódicos emitidos pelas Diretorias e, após seguir a sequência de mapeamento das atividades desenvolvidas na análise, será estabelecido pela Diretoria correspondente um plano de providências, determinando que sejam realizadas as ações corretivas e ou implementadas as sugestões apontadas pela APG. Sendo assim, a APG julga pertinentes a reformulação dos procedimentos até então adotados, com o estabelecimento de um novo processo de análise crítica de relatórios de gestão, que vem sendo mapeado pela Assessoria.

(ORDEM 18) ITEM 5.3.01

Por intermédio do MI nº 032-CGTIC, de 16 de junho de 2014, o Chefe da CGTIC informou ao Senhor Diretor Administrativo-Financeiro que estão sendo tomadas medidas administrativas, visando à adoção de um quadro de pessoal (Quadro de Organização) uniforme para todas as Unidade de Produção (UP). As UP que necessitarem de pessoal especializado, diferente da lotação padrão, terão suas necessidades submetidas ao Comitê de TI, que deliberará sobre o assunto.

(ORDEM 19) ITEM 5.3.02

Por intermédio do MI nº 032-CGTIC, de 16 de junho de 2014, o Chefe da CGTIC informou ao Senhor Diretor Administrativo-Financeiro, acerca das citadas recomendações, o que se segue:

- a. o PDTI em vigor (2013/2015) detalha as necessidades a curto prazo (2013), médio (2014) e longo (2015), que estão alinhadas ao Planejamento Estratégico da IMBEL vigente.
- b. O processo existe, mas precisa ser aperfeiçoado. Serão elaboradas diretrizes direcionadas aos agentes envolvidos, a fim de otimizar o processo existente.

(ORDEM 20) ITEM 5.3.03

Por intermédio do MI nº 032-CGTIC, de 16 de junho de 2014, o Chefe da CGTIC informou ao Senhor Diretor Administrativo-Financeiro, acerca das citadas recomendações, o que se segue:

- a. O PDTI 2013/2015 foi aprovado pelo Comitê de TI. As aquisições destinadas à atividade-meio estão previstas nesse documento, escalonadas para os anos de 2013, 2014 e 2015. As necessidades que surgirem fora do escopo do PDTI deverão ser levadas ao conhecimento das Seções de Informática das UP e, na medida de suas prioridades, serão transmitidas à CGTIC Brasília. Da mesma forma, deverá ser procedido pela Sede-Brasília. A CGTIC, por sua vez, após consolidação, submeterá as demandas recebidas à apreciação do Comitê de TI da IMBEL.
- b. Que será providenciada a adoção dessa boa prática.

(ORDEM 21) ITEM 5.3.04

Por intermédio do MI nº 032-CGTIC, de 16 de junho de 2014, o Chefe da CGTIC informou que o PDTI foi submetido à

apreciação da alta administração da Empresa, visando a sua homologação e posterior publicação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Visita do CCIEx à FE de 17 a 21 de março de 2014	6.3.1	Of. nº 044-SAGEF/CCIEX
13		6.3.2	
17		8.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL - Fábrica da Estrela (FE)			134
Descrição da Recomendação			
(ORDEM 12) ITEM 6.3.1. Realizar mapeamento dos processos e procedimentos relacionados à alocação dos custos aos produtos, como forma de reduzir as impropriedades verificadas. É recomendável, ainda, que seja instituída uma Seção de Custos na Fábrica, ou que seja designado profissional especialmente para a área de custos fabris. (ORDEM 13) ITEM 6.3.2. Realizar um levantamento dos custos dos produtos fabricados, com a finalidade de obter informações contábeis fidedignas, gerando, desta forma, apoio para a tomada de decisões. (ORDEM 17) ITEM 8.3.1 Com a finalidade de conciliar as informações constantes do Relatório de Gestão e o cadastramento no Patrimônio da Fábrica, recomendamos o saneamento das discrepâncias verificadas. Caso não seja possível, realizar um levantamento dos óbices porventura existentes para registro das viaturas no Patrimônio da Fábrica e informar a este Centro.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fábrica da Estrela (FE)			
Síntese da Providência Adotada			
(ORDEM 12) ITEM 6.3.1, (ORDEM 13) ITEM 6.3.2. A FE contratou um funcionário para a área de Custos, junto à DIPCP. Por remanejamento interno, a DIPCP recebeu outro para criar uma área de custos industriais. Adicionalmente, a IMBEL Sede contratou uma empresa especializada para melhoria deste processo e repassará este conhecimento a todas as filiais. (ORDEM 17) ITEM 8.3.1 A Divisão Administrativa está realizando a regularização do EMS, conciliando com as informações do Relatório de Gestão. As discrepâncias podem ter origem na transferência de controle patrimonial entre a antiga Sede de Piquete e a Filial.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

--

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Relatório de Visita do CCIEx à FI de 06 a 10 de outubro de 2014	6.3	Of. nº 053-SAGEF/CCIEX
15		8.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL - Fábrica de Itajubá (FI)			134
Descrição da Recomendação			
(ORDEM 12) ITEM 6.3. Providenciar estudo demonstrando que o percentual para materiais refugados atualmente é factível para a realidade da Fábrica. (ORDEM 15) ITEM 8.3.2 Providenciar a inclusão das informações referentes aos custos estimados e acumulados dos projetos, considerando que tais informações são importantes para tomadas de decisões gerenciais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fábrica de Itajubá (FI)			
Síntese da Providência Adotada			
(ORDEM 12) ITEM 6.3 Foram utilizadas informações fornecidas pelo Setor de Custos Industriais para análise de referência anual do total de refugos gerados no ano de 2013, sendo a média dos últimos três anos de 3,54% ao mês. Foi então proposta uma média mensal desafiadora de refugos em 3% para o ano de 2014. (ORDEM 15) ITEM 8.3.2 Instrução aos gerentes de projeto sobre o processo de obtenção dos custos acumulados do projeto junto à Seção de Custos Industriais. ANEXO: Relatório de Custos Acumulados durante o ano de 2014 dos projetos ora em curso.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL			134
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	Relatório de Visita do CCIEx à FPV	3.3.3.1	Of. nº 045-SAGEF/CCIEx

21	de 26 a 30 de maio de 2014	6.1.1	
22		6.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL - Fábrica Presidente Vargas (FPV)			134
Descrição da Recomendação			
(ORDEM 18) ITEM 3.3.3.1 Providenciar Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, relativo à situação de periculosidade, a fim de que seja atendido o disposto no art.195, do Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943. (ORDEM 21) ITEM 6.1.1 Os custos de Mão de Obra Direta sejam corretamente destacados nas Ordens de Produção, e, por consequência, na rubrica contábil de Estoque de Produtos; (ORDEM 22) ITEM 6.1.2 Os custos sejam distribuídos aos produtos, com base na capacidade normal de produção da Fábrica, evitando que valores que devem ser rateados entre os produtos sejam levados à rubrica Manutenção da Capacidade Estratégica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fábrica Presidente Vargas (FPV)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Ofício nº 1408-AGCI-IMBEL (ORDEM 18) ITEM 3.3.3.1 Demanda pendente: Com a contratação do Engenheiro de Segurança em dezembro de 2014, o Laudo Técnico das Condições de Trabalho, encontra-se em andamento. Prazo para atendimento: 30/07/2015. (ORDEM 21) ITEM 6.1.1 Demanda pendente: A Diretoria Administrativo-Financeira estuda os Custos de Mão de Obra Direta para posterior formalização dos procedimentos a serem implementados. Prazo para atendimento: 30/07//2015. (ORDEM 22) ITEM 6.1.2 Demanda pendente: A Diretoria Administrativo-Financeira estuda os Custos de Mão de Obra Direta para posterior formalização dos procedimentos a serem implementados. Prazo para atendimento: 30/07//2015.			
Análise Crítica dos Fatores Negativos que Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A complexidade do assunto demanda estudo e cautela para a aplicação de medidas corretivas.			

10.3. INFORMAÇÕES SOBRE ENTREGA E TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo em <u>2014</u>	Final do exercício da Função ou Cargo em <u>2014</u>	Final do exercício financeiro

Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	19	18	32
	Entregaram a DBR	19	18	32
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Sistema integrado Totvs/Datasul

10.3.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Inicialmente, vale ressaltar que com relação à apresentação das Declarações de Bens e Renda, a IMBEL cumpre o previsto na **Portaria Normativa nº 434, de 24 de agosto de 1994**, que aprovou as instruções gerais para apresentação de Declarações de Bens e Rendias, por agente público, no âmbito do Ministério do Exército – IG 20-16, conforme destacamos resumidamente abaixo:

CAPÍTULO I – Da Finalidade

Art. 1º As presentes Instruções visam regular, no âmbito do Ministério do Exército, a apresentação da Declaração de Bens e Rendias, a fim de dar cumprimento ao previsto na Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, **na Lei Nº 8.730, de 10 de novembro de 1993**, no Decreto nº 978, de 10 de novembro de 1993, e na Instrução Normativa nº 5, de 10 de março de 1994, do Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO II – Dos Agentes Públicas

Art. 2º As presentes Instruções aplicam-se aos agentes públicos a seguir mencionados

...

III – Presidente, Vice-Presidente, Superintendente e Diretor da IMBEL;

...

XVII – Servidor civil que exerça cargo, função ou emprego de confiança.

CAPÍTULO III – Das Condições de Execução

Art. 3º No prazo de 15 (quinze) dias após a entrada em vigor das presentes Instruções, os agentes no exercício das funções por elas abrangidas deverão entregar à Seção de Pessoal de suas respectivas Organizações a declaração de bens e rendas, devidamente assinada, incluindo bens e valores que integram o respectivo patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro

(a), filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos os objetos e utensílios de uso domésticos.

Parágrafo único. Para fins do previsto neste artigo **poderá ser entregue cópia da última declaração de bens e rendas apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de imposto de renda de pessoa física, com a devida atualização.**

Art. 5º Obedecida a forma estabelecida nos artigos anteriores, os agentes deverão apresentar declaração de bens e rendas, por ocasião de:

I- posse e término de gestão do Ministério do Exército, do Presidente da FHE/POUPEX e **do Presidente da IMBEL;**

II – posse, entrada em exercício, exoneração ou demissão para os servidores civis do Ministério do Exército, servidores da FHE/POUPEX e **servidores da IMBEL.**

Art. 6º **Anualmente**, no prazo de 15 (quinze) dias após a data-limite fixada pela Secretaria da Receita Federal para a entrega da declaração de bens e rendas para fins de Imposto de Renda – Pessoa Física, os agentes de que tratam estas Instruções deverão apresentar à seção de Pessoal de suas Organizações a atualização da declaração de bens e rendas, com a indicação da variação patrimonial ocorrida desde a declaração anterior, **podendo, para tanto utilizar cópia da que foi entregue à Secretaria da Receita Federal.**

CAPÍTULO V – Das Prescrições Diversas

Art. 13 É atribuída a classificação sigilosa de **CONFIDENCIAL** a todas as declarações de bens e rendas de que tratam estas Instruções.

A atividade de acompanhamento, cobrança e recepção das Declarações de Bens e Rendas – DBR é de competência da Diretoria Administrativa, através do Departamento de Recursos Humanos corporativo. Essa atividade é desenvolvida, anualmente, no período de transmissão eletrônica para a Receita Federal do Brasil, da Declaração de Imposto de Renda, mediante solicitação formal (memorando, fax ou e-mail) endereçada aos Diretores e Superintendentes das Unidades da IMBEL, com a finalidade de que sejam tomadas todas as providências cabíveis para o devido cumprimento do previsto na Portaria Normativa nº 434, de 24 de agosto de 1994, que especificou as instruções gerais no âmbito do Ministério do Exército, para a apresentação da Declaração de Bens e Rendas, prevista na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Conforme definido nas citadas legislações, a apresentação das DBR's é feita pelos empregados e/ou militares cedidos que exercem cargos de confiança (livre provimento), assim considerados no Regimento Interno da IMBEL (Presidente, Vice-Presidente, Diretores, Assessores, Superintendentes e Chefe de Divisão). Os ocupantes de cargo de confiança mencionados, após a transmissão das Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF à Receita Federal do Brasil, enviam cópia das respectivas Declarações, em envelope devidamente identificado, lacrado, rubricado e com a classificação sigilosa de confidencial (art. 13 da Portaria Normativa 434/1994), ao Departamento de Recursos Humanos, não sendo permitido à IMBEL violar os envelopes para

verificação ou análise de seu conteúdo. Tais envelopes ficam arquivados na IMBEL à disposição do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx).

Atualmente, não há sistema informatizado para esse gerenciamento ou autorização eletrônica do empregado para acesso às informações diretamente na base de dados na Receita Federal do Brasil.

O Departamento de Recursos Humanos efetua as cobranças das Declarações até que todos os ocupantes de cargos de confiança cumpram o previsto na legislação. Sendo que, os mesmos são alertados da obrigatoriedade e responsabilidade do ato.

10.4. MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

Não houve no exercício de 2014

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

Este tópico não abrange a IMBEL por ser Empresa Pública Dependente, que tem as normas contábeis aplicadas pela lei 6404/76.

11.2. DEMONSTRAÇÃO DO ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO E DA SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS

A IMBEL, na qualidade de empresa pública de direito privado, regida pela lei 6.404/76, apura seus custos obedecendo às normas contábeis e tributárias estabelecidas para esse segmento, conforme a diversidade de produtos que possui. A metodologia aplicada para a avaliação de seus estoques é o custo médio mensal por unidade de produção.

A empresa está inserida num ramo de alta complexidade, pois industrializa, comercializa e presta serviços atinentes à indústria de defesa e segurança pública. O novo Sistema de Custos da Administração Pública (SIC) é adequado para registrar os custos de programas e serviços destinados à população, como é o caso das autarquias e fundações públicas. Apesar de ainda não integrar o SIC, a IMBEL está cumprindo em sua totalidade, o Artigo 99 da Lei 4.320, que especifica “Os serviços públicos Industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum”.

Por necessidade da preservação dos dados referentes à gama de produtos elencados no Capítulo 4 - Ambiente de Atuação, deixamos de apresentar a planilha desses custos, por tratar-se de produtos especiais estratégicos de nossa defesa nacional, tendo em vista que o Relatório de Gestão do TCU tem um caráter público, de âmbito globalizado, com divulgação na internet. Não obstante, as informações referentes à contabilidade de custos permanecem à disposição para eventuais consultas de auditoria e do controle interno.

11.3. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação completa (UJ):	Código das UG Consolidadas:
<i>Indústria de Material Bélico</i>	<i>168002, 168003, 168004, 168005, 168006, 168007 e 168008</i>
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014 , refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.	

Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília - DF	Data	30/04/15
Contador Responsável	Mario Fernando de Almeida Ribeiro	CRC nº	DF 019103-01

11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6 ANEXO I

11.5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76 ANEXO II

11.6. DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

11.6.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.12.7.1 - Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
onrevoG	Tesouro Nacional	100	100	100
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	100	100	100
taolFeerF	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
onrevoG	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%

11.6.2. Composição Acionária da UJ como Investidora

Quadro A.12.7.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora			
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Companhia Brasileira de Cartucho	1%	1%	1%
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012

11.7. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ANEXO III

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

A IMBEL não gerenciou projetos e programas financiados com recursos externos.

12.2 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA

Esta UJ não celebrou termos de parceria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IMBEL é uma empresa estratégica de produtos de defesa, possuindo cinco unidades de produção que fabricam produtos de diferentes naturezas para o abastecimento das Forças Armadas, particularmente o Exército.

De um modo geral, as plantas, que são antigas, trazem diversas dificuldades quando em funcionamento, como: as questões ambientais, o consumo de energia, a aquisição de insumos e a própria segurança do trabalho. Ressalte-se que um fator especialmente prejudicial à gestão da IMBEL é a manutenção dos equipamentos. Na sua grande maioria, apresentam-se defasados tecnologicamente e já não se encontram no mercado empresas que façam a manutenção de forma regular, apenas aquelas que aceitam contratos muito específicos e particularizados.

Além da necessidade de modernização das plantas, o mercado de produtos de defesa é muito instável e as compras governamentais são influenciadas por uma série de variáveis não controladas, como o contingenciamento dos recursos orçamentários, por exemplo.

Com a perigosa associação dos vetores do envelhecimento das plantas, do restrito mercado de defesa e para tornar a IMBEL viável, o Estado Brasileiro promoveu o seu ingresso no Orçamento da União, o que de fato aconteceu em 2008.

O ingresso no orçamento da união permitiu à IMBEL entrar numa fase de estabilidade com a amortização das dívidas, a segurança do pagamento dos salários, o investimento para a modernização das plantas e o desenvolvimento de novos produtos. Destaque-se que os recursos destinados ao investimento no parque industrial e ao desenvolvimento de novos produtos ainda estão aquém do necessário para o almejado aumento da produção com redução de custos.

Desse modo, o emprego dos recursos da União colocados à disposição da IMBEL ocorreu de acordo com os princípios listados no Art 37 da Constituição Federal e de forma eficiente, sempre alinhado com os objetivos traçados em seu Planejamento Estratégico.

A IMBEL, com seus gestores perseguindo as metas traçadas em seus regulamentos, normas e diretrizes, obteve, no ano de 2014, seguindo a trajetória dos anos anteriores, os resultados desejados à minimização do custo para o Estado Brasileiro, sendo esse um objetivo permanente da administração.

No exercício de 2014, o eficiente emprego dos recursos orçamentários permitiu o atingimento de 99,9% dos créditos autorizados. Os limites de pagamentos mensais foram suficientes para atender a demanda de liquidação, contudo, houve inscrições e reinscrições de restos a pagar para o ano de 2015.

A IMBEL, como empresa, teve um faturamento de cerca de R\$ 81 milhões com uma clientela diversificada, deixando incontestemente a consolidação da marca IMBEL no mercado de produtos de defesa/segurança.

Os objetivos traçados no Planejamento Estratégico para o ano de 2014, apesar dos baixos recursos recebidos na área de investimento, foram alcançados, com destaque para a capacidade industrial e a recuperação patrimonial.

Brasília-DF, 30 de abril de 2015

GEN DIV R/1 CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente da IMBEL



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

ANEXOS:

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6
ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76
ANEXO III - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI nº 4.320/64 E NBC T 16.6

ORGÃO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N): N
 SUB-ORGÃO : _____ ORÇAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL (S/N): _
 GESTÃO : _____
 MES DE REFERÊNCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANÇO : 01

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO : _____
 CONSOLIDAÇÃO COM EXCLUSÃO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _____

 POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10

ORGÃO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANÇO - FINANCEIRO

	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
INGRESSOS	811.438.084,16	739.292.595,04
RECEITAS CORRENTES	77.419.881,81	70.401.070,24
RECEITA PATRIMONIAL	3.890.238,00	2.993.770,87
RECEITA INDUSTRIAL	35.576.859,94	36.376.840,96
RECEITA DE SERVICOS	0,00	45.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.133,26	490.783,49
RECEITA ENTRE ORGAOS ORCAMENTO >2013	36.746.650,61	30.494.674,92
RECEITAS DE CAPITAL	311.547,28	162.511,00
ALIENACAO DE BENS	311.547,28	162.511,00
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	0,00	0,00
DEDUCOES DA RECEITA	1.615.253,92-	2.971.470,41-
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	502.808.719,37	427.214.074,87
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS	502.769.906,50	426.999.342,44
REPASSE RECEBIDO	142.189.781,35	126.086.151,50
SUB-REPASSE RECEBIDO	360.580.125,15	300.913.190,94
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	360.580.125,15	300.913.190,94
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	38.812,87	214.732,43
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	38.812,87	214.732,43
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	195.785.729,15	216.991.028,83
VALORES EM CIRCULACAO	70.744.773,58	71.739.214,85
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	67.822.864,12	64.095.856,84
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.921.909,46	7.643.358,01
DEPOSITOS	210.849,23	733.232,60
CONSIGNACOES	203.678,89	726.062,26
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67	7.013,67
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	156,67	156,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	76.776.226,78	90.666.951,46
FORNECEDORES	292.252,71	1.959.103,28
DO EXERCICIO	271.942,37	1.882.234,84
DE EXERCICIOS ANTERIORES	20.310,34	76.868,44
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	972.726,42	1.485.425,79
RESTOS A PAGAR	54.229.315,55	57.169.273,01
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	52.803.758,95	55.707.282,62
CANCELADO	1.425.556,60	1.461.990,39
VALORES EM TRANSITO	15.813,74	30.577,21
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	21.250.243,37	30.390.432,85
OUTROS DEBITOS	903,34	3.591,46
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	1.162.997,06-
OUTRAS OBRIGACOES	14.971,65	791.544,92
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	48.053.879,56	53.851.629,92
INCORPORACAO DE DIREITOS	39.720.937,71	49.541.794,93
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	39.720.937,71	49.541.794,93
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	8.332.941,85	4.309.834,99
EXERCICIOS ANTERIORES	810.915,88	15.810,87
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	7.522.025,97	4.294.024,12
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	36.727.460,47	27.495.380,51
APLICACOES FINANCEIRAS	36.724.537,92	27.492.457,96
OUTRAS DISPONIBILIDADES	2.922,55	2.922,55
	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
DISPENDIOS	811.438.084,16	739.292.595,04

DESPESAS CORRENTES	214.782.799,98	197.999.261,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.076.200,42	55.959.473,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.909.911,64	100.230.903,29
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	139.524,50	102.915,51
OUTRAS DESPESAS	107.770.387,14	100.127.987,78
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	48.796.687,92	41.808.884,66
DESPESAS DE CAPITAL	23.064.940,81	32.494.075,14
INVESTIMENTOS	23.064.400,08	32.494.075,14
DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,73	0,00
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	361.718.563,61	301.486.020,21
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	360.976.612,61	301.360.637,86
REPASSE CONCEDIDO	396.487,46	447.446,92
SUB-REPASSE CONCEDIDO	360.580.125,15	300.913.190,94
SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	360.580.125,15	300.913.190,94
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	741.951,00	125.382,35
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	741.951,00	125.382,35
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	179.751.406,80	170.585.777,95
VALORES EM CIRCULACAO	52.937.964,47	70.744.773,58
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	50.016.055,01	67.822.864,12
CREDITOS TRIBUTARIOS	2.921.909,46	2.921.909,46
DEPOSITOS	733.232,60	501.712,87
CONSIGNACOES	726.062,26	15.556,35
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67	7.013,67
RECURSOS DO TESOIRO NACIONAL	156,67	479.142,85
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	90.367.958,13	58.633.224,93
FORNECEDORES	1.959.103,28	324.319,92
DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.959.103,28	324.319,92
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.485.425,79	6.678,21
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	55.707.282,62	38.582.338,90
VALORES EM TRANSITO	30.577,21	34.007,77
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	30.390.432,85	18.892.858,57
OUTROS DEBITOS	3.591,46	1.476,64
OUTRAS OBRIGACOES	791.544,92	791.544,92
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	35.712.251,60	40.706.066,57
BAIXA DE DIREITOS	14.423.388,05	10.100.465,75
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.423.388,05	10.100.465,75
INCORPORACAO DE OBRIGACOES	21.288.863,55	30.605.580,27
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	21.250.243,37	30.390.432,85
OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	38.620,18	215.147,42
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	20,55
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	20,55
DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	32.120.372,96	36.727.460,47
APLICACOES FINANCEIRAS	32.117.450,41	36.724.537,92
OUTRAS DISPONIBILIDADES	2.922,55	2.922,55

***** FIM *****

***** CRITERIO DE PESQUISA *****

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL(S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANCO : 02

TIPO DE ADMINISTRACAO : _____
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _____

 POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10

ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - PATRIMONIAL

	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
ATIVO	514.840.684,18	490.818.914,63
ATIVO FINANCEIRO	85.058.337,43	107.472.234,05
DISPONIVEL	32.120.372,96	36.727.460,47
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	32.120.372,96	36.727.460,47
CREDITOS EM CIRCULACAO	52.937.964,47	70.744.773,58
CREDITOS A RECEBER	2.921.909,46	2.921.909,46
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	11.805.167,30	18.281.069,19
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	38.210.887,71	49.541.794,93
ATIVO NAO FINANCEIRO	299.408.737,29	256.416.769,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	104.257.105,23	71.547.624,41
CREDITOS EM CIRCULACAO	10.200.360,75	6.628.645,10
FORNECIMENTOS A RECEBER	40.120.675,69	48.676.045,94
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	38.210.887,71-	49.541.794,93-
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	10.697.627,82	8.513.230,42
RECURSOS VINCULADOS	4.498.162,33	4.498.162,33
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	11.779,25	5.868,63
PERDAS ESTIMADAS CREDITOS LIQUIDACAO DUV	6.916.996,63-	5.522.867,29-
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	90.947.976,72	61.810.211,55
ESTOQUES	95.412.834,07	66.509.064,74
TITULOS E VALORES	233.995,84	0,00
PERDAS ESTIMADAS PARA BENS E VALORES	4.698.853,19-	4.698.853,19-
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.108.767,76	3.108.767,76
CUSTOS A APROPRIAR	3.108.767,76	3.108.767,76
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.245.614,22	872.369,57
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.461.145,50	87.900,85
RECURSOS VINCULADOS	1.461.145,50	87.900,85
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	784.468,72	784.468,72
CREDITOS A RECEBER	784.468,72	784.468,72
PERMANENTE	192.906.017,84	183.996.775,22
INVESTIMENTOS	2.591.228,40	2.356.063,36
PARTICIPACAO SOCIETARIA	1.658.551,74	1.363.424,25
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS	0,00	59.962,45
OUTROS INVESTIMENTOS	967.518,15	967.518,15
PERDAS ESTIMADAS COM INVESTIMENTOS	34.841,49-	34.841,49-
IMOBILIZADO	186.405.460,85	180.700.670,10
BENS MOVEIS E IMOVEIS	389.303.854,03	372.419.008,25
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	202.898.393,18-	191.718.338,15-
INTANGIVEL	3.909.328,59	940.041,76
ATIVO REAL	384.467.074,72	363.889.003,25
ATIVO COMPENSADO	130.373.609,46	126.929.911,38
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	130.373.609,46	126.929.911,38
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	20.980,73	6.838,42
GARANTIAS DE VALORES	604.249,71	29.400,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	12.375.798,04	1.500.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	117.353.513,49	125.376.773,31
OUTRAS COMPENSACOES	19.067,49	16.899,65
	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
PASSIVO	514.840.684,18	490.818.914,63
PASSIVO FINANCEIRO	75.561.519,41	91.101.190,73
DEPOSITOS	210.849,23	733.232,60
CONSIGNACOES	203.678,89	726.062,26
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	156,67	156,67
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	7.013,67	7.013,67
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	75.350.670,18	90.367.958,13

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.265.882,47	3.448.120,53
FORNECEDORES - DO EXERCICIO	271.942,37	1.882.234,84
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	20.310,34	76.868,44
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	972.726,42	1.485.425,79
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	903,34	3.591,46
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	52.803.758,95	55.707.282,62
A LIQUIDAR	52.803.758,95	55.707.282,62
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	15.813,74	30.577,21
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	21.250.243,37	30.390.432,85
OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	14.971,65	791.544,92
PASSIVO NAO FINANCEIRO	4.608.854,79	7.434.858,36-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	45.502.309,18-	57.546.022,33-
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
PROVISOES	23.346.560,54	23.346.560,54
RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	21.250.243,37-	30.390.432,85-
RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	21.250.243,37-	30.390.432,85-
ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	5.205.131,60	5.205.131,60
OUTROS DEBITOS A PAGAR	1,00	1,00
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	52.803.758,95-	55.707.282,62-
EXIGIVEL A LONGO PRAZO	50.111.163,97	50.111.163,97
OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	50.111.163,97	50.111.163,97
OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	50.111.163,97	50.111.163,97
PASSIVO REAL	80.170.374,20	83.666.332,37
PATRIMONIO LIQUIDO	304.296.700,52	280.222.670,88
PATRIMONIO/CAPITAL	378.460.099,55	378.460.099,55
CAPITAL REALIZADO	378.460.099,55	378.460.099,55
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	378.460.099,55	378.460.099,55
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	1.162.997,06-
RESERVAS	70.680.241,42	70.659.499,75
RESULTADOS ACUMULADOS	168.896.928,42-	272.585.925,51-
RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	168.896.928,42-	272.585.925,51-
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
RESULTADO DO PERIODO	24.053.287,97	104.851.994,15
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	384.467.074,72	363.889.003,25
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	360.413.786,75-	259.037.009,10-
PASSIVO COMPENSADO	130.373.609,46	126.929.911,38
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	130.373.609,46	126.929.911,38
VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	20.980,73	6.838,42
VALORES EM GARANTIA	604.249,71	29.400,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	12.375.798,04	1.500.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	117.353.513,49	125.376.773,31
COMPENSACOES DIVERSAS	19.067,49	16.899,65
***** FIM *****		

***** CRITERIO DE PESQUISA *****

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL (S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANCO : 03

TIPO DE ADMINISTRACAO : _____
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _____

 POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10

ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO
 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)
 BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL

	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
VARIACOES ATIVAS	890.826.568,15	917.380.007,51
ORCAMENTARIAS	667.294.673,47	591.675.838,82
RECEITAS CORRENTES	77.419.881,81	70.401.070,24
RECEITA PATRIMONIAL	3.890.238,00	2.993.770,87
RECEITA INDUSTRIAL	35.576.859,94	36.376.840,96
RECEITA DE SERVICOS	0,00	45.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.206.133,26	490.783,49
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	36.746.650,61	30.494.674,92
RECEITAS DE CAPITAL	311.547,28	162.511,00
ALIENACAO DE BENS	311.547,28	162.511,00
DEDUCOES DA RECEITA	1.615.253,92-	2.971.470,41-
INTERFERENCIAS ATIVAS	502.769.906,50	426.999.342,44
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	502.769.906,50	426.999.342,44
REPASSE RECEBIDO	142.189.781,35	126.086.151,50
SUB-REPASSE RECEBIDO	360.580.125,15	300.913.190,94
MUTACOES ATIVAS	88.408.591,80	97.084.385,55
INCORPORACOES DE ATIVOS	43.551.491,00	45.218.914,30
AQUISICOES DE BENS	39.540.871,54	40.467.958,67
INCORPORACAO DE CREDITOS	4.010.619,46	4.359.524,51
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	0,00	391.431,12
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.857.100,80	51.865.471,25
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	223.531.894,68	325.704.168,69
RECEITAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	90.056.693,74	73.842.969,41
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	0,00	1.836.435,49
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	90.056.693,74	72.006.533,92
INTERFERENCIAS ATIVAS	38.812,87	20.979.378,73
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	14.342.504,79
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	92,69	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	38.720,18	6.636.873,94
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	133.436.388,07	230.881.820,55
INCORPORACOES DE ATIVOS	102.129.759,76	108.763.260,34
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.430.571,19	16.803.731,00
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	25.843.801,09	16.029.463,81
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	405.893,90	15.989,06
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	12.091.656,58	8.445.851,54
INCORPORACAO DE DIREITOS	61.357.837,00	67.468.224,93
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	297.886,49	3.120.588,81
REAVALIACOES DE BENS	0,00	1.362.164,52
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	295.127,49	808.588,50
AJUSTES DE CREDITOS	0,00	949.835,79
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	2.759,00	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	31.008.741,82	58.801.154,12
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	1.688,91
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00	60.195.128,37
DEFICIT	0,00	0,00
VARIACOES PASSIVAS	EXERCICIO 2014	EXERCICIO 2013
VARIACOES PASSIVAS	890.826.568,15	917.380.007,51
ORCAMENTARIAS	697.892.831,18	600.994.488,16
DESPESAS CORRENTES	214.782.799,98	197.999.261,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.076.200,42	55.959.473,32
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	107.909.911,64	100.230.903,29
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	48.796.687,92	41.808.884,66
DESPESAS DE CAPITAL	23.064.940,81	32.494.075,14
INVESTIMENTOS	23.064.400,08	32.494.075,14

DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	540,73	0,00
INTERFERENCIAS PASSIVAS	360.976.612,61	301.360.637,86
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	360.976.612,61	301.360.637,86
REPASSE CONCEDIDO	396.487,46	447.446,92
SUB-REPASSE CONCEDIDO	360.580.125,15	300.913.190,94
MUTACOES PASSIVAS	99.068.477,78	69.140.513,89
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	99.047.736,11	67.411.930,68
ALIENACAO DE BENS	0,00	164.093,78
LIQUIDACAO DE CREDITOS	435.672,12	2.551.760,69
CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	0,00	18.832.133,60
BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	98.612.063,99	45.863.942,61
INCORPORACOES DE PASSIVOS	20.741,67	1.728.583,21
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	168.880.449,00	211.533.525,20
DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	486.430,93
DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	0,00	486.430,93
INTERFERENCIAS PASSIVAS	848.348,10	20.890.028,65
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	106.397,10	14.342.504,79
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	92,69	0,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	741.858,31	6.547.523,86
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	168.032.100,90	190.157.065,62
DESINCORPORACOES DE ATIVOS	86.003.617,71	101.099.411,12
BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.385.340,78	13.185.989,02
BAIXA DE BENS MOVEIS	17.608.331,59	14.463.615,51
BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	21.076,96	53.338,00
BAIXA DE TITULOS E VALORES	11.857.660,74	8.570.994,20
BAIXA DE DIREITOS	55.131.207,64	64.825.474,39
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	12.978.995,17	14.331.427,09
DESVALORIZACAO DE BENS	80.348,97	0,00
DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	59.962,45	264.874,77
AJUSTES DE CREDITOS	1.394.129,34	4.704.526,05
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	11.444.554,41	9.362.026,27
INCORPORACAO DE PASSIVOS	69.049.488,02	73.263.499,79
AJUSTES DE OBRIGACOES	0,00	1.309.935,50
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	0,00	152.792,12
RESULTADO PATRIMONIAL	24.053.287,97	104.851.994,15
SUPERAVIT	24.053.287,97	104.851.994,15
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	0,00	0,00
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	0,00	0,00

***** FIM *****

ORGAO : 52221 COMO SUPERIOR (S/N): N
 SUB-ORGAO : _____ ORCAMENTO FISCAL E DA SEG. SOCIAL(S/N): _
 GESTAO : _____
 MES DE REFERENCIA : DEZ / 2014

TIPO DE BALANCO : 04

TIPO DE ADMINISTRACAO : _____
 CONSOLIDACAO COM EXCLUSAO (S/N) : N
 AGRUPAMENTO : _____

POSICAO ATE: 28Jan2015 AS 10:10

ORGAO: 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL CONF. SEM RESTRICAO

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)

BALANCO - ORCAMENTARIO

	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO/INSUF. ARRECADACAO
R E C E I T A S				
RECEITAS CORRENTES	84.153.459,00	84.153.459,00	75.804.627,89	8.348.831,11
RECEITAS PATRIMONIAIS	3.349.640,00	3.349.640,00	3.222.263,11	127.376,89
RECEITAS INDUSTRIAIS	79.057.945,00	79.057.945,00	71.380.493,90	7.677.451,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.745.874,00	1.745.874,00	1.201.870,88	544.003,12
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	311.547,28	-311.547,28
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	311.547,28	-311.547,28
SUBTOTAL I	84.153.459,00	84.153.459,00	76.116.175,17	8.037.283,83
TOTAL	84.153.459,00	84.153.459,00	76.116.175,17	8.037.283,83
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	161.731.565,62	-161.731.565,62
TOTAL GERAL	84.153.459,00	84.153.459,00	237.847.740,79	-153.694.281,79
D E S P E S A S				
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	218.801.381,00	239.188.425,17	237.847.740,79	1.340.684,38
DESPESAS CORRENTES	200.585.423,00	215.612.373,13	214.782.799,98	829.573,15
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	64.124.513,00	73.271.601,00	73.271.597,86	3,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	136.460.910,00	142.340.772,13	141.511.202,12	829.570,01
DESPESAS DE CAPITAL	18.215.958,00	23.576.052,04	23.064.940,81	511.111,23
INVESTIMENTOS	18.215.958,00	23.576.052,04	23.064.940,81	511.111,23
SUBTOTAL I	218.801.381,00	239.188.425,17	237.847.740,79	1.340.684,38
TOTAL	218.801.381,00	239.188.425,17	237.847.740,79	1.340.684,38
TOTAL GERAL	218.801.381,00	239.188.425,17	237.847.740,79	1.340.684,38

ANEXO II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS NA LEI Nº 6.404/76

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014	2013
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	44.255	55.146
Clientes	5	32.784	26.047
Estoques	6	67.435	56.515
Impostos a Recuperar	7	9.411	2.918
Despesas Antecipadas	8	1.129	3.170
Outros Créditos	9	5.515	5.112
		160.529	148.908
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		1.950	674
Investimentos	10	2.567	2.296
Imobilizado	11	195.916	181.428
Intangível	12	2.115	924
		202.548	185.322
TOTAL DO ATIVO		363.077	334.230
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	4.640	6.991
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	14	25.015	26.391
Adiantamentos de Clientes	15	2.575	3.939
Provisões para Contingências	16	24.256	19.460
Provisões Diversas		7.697	6.847
Outras Obrigações		972	2.040
		65.155	65.668
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	14	25.384	37.882
Provisão p/IRPJ e CSLL Diferidos		11.166	11.697
		36.550	49.579
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Capital Social		378.460	378.460
Reservas		68.595	69.642
Lucros/Prejuízos Acumulados		(185.683)	(229.119)
		261.372	218.983
TOTAL DO PASSIVO		363.077	334.230

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor - Presidente
CPF 004.463.031-79

Mário Fernando de Almeida Ribeiro
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 769.493.117-53

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO
EXERCÍCIO****DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013****(Valores expressos em milhares de reais)**

	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Mercado Interno	85.324	69.581
Mercado Externo	366	892
Prestação de Serviços e Revenda	143	8.531
	85.833	79.004
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		
Vendas Canceladas	(5.856)	(1.065)
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços	(24.522)	(21.475)
	(30.378)	(22.540)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	55.455	56.464
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	(46.655)	(49.167,0)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	8.800	7.297
Manutenção da Capacidade Estratégica (Nota 18)	(39.288)	(37.418)
Despesas Administrativas	(58.820)	(48.953)
Despesas Comerciais	(1.536)	(1.245)
Despesas Tributárias	(2.859)	(1.324)
Despesas Diversas	(20.885)	(6.929)
Receitas Diversas	1.858	-
RESULTADO OPERACIONAL	(112.730)	(88.572)
Despesas Financeiras	(2.434)	(1.711)
Receitas Financeiras	4.438	-
Outras Despesas	(160)	(2.946)
Outras Receitas	2.533	-
Receita Orçamentária	158.295	150.059
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	49.942	56.830
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.731)	(14.121)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	42.211	42.709

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor - Presidente
CPF 004.463.031-79

Mário Fernando de Almeida Ribeiro
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 769.493.117-53

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	378.460	70.660	(271.633)	177.487
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(1.564)	1.564	-
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	532	(532)	-
Reserva de Capital	-	14	-	14
Resultado do Exercício Anterior	-	-	(1.227)	(1.227)
Resultado do Exercício	-	-	42.709	42.709
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	378.460	69.642	(229.119)	218.983
Realização da Reserva de Reavaliação	-	(1.564)	1.564	0
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	532	(532)	-
Reserva de Capital	-	(14)	-	(14)
Resultado do Exercício Anterior	-	-	193	193
Resultado do Exercício	-	-	42.211	42.211
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	378.460	68.595	(185.683)	261.372

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor - Presidente
CPF 004.463.031-79

Mario Fernando de Almeida Ribeiro
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 769.493.117-53

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013****(Valores expressos em milhares de reais)**

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	49.942	56.830
Ajuste por:		
Depreciações e Amortizações	11.226	10.498
Valor residual de bens baixados	4	4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	439	386
Provisão para Perdas no Estoque	3.344	2.244
Provisão para Contingências	4.796	5.963
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	(531)	(531)
Provisões Diversas	849	820
Reservas	(1.047)	(1.017)
Outras despesas que não representam movimentação no Caixa	1.225	859
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.731)	(14.121)
Lucro Ajustado	62.516	61.935
DECRÉSCIMO / ACRÉSCIMO DE ATIVOS		
Clientes	(7.176)	(8.137)
Estoques	(14.264)	(12.834)
Impostos a Recuperar	(6.493)	3.134
Despesas Antecipadas	2.041	96
Créditos a Receber	(1.276)	-
Outros Créditos	(402)	637
	(27.570)	(17.104)
ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO DE PASSIVOS		
Fornecedores	(2.352)	203
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(13.873)	(16.790)
Adiantamento de Clientes	(1.364)	(1.386)
Outras Obrigações	(1.069)	(301)
	(18.658)	(18.274)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.288	26.557
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	(27.179)	(19.637)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE	(27.179)	(19.637)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Principal e Juros de Empréstimos e Financiamentos	-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE	-	-
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	(10.891)	6.920
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	55.146	48.226
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	44.255	55.146
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(10.891)	6.920

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor - Presidente
CPF 004.463.031-79

Mário Fernando de Almeida Ribeiro
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 769.493.117-53

6. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

7. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado (nota explicativa nº 4)

3.2. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Contas a Receber, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

3.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração, para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias para o mercado interno e 360 dias, para o mercado externo e para órgãos públicos (nota explicativa nº 5).

3.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica, Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas na nota explicativa nº 6.

3.5. Impostos a Recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

3.6. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

3.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

3.9. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo deduzidos da amortização acumulada, se for o caso, e de possíveis perdas por redução ao valor recuperável.

3.10. Adiantamento de Clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

3.11. Provisões de Férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

3.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.13. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

3.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

3.15. Receita Orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida mediante utilização para pagamento de suas obrigações até dezembro de 2014, sendo seu saldo, no final do exercício de 2014, reconhecido pelo Regime de Competência.

3.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%) - , de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do Lucro Tributável de cada Exercício.

3.17. Reserva de Reavaliação

De acordo com a Lei nº 11.638/07, que altera e introduz modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, com vista à adoção das práticas contábeis internacionais, a Empresa decidiu manter os saldos existentes nas Reservas de Reavaliação até a sua efetiva realização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

3.18. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Perdas em Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

8. **DISPONIBILIDADES**

	2014	2013
Aplicações Financeiras	32.453	36.725
Caixa e Bancos	3	2
Tesouro Nacional Fonte 250	6.113	1.781
Tesouro Nacional Fonte 0100	5.686	16.638
TOTAL	44.255	55.146

A rubrica "Tesouro nacional - Fonte 250" é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento na União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI).

A IMBEL realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo no período de janeiro a dezembro, rendimentos brutos de R\$ 3.412, e líquidos de R\$ 2.728 (Imposto de Renda na Fonte R\$ 684).

9. **CLIENTES**

	2014	2013
Clientes - Mercado Interno	38.267	31.158
Clientes - Mercado Externo	72	5
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.116)	(5.116)
TOTAL	33.223	26.047

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" é constituída, levando-se em consideração:

- computar como perda, os créditos sem garantia, de valor até R\$ 5 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

- constituir a provisão para todos os títulos que não possuem garantia, com valor acima de R\$ 5 (cinco mil reais) e até R\$ 30 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano; os títulos sem garantia, com valor superior a R\$ 30 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, mas com os procedimentos judiciais para o seu recebimento; e os créditos pertencentes a empresas que já possuem declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário. (De acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º e Decreto 3.000, de 1999, art. 340 e 341).

10. ESTOQUES

	2014	2013
Produtos Acabados	6.541	4.882
Mercadorias para Revenda	34	34
Produtos em Processo	28.187	25.039
Matérias-Primas	20.671	17.425
Materiais Auxiliares	14.198	11.483
Almoxarifado	2.156	1.833
Importações em Trânsito	329	1.173
Adiantamento a Fornecedores	4.798	781
Compra para Entrega Futura	783	783
Provisão para Perdas	(10.262)	(6.918)
TOTAL	67.435	56.515

A empresa constitui provisão para perdas em seu estoque referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2014	2013
IPI a Recuperar	1.437	1.091
ICMS a Recuperar	1.058	289
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	1.544	1.024
IRPJ a Compensar	2.997	28
CSLL a Compensar	358	225
COFINS e PASEP a Recuperar Ativo Imobilizado	131	238
Outros	1.886	23
TOTAL	9.411	2.918

12. DESPESAS ANTECIPADAS

	2014	2013
Custos de Serviços a Apropriar	212	576
Manutenção a Apropriar	903	2.588
Seguros a Apropriar	14	6
TOTAL	1.129	3.170

A rubrica "Custos de Serviços a Apropriar" é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes e a rubrica "Manutenção a Apropriar" é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

13. OUTROS CRÉDITOS

	2014			2013		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	827	-	827	756	-	756
Depósitos Judiciais	3.181	-	3.181	3.181	-	3.181
Causas Trabalhistas	1.463	-	1.463	1.174	-	1.174
Processo de Desapropriação de Imóveis	-	673	673	-	673	673
Outras	44	1.277	1.321	-	-	-
TOTAL	5.515	1.950	7.465	5.111	673	5.784

O saldo da rubrica "Processo de Desapropriação de Imóveis" refere-se a imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003. A Prefeitura realizou uma avaliação do imóvel, naquele ano, com base no laudo PGM 176/2003. As rubricas "Depósitos Judiciais" e "Causas Trabalhistas" são compostas por valores relativos a processos trabalhistas que se encontram em discussão judicial.

14. INVESTIMENTOS

	2014	2013
Terrenos	933	933
CBC - Cia Brasileira de Cartuchos	1.610	1.315
Créditos Eletrobrás	24	48
TOTAL	2.567	2.296

A rubrica "Terrenos", registra valores de imóveis da IMBEL localizados em Viamão-RS.

15. IMOBILIZADO

	Taxa Deprec.	Custo Histórico	Depr/Amort. Acumulada	Líquido 2014	Líquido 2013
Biblioteca	-	28	(24)	4	5
Computadores e Periféricos	20%	6.527	(3.869)	2.658	1.500
Edifícios	4%	96.876	(53.380)	43.496	45.116
Ferramenta/Dispositivos	10%	16.434	(13.774)	2.660	3.043
Instalações Administrativas	10%	4.615	(2.849)	1.766	699
Máquinas e Equipamentos	10%	158.347	(119.333)	39.014	30.941
Móveis e Utensílios	10%	8.828	(4.913)	3.915	3.421
Museu	-	1	-	1	1
Terrenos	-	55.406	-	55.406	55.406
Veículos	20%	6.180	(4.236)	1.944	1.763
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	1.324	(534)	790	811
Imobilizações Técnicas		354.566	(202.912)	151.654	142.705
Obras em Andamento	-	37.666	-	37.666	30.922
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	-	6.596	-	6.596	6.499
Importações em Andamento	-	-	-	-	1.300
Imobilizado em Andamento		44.262	-	44.262	38.721
Total	-	398.828	(202.912)	195.916	181.426

A IMBEL contratou a empresa SETAPE - Serviços Técnicos de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda. para realizar a avaliação e adequação do Ativo Imobilizado, em conformidade com a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado. A conclusão desse serviço está prevista para 31 de março de 2015, quando o arquivo contendo as informações do inventário será processado, trazendo reflexos para a Contabilidade da Empresa. Com a conclusão deste processo, a IMBEL poderá realizar os ajustes necessários, para que os registros possam espelhar as informações sobre os investimentos da Entidade em seu Ativo Imobilizado, atendendo à legislação vigente.

Abaixo demonstramos o resumo das aquisições, baixas e transferências de itens do Imobilizado no exercício de 2014.

	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transfer.	Saldo Final
Biblioteca	28	-	-	28
Computadores e Periféricos	4.634	1.947	(54)	6.527
Edifícios	95.587	1.289	-	96.876
Ferramental/Dispositivos	16.042	392	-	16.434
Instalações Administrativas	3.397	1.218	-	4.615
Máquinas e Equipamentos	144.939	13.408	-	158.347
Móveis e Utensílios	7.746	1.082	-	8.828
Museu	1	1	-	1
Terrenos	55.406	-	-	55.406
Veículos	5.290	890	-	6.180
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.324	-	-	1.324
Obras em Andamento	30.922	15.746	(9.003)	37.666
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	6.499	218	(122)	6.596
Importações em Andamento	1.300	2.871	(4.171)	-
Total	373.114	39.062	(13.350)	398.828

As baixas realizadas no exercício, no valor de R\$ 4, correspondem ao saldo residual dos bens 200004620 (Máquinas e Equipamentos) e 500015684 (Computadores e Periféricos).

16. INTANGÍVEL

Itens do Intangível	Saldo Inicial	Inclusões/ Amortiz.	Baixas/ Transfer.	Saldo Final
Softwares	1.875	1.178	-	3.053
Amortização de Softwares	(961)	(276)	-	(1.237)
Marcas e Patentes	1.761	-	-	1.761
Amortização de Marcas e Patentes	(1.751)	(10)	-	(1.761)
Pesquisa e Desenvolvimento	-	7.735	(7.436)	299
Total	924	8.627	(7.436)	2.115

17. FORNECEDORES

	2014	2013
Fornecedores Nacionais	3.398	6.664
Fornecedores Estrangeiros	1.242	327
TOTAL	4.640	6.991

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

	2014			2013		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	13.463	17.720	31.183	13.434	27.154	40.588
Estaduais e Municipais	7.672	4.181	11.853	4.703	6.545	11.248
Encargos e Contribuições	2.845	3.483	6.328	4.320	4.183	8.503
Obrigações Trabalhistas	1.035		1.035	3.934	-	3.934
TOTAL	25.015	25.384	50.399	26.391	37.882	64.273

As obrigações de ordem tributária são oriundas de parcelamentos que foram feitos em períodos anteriores, os quais chegam a 180 meses. As de Longo Prazo estão distribuídas como o quadro abaixo:

	Exigível a Longo Prazo 2014	Exigível a Longo Prazo 2013	Término do Parcelamento
ICMS/SP - Dívida Ativa	3.869	6.127	2017
Débitos Federais - PAES/PAEX	17.720	27.154	2018
ICMS/MG - Dívida Ativa	312	418	2018
INSS - PAES	3.483	4.183	2018
Total	25.384	37.882	-

19. **ADIANTAMENTO DE CLIENTES**

	2014	2013
Adiantamento de Clientes Nacionais	2.477	3.939
TOTAL	2.477	3.939

A rubrica "Adiantamento de Clientes" é composta por contratos mantidos com o Exército Brasileiro e Clientes Nacionais, para futuras aquisições de produtos e serviços.

20. **PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

	2014	2013
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - FPV	16.792	14.558
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - FJF	2.899	152
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - FMCE	6	82
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - FI	3.582	3.784
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - FE	884	884
Provisões Trabalhistas/Rescisórias - SEDE	93	-
TOTAL	24.256	19.460

Em 31 de dezembro de 2014, a IMBEL estava sujeita a 603 ações judiciais de natureza Cível, Previdenciária, Trabalhistas e Tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e de acordos em andamento tendo como suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a Provisão para Contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável.

Em 2014, os valores dos processos judiciais avaliados com grau de risco de perda possível e não provisionados, em conformidade com o CPC 25, estão estimados em valor mínimo de R\$ 6.348, classificados por natureza das causas, conforme a seguir:

Demandas possíveis por natureza	2014
Cível	644
Previdenciária	1
Trabalhista	5.701
Tributária	2
Total	6.348

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A rubrica de "Reservas" registra a reavaliação de Edifícios, Terrenos e a Reserva de Capital (saldo de 2013), conforme demonstrado no quadro a seguir:

	2014	2013
Reserva de Reavaliação - Edifícios	32.841	34.405
Reserva de Reavaliação - Terrenos	46.920	46.920
Reserva de Capital	-	14
Provisão para IRPJ/CSLL s/ Reservas	(11.166)	(11.697)
TOTAL RESERVAS	68.595	69.642

Em 2010, foi contabilizada a Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, às taxas respectivas de 15% e 9%, conforme Decreto 3.000/99 - Regulamento do Imposto de Renda em vigor, conforme determina a NPC 24 e Deliberação CVM nº 183/95.

22. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

O saldo registrado na rubrica no valor de R\$ 39.288 compõe-se de gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção (inciso V, Parágrafo Único, Art. 4º do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005 - Estatuto Social da IMBEL).

23. COBERTURA DE SEGUROS

A empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

24. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração dos administradores e empregados da Empresa no mês de dezembro de 2014 estão discriminadas a seguir:

Dirigentes	2014	2013
Maior	17.992,15	16.999,39
Menor	16.192,93	15.299,44

A remuneração dos dirigentes foi fixada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, conforme Nota Técnica nº 294/CGCOR/DEST/SE-MP, de 21 de julho de 2014 e aprovada pelo Ministério da Defesa por meio da Portaria 75/MD, de 15 de janeiro

de 2015 (DOU nº 12, de 19 de janeiro de 2015). A Resolução nº 01/2015-CE/IMBEL, de 12 de fevereiro de 2015, determinou o cumprimento da referida Portaria.

Empregados	2014	2013
Maior	8.150,80	8.150,80
Menor	988,90	931,60

A remuneração dos empregados está de acordo com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS) aprovado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e pelo Comandante do Exército, por meio da Portaria nº 743, de 12 de setembro de 2012 (DOU nº 181, de 18 de setembro de 2012) e acordos coletivos posteriores.

25. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o quadro abaixo demonstra a conciliação efetuada:

	Lei nº 6.404/76 Lei das S.A.	Lei nº 4.320/64 Contab. Pública	Diferenças
Ativo Circulante	160.529	189.315	(28.786)
Ativo Não Circulante	202.548	195.152	7.396
Total do Ativo	363.077	384.467	(21.390)
Passivo Circulante	65.155	30.059	35.096
Passivo Não Circulante	36.550	50.111	(13.561)
Capital Social	378.460	378.460	-
Reservas	68.595	70.680	(2.085)
Resultado Acumulado	(185.683)	(144.843)	(40.840)
Total do Passivo	363.077	384.467	(21.390)

A IMBEL, como Empresa Pública, se reveste da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite, de maneira segura, controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

A IMBEL ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender os ditames da Lei nº 4.320/64, estando obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para sua execução financeira e orçamentária.

Celso José Tiago
Diretor - Presidente
CPF 004.463.031-79

Mário Fernando de Almeida Ribeiro
Contador CRC-DF 019103-01
CPF 769.493.117-53

ANEXO III - RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Brasília, 13 de Março de 2015.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Prezados Senhores:

Examinamos as Demonstrações Contábeis da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.

A administração da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para emitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes.

Nossa responsabilidade é a de expressar sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem cumprimento de exigências éticas pelos auditores e

que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis da entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- 1) Examinamos o Balanço Patrimonial da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL, levantados em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixas correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Exceto quanto ao mencionado no parágrafo “3”, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

- 3) Durante o ano de 2009, foram aprovados diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL não concluiu em 2014, os estudos para determinar a vida útil econômica e o valor residual dos bens, conforme determina a NBC TG 27 – Ativo Imobilizado, e continua depreciando seu ativo imobilizado as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais.

A Companhia firmou contrato com a empresa SETAPE Serviços Técnicos de Avaliação do Patrimônio e Engenharia Ltda, para realizar o serviço de avaliação e adequação do seu ativo imobilizado com previsão de término em 31 de Março de 2015. Após este trabalho inicial e ajustes necessários, os mesmos serão revisados periodicamente e ajustados de forma prospectiva.

Sendo assim, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que estes ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

- 4) Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes decorrentes do mencionado no parágrafo "3", com base em nossos exames, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL, em 31 de dezembro de 2014, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.


Fábila Marques Braga.

Contadora e Auditora.

CRC 013977/0-DF.

Metrópole Soluções Empresariais.

CRC DF – 001279/0.